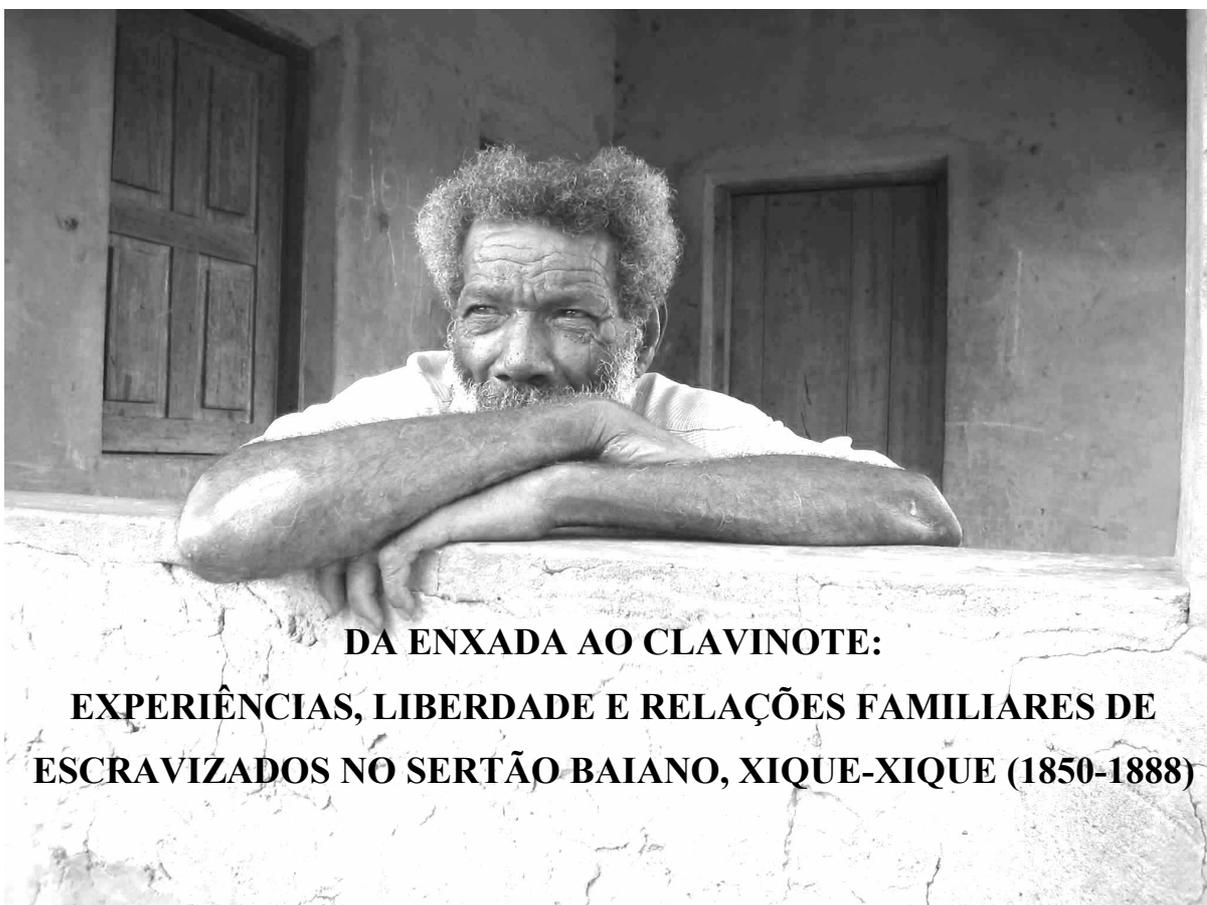


UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB.  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL.



**DA ENXADA AO CLAVINOTE:  
EXPERIÊNCIAS, LIBERDADE E RELAÇÕES FAMILIARES DE  
ESCRAVIZADOS NO SERTÃO BAIANO, XIQUE-XIQUE (1850-1888)**

Taiane Dantas Martins

Santo Antônio de Jesus - Bahia  
Setembro de 2010

Taiane Dantas Martins

DA ENXADA AO CLAVINOTE:  
EXPERIÊNCIAS, LIBERDADE E RELAÇÕES FAMILIARES DE  
ESCRAVIZADOS NO SERTÃO BAIANO, XIQUE-XIQUE (1850-1888)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós Graduação em História Regional e Local, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus V.

Orientador: Prof. Dr. Raphael Rodrigues Vieira Filho.

Santo Antônio de Jesus - Bahia

Setembro de 2010

Termo de Aprovação

Taiane Dantas Martins

DA ENXADA AO CLAVINOTE:  
EXPERIÊNCIAS, LIBERDADE E RELAÇÕES FAMILIARES DE  
ESCRAVIZADOS NO SERTÃO BAIANO, XIQUE-XIQUE (1850-1888)

Data da Aprovação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Raphael Rodrigues Vieira Filho (orientador).

Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

---

---

Santo Antônio de Jesus - Bahia

Setembro de 2010

Este trabalho é dedicado a todos aqueles, cativos e libertos, que lutaram para construir esse trecho de sertão, bem como a todos os seus descendentes que ainda vivem no sertão baiano.

## AGRADECIMENTOS

A construção de um trabalho acadêmico do porte de uma dissertação envolve a colaboração de tantas pessoas que é difícil citá-las, pois todas foram importantes e contribuíram, cada qual a seu modo.

Quero lembrar primeiramente das pessoas que estiveram presentes do início ao fim desse processo, sempre resolvendo as dúvidas de forma atenciosa e competente, que foram Ane e Consuelo, as funcionárias do mestrado, que sempre tornaram tudo mais claro e rápido.

Fundamental também foi a participação dos professores do programa, dentre os quais agradeço de forma mais específica, representando todos os demais, àqueles com os quais eu tive disciplinas e foram coordenadores de linha ou do Mestrado. Dentre os primeiros, agradeço enormemente ao professor Raphael Rodrigues Vieira Filho, meu orientador, que sempre conseguiu me tranquilizar nos momentos de *stress* e indicou caminhos a seguir, nos momentos em que as coisas estavam confusas.

Outro professor que participou de forma intensa da construção desse trabalho foi Wellington Castellucci Júnior, como professor de uma disciplina muito importante para a construção da pesquisa, como coordenador da nossa linha de pesquisa, tecendo comentários fundamentais aos textos, trazendo livros importantes para a pesquisa e como membro da minha banca de qualificação. Suas indicações foram inestimáveis e agradeço pelas dicas e pela companhia durante todo o processo.

A professora Maria das Graças Leal, com a qual também cursei uma disciplina, também teceu importantes questionamentos, deu sugestões fundamentais, participou também como coordenadora do mestrado, substituindo Suzana Severs e eu agradeço a ambas pela prestatividade e atenção.

O professor Raimundo Nonato Pereira Moreira, que conseguiu a difícil façanha de ser um professor de Teoria divertido, primo descoberto em Santo Antônio, tornou melhores e mais produtivos os meses passados no Recôncavo Baiano.

Agradeço também à professora Lucilene Reginaldo, que fez minuciosa correção do texto e fundamentais observações para a melhoria dele no processo que mediou a qualificação e a defesa e ao professor Walter Fraga Filho, que coordenou por um período as reuniões de linha e fez importantes observações acerca do projeto e da pesquisa, quando esta ainda estava nas primeiras etapas.

Fundamental também foi a ajuda financeira prestada pela Capes, sem a qual teria sido muito difícil realizar em tempo hábil pesquisa tão extensa, me propiciando a possibilidade de me dedicar totalmente à mesma.

Aos colegas de turma no mestrado, bem como àqueles de outras turmas que estiveram presentes nos eventos e reuniões de linha, agradeço pelos momentos de saudável debate e descontração vividos juntos. São muitas as origens, mas todos têm em comum a companhia agradável. Espero que sempre nos reencontremos e um abraço a todos.

Aos uibaienses que prestaram ajudas ligadas à sua área de formação, que foram fundamentais à dissertação, agradeço profundamente, como Celito Regmenes, que indicou documentos e tornou mais claras as difíceis veredas genealógicas e geográficas de Xique-Xique no século XIX, bem como a Jaqueline Filgueira Teixeira e José Nilton Carvalho Santos Júnior, meu muito obrigada.

Os funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia e da Casa Paroquial de Xique-Xique, bem como o Padre Élcio, da Paróquia de Xique-Xique, prestaram ajuda inestimável, detectando documentos e trazendo luzes para a pesquisa em andamento, bem como os funcionários de diversas bibliotecas da UNEB, em especial a bibliotecária Juliana Braga.

Minha irmã Daiane Dantas, literalmente, esteve ao meu lado durante esses dois anos e foi uma companheira fiel nas alegrias e tristezas. Fomos aprovadas juntas na seleção, moramos juntas em Santo Antonio e acabamos optando por morar juntas em Uibaí. Não é de se estranhar o fato de que o principal assunto nesses dois anos foi o Mestrado. Obrigada por tudo.

Meu irmão Flávio Dantas, um apaixonado historiador, esteve presente nesta pesquisa desde a concepção e me ajudou na busca dos documentos, na leitura dos textos originais e, no último semestre, trazendo livros da biblioteca da UEFS, onde cursa também mestrado em História.

Meu namorado Uesley Antunes também trouxe livros, no caso dele da biblioteca da UFBA, ajudando a suprir as dificuldades de escrever no sertão. Esteve sempre ao meu lado, mesmo residindo em Salvador, agüentando com muita paciência o *stress* dos momentos de maior pressão na realização de um trabalho acadêmico. Sua companhia foi fundamental nesse processo.

O restante da família, meus pais e minha irmã mais velha, Janaina, estavam durante esse período em Uibaí. Agradeço-lhes pelo apoio e, principalmente, por terem cuidado das minhas gatas e plantas em minhas longas ausências.

## LISTA DE ABREVIATURAS

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia.

DA – Documentos Avulsos.

IT – Inventários e Testamentos.

PC – Processos Criminais.

PCV – Processos Cíveis.

PR – Projeto Resgate.

SCP – Seção Colonial e Provincial.

SJ – Seção Judiciária.

SM – Seção Microfilmagem.

ASP – Arquivo da Secretaria Paroquial.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

PSBXX – Paróquia de Senhor do Bonfim de Xique-Xique.

ÍNDICE DOS  
MAPAS, FIGURAS, FOTOS, GRÁFICOS, TABELAS E QUADROS

Mapas:

Mapa 01 - Dimensões aproximadas do município de Xique-Xique no século XIX..... 20

Figuras:

Figura 01 - Família de Maria..... 96

Figura 02 - Família de Bernardina..... 97

Foto:

Capa – Abdias Brás da Costa. Foto de Taiane Dantas Martins, Caldeirão, Uibaí, 2006.

Gráficos:

Gráfico 01 - Propriedade de escravizados em Xique-Xique de acordo com os inventários.... 24

Gráfico 02 - Número de escravizados por proprietário em Xique-Xique em diferentes períodos do século XIX..... 24

Gráfico 03 - Distribuição dos escravizados em Xique-Xique por gênero..... 28

Gráfico 04 – Qualificação dos escravizados em Xique-Xique..... 29

Gráfico 05- Idade dos escravizados em Xique-Xique..... 31

Gráfico 06 - Ocorrência de gado bovino e terras nos inventários autuados em Xique-Xique..... 36

Gráfico 07 - Número de Proprietários de Cativos envolvidos com determinadas atividades de acordo com os inventários – Xique-Xique (1850-1887)..... 43

Gráfico 08 - Proprietários de Xique-Xique que possuíam mais de cem cabeças de gado no século XIX..... 44

Gráfico 09 - Número de cativos envolvidos com determinadas atividades de acordo com os inventários – Xique-Xique (1850-1887)..... 45

Gráfico 10 - Ocupação dos escravizados de acordo com os inventários..... 47

Gráfico 11 - Estado civil da população cativa de Xique-Xique de acordo com o Censo de 1872..... 88

Gráfico 12 - Propriedade de padrinhos e madrinhas escravizados em Xique-Xique entre 1865-1867 e 1871-1886..... 106

Tabelas:

Tabela 01 - Morbidade em de Xique-Xique entre 1813 e 1888.....	58
Tabela 02 - Estado jurídico de padrinhos e madrinhas de filhos de cativas em Xique-Xique entre 1865-1867 e 1871-1886 em números absolutos e relativos.....	105
Tabela 03 - Condição jurídica dos padrinhos no caso de um deles ser escravizado em Xique-Xique entre 1865-1867 e 1871-1886.....	107
Tabela 04 - Padrinhos livres de escravizados 1871-1886.....	108

Quadros:

Quadro 01 - Profissão de livres em Xique-Xique de acordo com o Censo de 1872.....	42
Quadro 02 – Profissão de escravizados e escravizadas de acordo com o Censo de 1872.....	49
Quadro 03 - Formas de obtenção da alforria em Xique-Xique no século XIX.....	63
Quadro 04 - Tipos de alforrias conquistadas presentes em Testamentos, Inventários, Processos-Cíveis e Batismos de Xique-Xique entre 1813 e 1888.....	71

## RESUMO

Esta pesquisa analisou a experiência dos escravizados e escravizadas no sertão do São Francisco, Vila de Senhor do Bonfim e Bom Jesus de Chique-Chique, emancipada em 1832. O recorte da pesquisa foi de 1850 a 1888, expandindo-se a análise para o período anterior nos momentos em que as fontes permitiram. Estas foram os inventários *post mortem* e testamentos, onde se buscou aspectos quantitativos, formações familiares e formas de conquista da liberdade; os processos cíveis e criminais, onde se analisou alguns conflitos e aspectos cotidianos; as correspondências de autoridades e os relatos de viajantes, buscando-se conhecer melhor a sociedade local; além dos registros de batismos, utilizados para analisar as estratégias utilizadas pelas cativas no momento de apadrinhar seus filhos. O enfoque foi dado para o trabalho, abordando as atividades realizadas, onde se verificou uma grande diversidade de ocupações. Analisou-se ainda a moradia dos cativos e aspectos da morbidade destes. Foram buscadas também as formas de conquista da liberdade, que variaram nas diferentes décadas e as formas de resistência utilizadas pelos escravizados, além das estratégias familiares e de compadrio estabelecidas por eles.

Palavras-chave: Escravidão no Sertão; Xique-Xique; Liberdade; Resistência dos Cativos; Família.

## ABSTRACT

This research analyzed the enslaved experience in the San Francisco backwoods, Senhor do Bonfim village and Bom Jesus de Chique-Chique, emancipated in 1832. The research outline was from 1850 to 1888, expanding analyze to previous period at times when sources allowed. These were the *post-mortem* inventories and wills, where were sought to quantitative aspects, family backgrounds and freedom conquest ways, the civil and criminal cases, which were examined some everyday conflicts and aspects, the authorities correspondences and the travelers account, seeking to know better the local society, as well as the baptisms records used to study the used strategies by captives at the time to protect their children. The focus was done to working, approaching activities done, where there were wide occupations varieties. Still were studied captives' housing and their morbidity aspects. It was also sought freedom conquest ways which varied in different decades and resistance forms used by the enslaved, besides familiar strategies and cronyism established by them.

Keywords: Slavery in Backwoods; Xique-Xique, Freedom; Captives Resistant; Family.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	13
2	VIVÊNCIA CATIVA NO SERTÃO: DIVERSIDADE .....	33
2.1	O município de Xique-Xique e as propriedades existentes .....	33
2.2	Trabalho dos cativos .....	42
2.3	Controle dos trabalhadores escravizados .....	50
2.4	O dia-a-dia dos escravizados em Xique-Xique: moradia e morbidade .....	55
3	LIBERDADE E RESISTÊNCIA NO SERTÃO: EXPERIÊNCIAS .....	61
3.1	Liberdade no sertão: realidade ou miragem? .....	61
3.2	Resistência cativa no sertão .....	79
4	REDES FAMILIARES E ESTRATÉGIAS DE COMPADRIO DE CATIVAS NO SERTÃO DE XIQUE-XIQUE .....	86
4.1	Redes familiares e reprodução endógena de escravizados e escravizadas em Xique-Xique .....	86
4.1.1	Marias em Xique-Xique: lutas e sobrevivências .....	94
4.1.2	Silvéria, seu marido, filho, senhor-compadre e outros parentes .....	99
4.2	Compadrio de cativas em Xique-Xique .....	102
4.2.1	Redes de Compadrio no Cotovelo e no Olho d'Água .....	103
5	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	110
	FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	112

# 1 INTRODUÇÃO

Auto da Canabrava

VICENTE VELOSO

Eu sou Vicente Veloso; E vivo dentro do mato.  
Fui escravo, fugitivo; Hoje sou livre de fato.  
Vim de cima da montanha; Do arraial do Ventura.  
Pra lá de Morro do Chapéu; Trabalhava lá nas mina.  
Pertin de Jacobina; Onde as pedra trisca o céu.

No ano quarenta e quatro; Do século mil e oitocentos.  
Eu vivia como escravo; Trabalhando como jumento.  
Vivendo desesperado; De tanto, tanto trabalho.  
Fazendo serviço pesado; Fosse noite ou sol a pino.  
Nunca acostumei com o fardo;  
Que tinha no couro grudado.  
Desde o tempo de menino.

Um dia me perguntei; Se aquele era meu destino.  
Trabalhar até ficar velho; Trabalhar desde menino.  
E não vê o resultado; De tanto, tanto trabalho.  
Trabalhar até não prestar; Até ser posto de lado.  
Pois o dono do escravo; Mandado do céu não é.  
Depois de esgotar o sujeito; Quinze, vinte ano no eito.  
Lhe joga no meio da rua.  
Pra viver de esmolé.

Pois o escravo quando velho; Já não guenta mais serviço.  
E fica veio, jogado; Como fosse um esturpiço.  
Um trem velho mulambento; Melhor não ter essa sina.  
Ter morrido pequenino; Um dia me perguntei.  
Se era aquele meu destino.

Então, desorientei; E fiquei desplaneado.  
Daquela minha questão; Arrumei o resultado.  
Mas fiquei matutando; Sem saber se o fazia.  
Sem saber se me matavam; Ali mesmo na freguesia.  
Mas um escravo morto.  
Era de pouca valia.

Não foi de caso pensado; Não foi uma maldade.  
Foi vontade de justiça; Dessas que anima e atiça.  
Que me chamou de verdade.  
E me disse, assim, baixinho.

“Vicente, sabe a verdade.  
Está aí, em tu, aí dentro; Dentro do seu coração.  
Tanto a sua liberdade.  
Quanto a sua escravidão”.

Então, animado e afoito; Fiquei com meu sangue quente.  
Recebi umas broncas; Do que se dizia meu dono.

Que aquela minha moleza; Sofria por dor de dente.  
Era mode uma aguardente.  
Que sumiu de sua cabana.

Eu disse, não, não fui eu; E não irei trabalhar.  
Ta vendo cá pra esse dente; Assim não vou agüentar.

O diabo que tale dono; Pensou que o velho Vicente fosse.  
Não julgou novo o Vicente; E tentou dar-me com o açoite.

Ali, mesmo, decidi; Não seria mais escravo.  
Não precisava de lei; Pra me haver libertado.  
Eu mesmo, preto Vicente; Orgulho da cor negra, carvão.  
Me libertei das correntes; Que me prendia não o braço.  
Mas o coração e a mente; E a espada da justiça.  
Em forma de velho facão; Usou das minhas duas mãos.  
Consegui minha liberdade;  
E dei, adeus, sem saudade.  
Para aquela escravidão.

Aí, vixe, cai no mato; Subi serra, desci serra.  
Passei lajedo, beirada; Que beiradeiro não beira.  
Passei caatinga fechada; Sem lavoura nem fazenda.  
A não ser os gado e as roça; Que deus do céu, mesmo inventa.  
Caí no mato sem rumo; Caí no mato sem dó.  
Pois sabia que deus é grande; E o mato é muito maior.  
Me afastei o mais possível; Das terra de Jacobina.  
E de Morro do Chapéu; A apesar de ter passado.  
Fome e sede lá nos mato.  
Não ser mais um escravo.  
Me fazia sentir no céu.

Valei-me São Benedito; Nossa Senhora do Rosário.  
Valei-me Jesus Cristo dos preto; Que padeceu no calvário.

Cheguei lá num boqueirão; Duma serra que de longe.  
Era meio que azulada; Aqui ou então acolá.  
Um lajedo a branqueava; E embora, fome passasse.  
E o cansaço apertasse; A noite fria enginhava.  
O couro nu desde a tarde; A dor cresce o pé de pau.  
Os arvoredos e os animais.  
E nos homens foi a dor.  
Que trouxe a liberdade.

Flávio Dantas Martins

A presente pesquisa tem como problema principal analisar aspectos das experiências de pessoas escravizadas no curso médio do grande rio São Francisco, mais especificamente no município e freguesia do Senhor do Bonfim de Chique-Chique, na antiga província da Bahia. No cenário estudado está atualmente a maior parte dos municípios de uma vasta área sertaneja conhecida hoje como Território de Irecê, na Chapada Diamantina Setentrional.

Foco aqui as relações cotidianas estabelecidas com destaque para o trabalho, as formas de obtenção da liberdade e as relações familiares e de compadrio entre cativos, libertos e livres.

A escolha desta temática está profundamente enraizada à minha trajetória pessoal de mulher sertaneja nascida na cidade de Uibaí, inclusa no chamado Polígono das Secas, situada a cerca de 500 quilômetros da capital do Estado da Bahia, que conta atualmente com cerca de 13. 723 habitantes, com área geográfica de 515,67 Km<sup>2</sup>, base econômica na agricultura e grau de urbanização de 57,88%<sup>1</sup>, a qual no século XIX era apenas uma interligação de fazendas pertencentes ao território de Chique-Chique.

Na infância sofri discriminação na família por ter muitos traços físicos considerados não europeus e, portanto, inferiores. Isso, associado a outras experiências de discriminação desenvolveu minha curiosidade acerca das populações negras e afro-brasileiras em minha região, o que me levou aos arquivos e a presente pesquisa.

Minha primeira experiência com a pesquisa acadêmica se deu em minha Graduação em Pedagogia na UNEB, Campus XVI – Irecê, na área de História da Educação. Fui orientada por um professor graduado e mestre em História, cujo nome é Cláudio Eduardo Felix dos Santos e na universidade tive contatos mais próximos com outra historiadora, também mestra em História, chamada Maria Dorath Bento Sodré, os quais, vendo meu crescente interesse, me introduziram em leituras de autores mais ligados à área de história como Eric Hobsbawn<sup>2</sup>, Erivaldo Fagundes Neves<sup>3</sup> e outros. Não havia saída, eu estava apaixonada pela pesquisa histórica e iria me enveredar por ela em minha carreira acadêmica subsequente. Minha monografia de Graduação, escrita juntamente com minha irmã mais velha, Janaina Dantas,

---

<sup>1</sup> Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de acordo com o censo 2000 e estimativas. Disponível em <<http://www.ibge.br>>. Acessado em 02 de maio de 2006.

<sup>2</sup> Eric Hobsbawn. *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

<sup>3</sup> Erivaldo Fagundes Neves. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de História Regional e Local)*. Feira de Santana: Editora da UEFS; Salvador: EDUFBA, 1998.

intitulou-se “Aspectos Político-Pedagógicos da Escola Supletiva de Uibaí, regida por Cassimira Professora (1947-1958)”.<sup>4</sup>

Na minha Especialização em História, também realizada na UNEB, campus IV – Jacobina, parti para a linha de estudos de gênero e para a pesquisa de trabalhadores rurais, produzindo a monografia intitulada “Viver pra Parir, Labutar pra não Morrer: Cotidiano de Trabalhadoras Rurais na Vila de Uibaí, Xique-Xique, década de 1950”<sup>5</sup>. A partir desta pesquisa resolvi me enveredar mais nos arquivos com a documentação escrita e retroceder no tempo para chegar, enfim, à história da vida das populações negras em minha região no século XIX, tema para o qual fui levada numa visita ao Arquivo Público do Estado da Bahia onde consultei o inventário do fundador da minha cidade<sup>6</sup>, no qual constatei a existência de três escravos. Passei à consulta de outros documentos e cheguei à presente dissertação.

O velho Chique-Chique, grafado exatamente assim, se estendia por mais de quarenta léguas, do norte, no rio Verde, que o separava de Sento-Sé e mais além também se limitava com Jacobina, até o sul, tocando no município de Brotas de Macaúbas e no rio Paramirim, que o dividia da comarca de Santo Antônio do Urubu - atual município de Paratinga. Outras quarenta e tantas léguas o levavam de leste a oeste, limitando-se novamente com Jacobina, a leste, e também com Morro do Chapéu – nas imediações do rio Jacaré ou Vereda do Romão Gramacho – até chegar ao rio São Francisco, a oeste, divisa com Barra do Rio Grande e Pilão Arcado.<sup>7</sup>

Ferreira estudou o processo de povoamento da Vila e afirmou que este “[...] guarda uma ligação íntima com a instalação das fazendas de gado do mestre de campo Antônio Guedes de Brito, no século XVII, que daria origem depois à famosa sesmaria da Casa da Ponte”<sup>8</sup>. Analisou em sua tese a paulatina desagregação desses domínios, empreendida de forma mais efetiva no decorrer das três primeiras décadas do período oitocentista ressaltando alguns aspectos da relação com a terra e traçando um panorama geral do uso social do espaço por parte das famílias. Focou também a importância do rio São Francisco como primeiro aglutinador dos núcleos humanos, sendo que, posteriormente, este influiria fortemente na

---

<sup>4</sup> Janaina Dantas Martins; Taiane Dantas Martins. *Aspectos político-pedagógicos da Escola Supletiva de Uibaí, regida por Cassimira Professora (1947-1958)*. Monografia (Graduação em Pedagogia). Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias da Universidade do Estado da Bahia. Irecê, 2005.

<sup>5</sup> Taiane Dantas Martins. *Viver pra parir, labutar pra não morrer: cotidiano de trabalhadoras rurais da Vila de Uibaí, Xique-Xique, década de 1950*. Monografia (Especialização em História: cultura urbana e memória). Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia. Jacobina, 2008.

<sup>6</sup> APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Judiciária. Inventário de Venceslau Pereira Machado (1850). Estante 07, caixa 3127, período final 1853, documento 23.

<sup>7</sup> Elisângela Oliveira Ferreira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social). UFBA, 2008. p. 14.

<sup>8</sup> *Ibidem*.

constituição e manutenção das diferenças sociais. Pois o grande rio era a referência principal na busca pela segurança, devido ao fato de que nas terras que o margeavam se erigiram os domínios de várias das famílias que sucessivamente ocuparam os cenários de exercício de poder e autoridade no município. Analisou também como, no processo de venda do antigo latifúndio pecuarista, um proprietário em particular, Ernesto Augusto da Rocha Medrado, pôde se tornar o grande beneficiário, reunindo as condições necessárias: capital e redes de influência, para adquirir grande parte das terras.<sup>9</sup>

Utilizarei aqui a grafia atualizada Xique-Xique, escrita que segundo o inglês Richard Burton, que passou pela Vila em 1866, já era a utilizada naquela época<sup>10</sup>. Mas os documentos oficiais do século XIX consultados utilizam a grafia com Ch. A atualização será para que haja uma maior identificação do trabalho com o atual município de Xique-Xique, visto ser lá que se situava a sede da Vila. Porém, é necessário ressaltar que o município do século XIX enquadrava as Fazendas ou lugarejos que deram origem a diversos municípios atuais como Gentio do Ouro, Itaguaçu, Central e Uibaí, tendo área, portanto, bem mais abrangente que a do atual município de Xique-Xique.

O município de Xique-Xique, com histórico de mais de três séculos de ocupação, foi até então pouco explorado, como a maior parte do sertão baiano<sup>11</sup>, em pesquisas acadêmicas na área de História. Foi um porto fluvial de destaque, estrategicamente ocupado à época da colonização às margens do Rio São Francisco, cujo povoamento se iniciou na Ilha do Miradouro com a Fazenda Praia de Teobaldo José de Carvalho. Em 1700 nasceu o arraial Xique-Xique, sendo ainda uma aldeia em 1732. Tornou-se freguesia em 1714<sup>12</sup>, quando pertencia ao termo da Vila de Santo Antonio do Urubu, comarca de Jacobina. Foi denominado

---

<sup>9</sup> Elisângela Oliveira Ferreira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. p. 14.

<sup>10</sup> Richard Burton. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. p. 262.

<sup>11</sup> Acerca de outras áreas do sertão baiano ver Erivaldo Fagundes Neves. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005; Erivaldo Fagundes Neves. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de História Regional e Local)*. Feira de Santana: Editora da UEFS; Salvador: EDUFBA, 1998. José Ricardo Moreno Pinho. *Escravos, quilombolas ou meeiros? Escravidão e cultura política no Médio São Francisco (1830-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001. Maria de Fátima Novaes Pires. *O crime na cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2003. Washington Santos Nascimento. Família escrava, libertos e a dinâmica da escravidão no sertão baiano (1876-1888). *Afro-Ásia*, n.35, 2007, p.143-162. Erivaldo Fagundes Neves. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto-Sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. *Afro-Ásia*, n. 24, 2000, p.97-128. VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. *Os negros em Jacobina (BAHIA) no século XIX*. São Paulo: Annablume, 2009.

<sup>12</sup> Jurandir Pires Ferreira (org.). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1998.

Vila em 1831 e município de Chique-Chique em 6 de julho de 1832<sup>13</sup>. No início do século XIX pertencia à comarca de Jacobina e estava sujeito à jurisdição de Santo Antônio do Urubu, atual Paratinga. Ferreira nos narra essa trajetória

Em 1812 os moradores do pequeno arraial – que passou a condição de julgado no alvorecer do século XIX – registravam que aquela era uma das principais povoações da comarca de Jacobina, contendo “hum bom numero de cazas arruadas, com Igreja Matriz e para sima de três mil almas de confição”, e nesta época já pleiteavam a promoção do lugar à categoria de vila. O arraial estava sujeito à jurisdição de Santo Antônio do Urubu (atual Paratinga), vila localizada a cerca de sessenta e cinco léguas de distância, o que representava incômodos e prejuízos para a população local.<sup>14</sup>

A promoção só viria a ocorrer em 1832, quando houve a criação da Vila, cujo território

[...] ficou dividido administrativamente em seis distritos [...] O primeiro distrito era o da vila [...] O distrito das Pedras [...] se localizava ao norte, doze léguas de distância de Xique-Xique [...]. No mesmo paralelo, só que na direção sul estavam os distritos da Lagoa, na distância de seis léguas e bem mais adiante o de Mata Fome [...] localizado dezessete léguas acima. Mais para o interior da caatinga, ao sudeste, localizavam-se os distritos de São José, também a dezessete léguas da vila, e mais longe ainda Brumado, a vinte léguas de distância, ambos na região das serra do Assuruá.<sup>15</sup>

No início dos anos de 1850, a Vila de Xique-Xique tinha apenas um padre e um professor de primeiras letras, não havendo professora para as meninas nem substituto quando o padre saísse em desobrigas nas Fazendas e Distritos<sup>16</sup>. Em 1852 contava com 1500 eleitores,<sup>17</sup> dos quais 67% foram indicados como lavradores, cerca de 12% como negociantes, 5% como proprietários, seguidos de criadores. Os demais variavam desde trabalhadores especializados como alfaiate, carpinteiro, pedreiro ou sapateiro até detentores de ocupações vagas como agências, termo que provavelmente se referia aos vários tipos de atividades como o comércio, por exemplo.

Não havia calçamentos, apesar de que, pedaços de carvão férreo espalhados no chão tornavam igualmente impossíveis a poeira e a lama<sup>18</sup> e na praça triangular se poderia

---

<sup>13</sup> Cassimiro Machado Neto. *Senhor do Bonfim e Bom Jesus de Chique-Chique (História de Xique-Xique)*. Chique-Chique: Edição do Autor, 1999. p.42.

<sup>14</sup> Elisângela Oliveira Ferreira, *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*, p. 85.

<sup>15</sup> *Ibidem*.

<sup>16</sup> APEB, SCP, DA, Maço 1.464-1, Correspondência recebida da Câmara (1834-1879), Chique-Chique, 12 de janeiro de 1859.

<sup>17</sup> APEB, SCP, Justiça, maço 2291, Juizes de Chique-Chique (1829-1864), Qualificação dos Cidadãos Elegíveis e Votantes do Município de Chique-Chique, 18 jan. 1852.

<sup>18</sup> Richard Burton, *Viagem op. cit.*, p. 261.

encontrar, além da Igreja, a Câmara-Cadeia e “[...] uma casa nobre, com sacadas de grades de madeira espalhafatosamente pintadas e alguns meio-sobrados”<sup>19</sup>, além de casas térreas, com seus grandes quintais e jardins suspensos feitos em canoas velhas contendo gerânio, manjerição e alfazema, de cujas flores as mulheres enfeitavam os cabelos, além de cebolas e verduras.

Mais para o Norte havia um cemitério bem cuidado, segundo a avaliação do inglês Richard Burton, que calculou em 180 as casas construídas, destacando que muitas delas só se abriam em dias de festas quando abrigavam 1.500 almas.<sup>20</sup> Estas casas fechadas certamente pertenciam a proprietários que passavam grande parte do ano em suas fazendas nas serras, na beira do rio, ou mesmo em outras Vilas e cidades.

O título, “Da enxada ao clavinote”, é uma referência a principal atividade realizada pelos escravos, que era o trabalho com a terra e a outro tipo de atividade desempenhada por alguns deles que era a luta armada resultante dos conflitos políticos constantes em Xique-Xique nesse período.

Era comum as pessoas andarem armadas, o que pode ser lido no relato de Burton, que encontrou várias pessoas numa estrada, dentre as quais todos os homens estavam armados<sup>21</sup>. Esse costume corriqueiro também foi reafirmado em um processo criminal<sup>22</sup> e é perceptível nos inventários, pois em 33% deles aparecem armas, havendo inclusive casos de proprietários com um número considerável delas, como Joaquim Estácio da Costa que ao falecer em 1872, deixou 10 clavinotes e um revólver<sup>23</sup> ou o Tenente Coronel João da Cruz Mariano que, quando sua mulher faleceu em 1874, dentre os bens do casal, constavam nada menos que 25 clavinotes e 2 “armas finas”<sup>24</sup>.

Alguns escravos também viajavam armados, pois Burton encontrou um velho proprietário que viajava com duas imensas garruchas saindo acima do coldre acompanhado por um escravo que carregava uma espingarda no ombro.<sup>25</sup>

No cerco ocorrido em Xique-Xique no início de 1886, decorrente de disputas políticas entre os dois grupos locais: Marrão x Pedra, do qual resultaram algumas mortes, podemos encontrar entre os apontados como participantes do conflito um escravo que se chamava

---

<sup>19</sup> *Ibidem*.

<sup>20</sup> Richard Burton, *op. cit.*, p. 262.

<sup>21</sup> *Idem*, p. 263.

<sup>22</sup> APEB, SJ, PC, nº 24/842/02, Apelação Crime, Ré: Antonia Maria do Nascimento. Vítima: Joaquim Candido das Chagas. 1870.

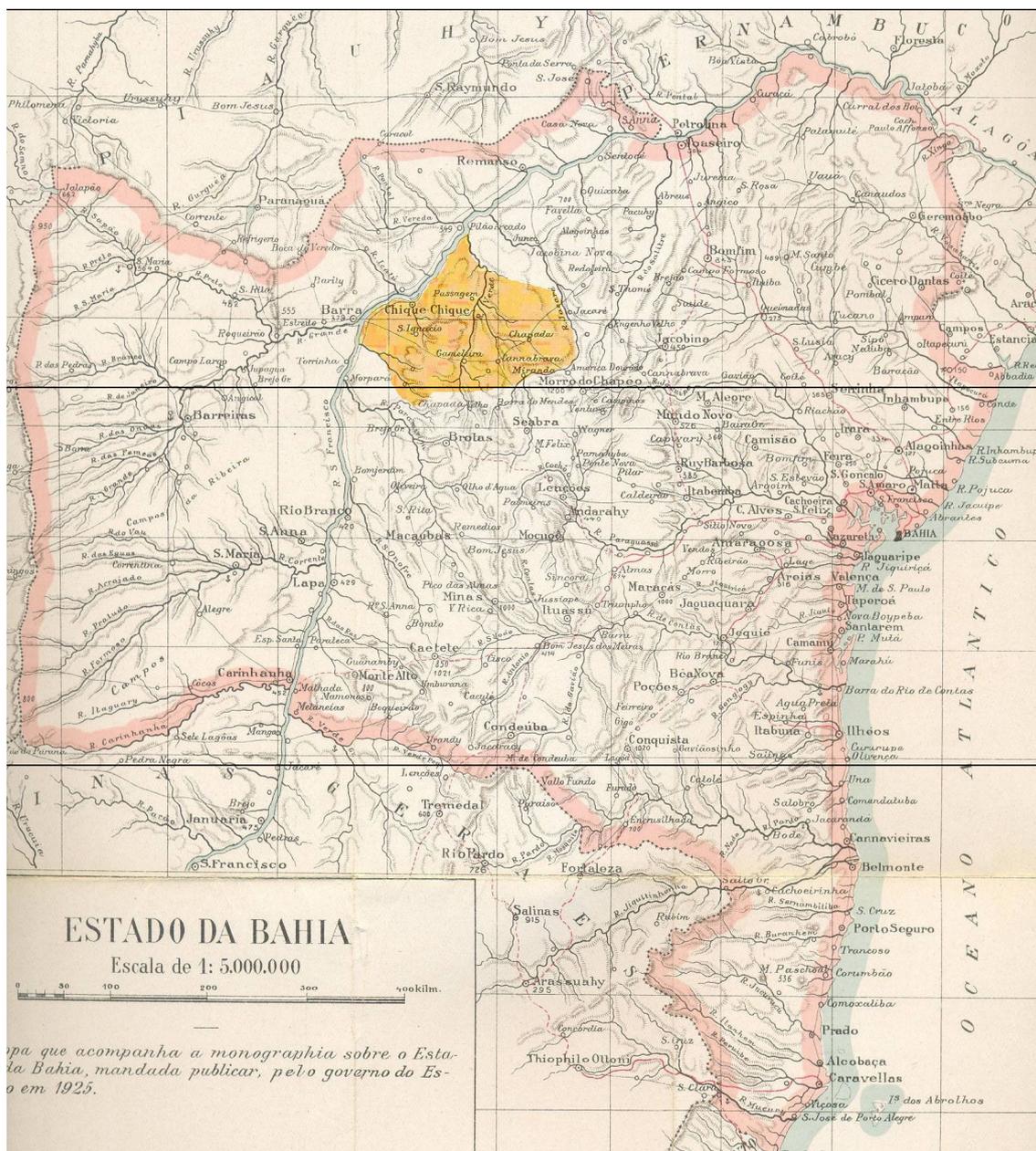
<sup>23</sup> APEB, SJ, IT, nº 05/1444/07, Inventário de Joaquim Estácio da Costa, Xique-Xique 1872.

<sup>24</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3169/14, Inventário de Maria Madalena de Novais Mariano, Xique-Xique, 1874.

<sup>25</sup> Richard Burton, *op. cit.*, p. 263.

Saturnino e era propriedade de um dos chefes locais, Manoel Martiniano da França Antunes.<sup>26</sup> Além de dois homens libertos: Euzébio, “[...] que foi escravo de Felix Nunes” e Felipe, ex-escravo do mesmo Manoel Martiniano.<sup>27</sup>

Apresento, a seguir, as dimensões aproximadas do município de Xique-Xique no XIX:



Mapa 01 - Mapa do Estado da Bahia. In: SAMPAIO, Theodoro. O Estado da Bahia: agricultura, criação de gado, indústria e commercio. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925. Apud: FERREIRA, Elisângela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social). UFBA, 2008.

<sup>26</sup> APEB, SJ, PC, nº 24/842/02, Apelação Crime, Ré: Antonia Maria do Nascimento. Vítima: Joaquim Candido das Chagas. 1870.

<sup>27</sup> APEB, SJ, PC, nº 24/839/07, Apelação Crime, Réu: Jacob Pereira Bastos (e outros). 1886.

A economia se mostrava bem diversificada em Xique-Xique, cuja área pode ser dividida sem risco em pelo menos três realidades locais, ligadas à produção e as características geofísicas: as vazantes, que seriam as áreas próximas ao Rio São Francisco, onde se praticava o comércio de forma mais intensiva que no restante do município, a pesca, a agricultura e a criação de gado; as caatingas, cujo povoamento se iniciou ainda na primeira metade do século XIX, áreas mais desprivilegiadas do ponto de vista do acesso à água, mas com fertilidade suficiente em grandes partes para a realização da agricultura e pecuária e as serras, onde se explorou durante parte do século XIX ouro e diamantes e em cujos vales se praticava a policultura, criação de gado e a manufatura de produtos.

O trabalho na terra era a principal fonte de rendimento da comunidade.<sup>28</sup> Essa produção agrícola de mandioca, milho, feijão, arroz, fumo, algodão e canas<sup>29</sup>, abastecia a comunidade local e os excedentes eram enviados para as minas de Gentio e de Santo Inácio, “[...] para os municípios vizinhos de Barra, Pilão Arcado, Sento Sé, Juazeiro e até para o porto de Santa Maria da Boa Vista ou de Cabrobós, na Província de Pernambuco, bem como para as lavras de Lençóis”<sup>30</sup> sendo transportados pelos tropeiros ou embarcados pelo rio. O gado vacum e cavalar e os couros secos eram enviados para a capital.<sup>31</sup>

As únicas coisas que se importava para consumo em Xique-Xique eram o café, a rapadura e o açúcar vindos da Província de Minas Gerais “não havendo até agora produção alguma vinda do estrangeiro”.<sup>32</sup> Tratava-se, portanto, de uma sociedade que produzia grande parte do que consumia.

Dentro dessa variedade produtiva, os escravizados tinham um papel fundamental na produção, atuando juntos a libertos, livres, pobres e proprietários. Busco analisar de forma integrada aspectos qualitativos e quantitativos da experiência destes, pois, como ressalta Ginzburg, o historiador deve seguir os indícios de sua temática, acompanhando um método “[...] interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores”.<sup>33</sup> E esses indícios foram construídos a partir de dados levantados em

---

<sup>28</sup> Elisângela Oliveira Ferreira, *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*, p. 43.

<sup>29</sup> APEB, SCP, DA, Maço 1.464-1, Correspondência recebida da Câmara (1834-1879), Chique-Chique, 20 de junho de 1857.

<sup>30</sup> APEB, SCP, DA, Maço 1.464-1, Correspondência recebida da Câmara (1834-1879), Chique-Chique, 20 de junho de 1857.

<sup>31</sup> APEB, SCP, DA, Maço 1.464-1, Correspondência recebida da Câmara (1834-1879), Chique-Chique, 20 de junho de 1857.

<sup>32</sup> APEB, SCP, DA, Maço 1.464-1, Correspondência recebida da Câmara (1834-1879), Chique-Chique, 20 de junho de 1857.

<sup>33</sup> Carlo Ginzburg. *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*. In: Carlo Ginzburg. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 149.

documentos manuscritos do Arquivo Público do Estado da Bahia, em Salvador e da Secretaria da Casa Paroquial da Paróquia do Bonfim, em Xique-Xique, dentre os quais destacamos os inventários *post mortem*, os testamentos, os processos criminais e cíveis, os registros de batismos, as correspondências de autoridades como padres, vereadores, juizes e delegados. Foram utilizados também relatos de viajantes, o Censo de 1872 e a legislação do Império.

Os inventários *post mortem*, que são um tipo de fonte que possibilita uma amostragem seriada, nos permitiram levantar aspectos acerca do gênero, idade, etnia, ocupação, morbidade e relações familiares nas propriedades. Os testamentos acabaram revelando diversos aspectos das vidas daqueles que os ditavam e foram fundamentais principalmente para a análise da liberdade por trazer diversas formas de alforria negociadas entre escravos e seus senhores.

Os processos criminais e cíveis nos propiciaram um contato intenso e dinâmico com as pessoas que viveram momentos de negociação e conflito do nosso passado escravista, o que inegavelmente traz à luz a complexidade do dia-a-dia das relações estabelecidas neste. Busco nestes, elementos influentes no cotidiano como resistência, disputas e cumplicidades estabelecidas entre escravos e não escravos e destes entre si, pois, como ressalta Reis, “[...] mais uma vez a história dos dominados vinha à tona pela pena dos escrivães de polícia”<sup>34</sup> e não podemos ignorar estas fontes. Eles são fundamentais ainda para entender as formas como os escravizados buscaram sua liberdade através da justiça e aspectos das relações cotidianas, como moradia e diversão, além do entrelaçamento de relações familiares. Como ressalta Pires,

O auto criminal é um material singular, por captar, registrar as nuances e tensões sociais que envolveram variadas regiões subordinadas ao regime de trabalho escravo. Mostram-se valiosos para a análise dos crimes, dos seus mecanismos impulsionadores e possibilitam reconstituições da vida social.<sup>35</sup>

As correspondências de autoridades como juizes, delegados, padres e vereadores, ajudaram a compreender aspectos mais amplos da sociedade de Xique-Xique, como os conflitos políticos, as solicitações dos administradores e os problemas apontados para o município, elementos fundamentais para compreendermos aspectos do cotidiano de escravos e escravas em Xique-Xique no século XIX.

Na Casa Paroquial da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim em Xique-Xique pude encontrar livros de registros de batismos que foram essenciais para estudar as vivências estabelecidas por escravizados em Xique-Xique com outros membros da sociedade local, principalmente as relações familiares com o parentesco consanguíneo e simbólico,

<sup>34</sup> João José Reis. *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 2a ed., 2003. p. 10.

<sup>35</sup> Maria de Fátima Novaes Pires. *O crime na cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2003. p. 22.

evidenciado através dos batismos, que revelaram intensos contatos dos escravizados com outros escravizados, principalmente de fazendas vizinhas e com livres e libertos.

Utilizo também o Censo de 1872 para conhecer principalmente aspectos quantitativos dessa população e os relatos de viajantes que passaram em Xique-Xique no período estudado por nós, os quais, apesar de necessitarem, conforme ressalta Slenes<sup>36</sup>, de um “filtro”, puderam nos revelar olhares de nosso ambiente de estudo. Como lembra Bacellar<sup>37</sup>, a paciência é a arma básica do pesquisador e através do cruzamento dessas diversas fontes procuro indícios da vida dos escravos em Xique-Xique.

O recorte temporal (1850-1888) se justifica devido a dois grandes marcos na escravidão brasileira que é a aprovação da lei de proibição do tráfico atlântico e a abolição. Esse recorte foi ampliado à medida que as fontes permitiram, mas a maioria delas é do período posterior à década de 1840, dificultando a análise do período anterior, para o qual disponho de poucos inventários e testamentos, escassas correspondências e processos e nenhum registro eclesiástico.

Quais seriam, então, os números dos cativos em Xique-Xique? Nos inventários autuados, representativos, é claro, apenas daqueles cativos pertencentes a proprietários que faleceram durante esse período, foi possível encontrar o número de 539 escravos, sendo 73 para o período entre 1813 e 1849, 144 entre 1850 e 1859, 126 entre 1860 e 1869, 124 entre 1870 e 1879 e 72 entre 1880 e 1887. Certamente os números eram bem superiores a esses.

Em 1849 os vereadores calcularam a mão-de-obra local em cerca de dois mil trabalhadores livres e trezentos escravos, número que nos parece subestimado, pois em 1872, período mais próximo à abolição, segundo o Censo realizado, estes perfaziam 1.429 pessoas, sendo cerca de 9% da população e não foi possível perceber nas fontes utilizadas um aumento radical nos quantitativos de posses de escravos entre um período e outro. Nas matrículas de escravos encontradas nos inventários, portanto, representativas de uma pequena parcela da lista, foi encontrado um escravo matriculado com o número 801, o que indica que houve ao menos esse número de matriculados em 1872. Em 1887, já às vésperas da abolição, ainda se contava 381 cativos no município.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> Robert Slenes. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>37</sup> Carlos Bacellar. “Uso e mau uso dos arquivos”. IN: *Fontes Históricas* / Carla Bassanezi Pinsky, (org.). – São Paulo: Contexto, 2005. P.26.

<sup>38</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3119/16, Inventário e testamento de Ciriaco Pereira Bastos, Xique-Xique, 1886. APEB, SCP, DA, Maço 1.464-1, Correspondência recebida da Câmara (1834-1879), Chique-Chique, 12 de janeiro de 1849. PUNTONI, Pedro (coord.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo: CEBRAP, 2004 (CD-ROM). APEB, SM, PR, Catálogo nº 68, Filme nº 88 (1886-1887), doc. nº 1880.

Vejamos adiante, nos inventários autuados encontrados no Arquivo Público do Estado da Bahia, o percentual deles em que os proprietários possuíam escravos:

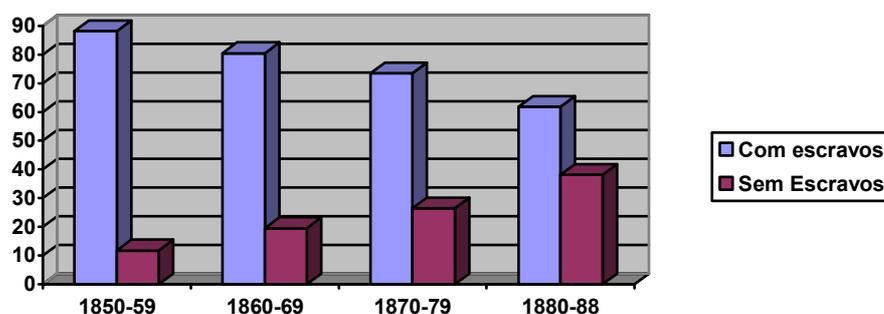


Gráfico 01 – Propriedade de escravizados em Xique-Xique de acordo com os inventários.  
Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciário. Inventários.

Na década de 1850, 88,2% dos proprietários possuíam escravos. Número que era de 100% na primeira metade do século, o que aponta os escravos como um dos tipos de bens preferenciais dentre aqueles que tinham algo que legar aos herdeiros. Esses números vão caindo gradativamente e encontramos quase 62% de proprietários com escravos na década da Abolição. Número que, considerando a conjuntura de queda do quantitativo de escravos em todo o país, não deve ser ignorado.

Outro fator que deve ter provocado essa diminuição dos quantitativos foi o aumento no preço dos escravizados em Xique-Xique, cuja média, a partir dos inventários transcritos, subiu de 260\$000 entre 1813 e 1850 para 677\$000 entre 1851 e 1871, com ligeiro decréscimo no período final da escravidão, quando um homem entre 15 e 45 anos foi avaliado em média por 661\$000 réis.<sup>39</sup>

Esses números demonstram que os escravos foram, utilizados como mão-de-obra, exclusiva ou não, durante todo o século XIX escravista em Xique-Xique. Mas qual o tamanho das estruturas de posse locais? Vejamos:

<sup>39</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciário. Inventários.

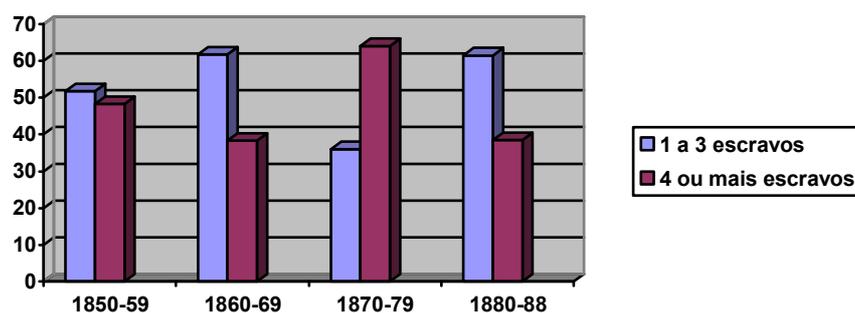


Gráfico 02 - Número de escravizados por proprietário em Xique-Xique em diferentes períodos do século XIX.

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciário. Inventários.

Na década de 1850 havia um ligeiro predomínio dos pequenos proprietários, o que se intensifica na década seguinte. Mas esse grupo sofre uma queda radical na década de 1870, para recuperar a hegemonia nos anos finais da escravidão. Considero aqui pequeno proprietário aquele com até três escravizados por ser um número muito constante dentre os senhores locais. Poucos foram os casos de proprietários com mais de 15 escravos, independentemente do período de análise, portanto, as estruturas de posses de cativos locais eram, predominantemente, compostas por poucos indivíduos.

Acredito que o aumento dos pequenos proprietários na década de 1860 se deveu à grande seca ocorrida entre 1857-1860, considerada a mais terrível do século. Gonçalves, que estudou o fenômeno das secas na Bahia do século XIX, afirmou: “[...] acredito que as secas dos anos 70 não tenham sido tão rigorosas quanto a de 1857/1861.”<sup>40</sup>

Em 1860 o juiz municipal substituto de Xique-Xique comunica a situação ao presidente da província. Vejamos parte do relato<sup>41</sup>:

A vista do pavoroso quadro de destruição, que apresenta o infeliz Termo desta Villa, motivada pela mais terrível secca, de que se tem notícia, não posso Exmo Senhor, conservar-me por mais tempo impassível, sem que em nome de tantos desvalidos, que transidos pela fome percorrem as ruas desta Villa, sem achar o menor socorro, situação que mais se agrava de dia em dia, pelos numerosos bandos de imigrantes das Serras do Assuruá, e mais lugares centrais do Termo desta, e de outras Villas, muitos dos quais a fome e sede perecem em caminho, outros pouco depois; peço um socorro ao Governo [...].<sup>42</sup>

<sup>40</sup> Graciela Rodrigues Gonçalves. *As secas na Bahia do século XIX (Sociedade e Política)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000. p. 05.

<sup>41</sup> Destaco que nos momentos em que há citação direta dos documentos, para ser o mais fiel possível, será utilizada a grafia da época em que este foi escrito.

<sup>42</sup> APEB, SCP, DA, maço 1.607, Seca (1845-1860), Ofício do juiz municipal substituto de Xique-Xique, Manoel Fulgêncio de Azevedo, ao presidente da província, 30 out. 1860.

Pode-se perceber do depoimento que os moradores das áreas serranas e mais distantes da Vila sofriam mais do que os desta. Isso se dava certamente pelo maior número de bens dos últimos, o que lhes permitia ir para outro lugar ou ter melhores condições de enfrentar a seca com seu gado e plantações nas proximidades do rio. Os vereadores também informaram acerca da penúria que envolvia muitos moradores, destacando o lamentável estado dos retirantes que, além da água, nada encontravam e sucumbiam de fome.<sup>43</sup> Houve também secas nos anos de 1869/1870, 1877/1879 e 1888, no período aqui analisado.

Morreram escravos e livres nesse período e a crise deve ter estimulado a venda dos primeiros para as fazendas de café ou para os grandes proprietários locais. No decorrer da década de 1860 e da posterior, tudo indica que houve uma transferência dos escravos dos pequenos proprietários para os maiores, o que resultou na concentração da propriedade escrava na década de 1870, que pode ser percebida no gráfico. Outro motivo do crescimento das estruturas de posse pode ter sido o aumento do número de crianças, fato que pode ser observado no gráfico 05. A queda dos grandes proprietários na última década provavelmente veio da venda dos escravos homens e produtivos para as regiões cafeeiras, o que acabou aumentando proporcionalmente o número de mulheres nesse período, conforme vemos no gráfico 03.

Esses números confirmam a existência local, principalmente na década de 1870, da concentração de cativos, um fenômeno ocorrido em outras regiões do Brasil onde, segundo Castellucci Júnior, “Conforme uma vasta bibliografia hoje existente, sabemos que o processo de concentração escrava, ocorrido no Recôncavo, configurou-se também em outras partes do Brasil em suas últimas décadas de escravidão”.<sup>44</sup>

O decréscimo do número de grandes proprietários na década de 1880 pode ter decorrido do tráfico interprovincial. Eivaldo atribui uma maior ocorrência do tráfico de escravos do sertão baiano na década de 1870 à crise da agricultura nordestina e a grande seca de 1877-1879<sup>45</sup>, fatores que também podem ter afetado a região estudada.

O pesquisador afirma que após a “[...] catastrófica seca de 1857-1861, que despovoou os sertões nordestinos, novo período de estiagem disseminou logo o pânico popular, provocando a emigração em massa e a venda da escravaria.”<sup>46</sup>

---

<sup>43</sup> APEB, SCP, DA, maço 1464-1, Correspondência da Câmara (1834/1879), Chique-Chique, 13 out. 1860.

<sup>44</sup> Wellington Castellucci Júnior. *Pescadores e Roceiros: Escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX (1860-1888)*. São Paulo: Annablume; Fapesp; Salvador: Fapesb, 2008. p. 229.

<sup>45</sup> Eivaldo Fagundes Neves. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto-Sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. *Afro-Ásia*, n. 24, 2000, p.97-128. p. 103.

<sup>46</sup> *Ibidem*.

Teodoro Sampaio passou por Xique-Xique em 1879, indo em seguida para a Barra, Urubu, Lapa e Carinhanha e lá escreveu uma reflexão a esse respeito que parece estender para o sertão do São Francisco e ao contexto da seca que se agravava naqueles anos, vejamos:

Não obstante a lavoura deperecia a olhos vistos. O braço servil continuava a ser exportado em grande número para saldar os débitos que a produção insuficiente acumulava e agravava cada ano.

A instituição servil, em 1879, tinha já entrado no seu período agudo nos sertões do Norte do Brasil.

O êxodo da escravaria para as fazendas de café no sul, fazia-se já em grandes levas, quer pelas estradas do interior através das províncias limítrofes, como pelos portos do litoral onde por largo período se mantinha um tráfico vergonhoso e ativo.

Privados de recursos, os lavradores do sertão não tinham outro remédio senão venderem o escravo, deixando-se na desgraçada contingência de não contarem com o trabalho livre.<sup>47</sup>

Sampaio afirma no excerto que o tráfico era gritante no sertão de forma geral e foi possível captar a venda para as fazendas, ou intenção dela, apenas no processo em que foi autuada Dona Ana Leonídia<sup>48</sup>, no ano de 1872 quando o Tenente Celestino Andrade a denuncia por apropriação indevida de três escravos seus. Ele havia passado uma escritura de venda desses para ela como garantia do pagamento de uma dívida que este tinha com ela, por estar indo para Remanso. Após a sua ida para essa outra cidade, um dos escravos da escritura, que se chamava Francisco, fugiu de volta para Xique-Xique e ele mandou outro cativo chamado Severiano atrás, momento em que Ana Leonídia se apossou dos dois. Então o tenente veio para Xique-Xique com o terceiro, que se chamava Cesário e Ana Leonídia apreendeu os três na cadeia.

No processo que abriu o tenente Celestino afirmou ainda que Ana Leonídia pretendia vender os escravos para as Matas dos cafés no Rio de Janeiro ou para outro lugar, o que denota, independente da realização da intenção desta que ganhou o processo, que esse era um argumento plausível e que estes não seriam os primeiros nem os únicos a realizarem tal transito. Ricardo Moreno<sup>49</sup> fala também do tráfico em região próxima a Xique-Xique, que também ficava às margens do São Francisco e Erivaldo Neves retrata a existência deste tipo

---

<sup>47</sup> Teodoro Sampaio, *O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina*, p. 111 e 112.

<sup>48</sup> APEB, SJ, Processos Cíveis, nº 14/0503/16, Justificação, Justificante: Celestino Antônio de Andrade, Justificada: Ana Leonídia de Carvalho e Azevedo, Xique-Xique, 1872.

<sup>49</sup> José Ricardo Moreno Pinho. *Escravos, quilombolas ou meeiros? Escravidão e cultura política no Médio São Francisco (1830-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001. p. 80 a 84.

de transação em Caetité.<sup>50</sup> O que demonstra que, independentemente do acesso a fontes diretas a esse respeito, é possível sugerir que Xique-Xique não ficou isolada desse processo.

Flaviane Ribeiro Nascimento observa em seu trabalho, através da análise dos registros de compra e venda de escravos, que um grande número de cativos que passaram por Feira de Santana estariam destinados ao tráfico interprovincial e intraprovincial. Nos documentos que analisa, encontra duas escravas naturais de Xique-Xique, que já haviam passado por Lençóis.

Saídas de Lençóis também foram vendidas na Feira de Santana, em 1865, as “Escravas Maria cabra e Josepha crioulinha pela quantia de dois contos cento e sessenta mil réis”, propriedades do Capitão Antonio Garcia Victoria. Essas escravizadas foram negociadas por procuração a Ferreira Barboza & Companhia. Maria era cabra, com 22 anos de idade, solteira, do serviço doméstico e Josepha, crioula, de 9 anos, sem ofício, ambas naturais de Chique Chique.<sup>51</sup>

Mesmo sem acesso às notas de compra e venda, estes indícios mostram que houve um transito de cativos de Xique-Xique para outros lugares e que é perfeitamente plausível a hipótese do esvaziamento das estruturas decorrente do tráfico interno, fenômeno percebido em tantas outras regiões do interior baiano.

Vejamos agora a distribuição dos escravos em Xique-Xique no que diz respeito ao gênero:

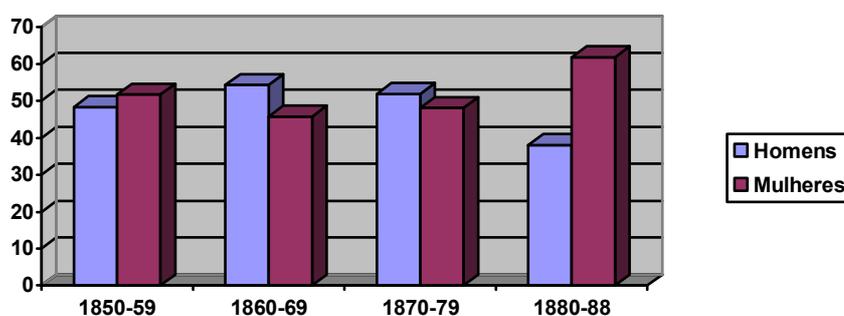


Gráfico 03 - Distribuição dos escravizados em Xique-Xique por gênero.  
Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciário. Inventários.

Nos anos entre 1850 e 1859, houve uma ligeira predominância das mulheres, o que voltou a acontecer na década final da escravidão. Mesmo nos momentos em que os homens

<sup>50</sup> Erivaldo Fagundes Neves. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de História Regional e Local)*. Feira de Santana: Editora da UEFS; Salvador: EDUFBA, 1998. p. 283.

<sup>51</sup> Flaviane Ribeiro Nascimento. *E as mulheres da Terra de Lucas? Quotidiano e resistência de mulheres negras escravizadas (Feira de Santana, 1850-1888)*. Monografia de Graduação (Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009).

foram maioria, a predominância foi bem sutil, o que revela quase um equilíbrio entre os sexos entre 1850 e 1880. Isso se deve provavelmente ao fato de que, em todos os períodos da história de Xique-Xique no século XIX, de acordo com o que pudemos depreender dos inventários, houve predominância de brasileiros e, quando foi possível identificar o local de nascimento, esse era quase sempre Xique-Xique e as Vilas vizinhas, o que acaba propiciando esse equilíbrio entre os sexos, que só viria a ser completamente destruído no final da escravidão, quando provavelmente os homens foram vendidos para outras regiões.

Segundo Robert Conrad, a preferência por homens jovens e altamente produtivos nas províncias de café é refletida claramente pela maioria de homens nessa região durante um período (1851-1871) em que a reprodução natural e o tráfico interno de escravos estavam criando uma proporção mais normal entre os homens e mulheres nas outras províncias.<sup>52</sup> E essa proporção era encontrada em Xique-Xique.

Vejamos a nacionalidade e qualificação desses escravos:

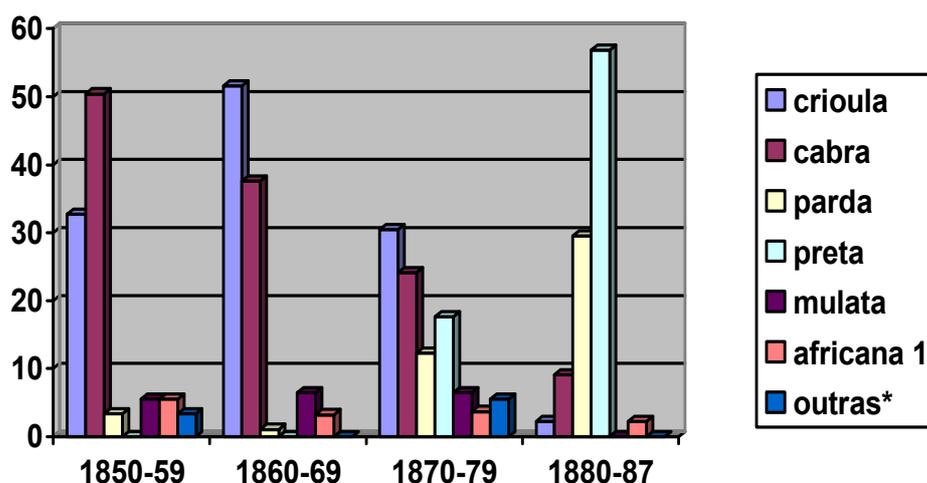


Gráfico 04 – Qualificação dos escravizados em Xique-Xique.

1 – A partir de 1850 os africanos foram qualificados sem descrição do local de embarque ou qualquer termo que os diferenciasse uns dos outros. Antes de 1850 foram arrolados 12 africanos. Sendo identificados como dois minas, quatro oriundos da Costa, dois haussás, dois angolas, um nagô e uma descrita apenas como africana.

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciário. Inventários.

A primeira coisa a ressaltar nesse gráfico é a mudança na forma de qualificar os escravos durante o decorrer desse período. O termo crioulo foi sendo paulatinamente abandonado, dando espaço para o uso do termo preto. Provavelmente o uso do crioulo para identificar os nascidos no Brasil se tornou sem sentido localmente após o fim do tráfico, visto

<sup>52</sup> Robert Conrad. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 79.

que, até mesmo na primeira metade do século, em Xique-Xique, a maioria dos cativos eram brasileiros.

Alguns autores consideram que os pretos seriam os africanos, mas tudo indica que em Xique-Xique o termo passou a ser usado para designar escravo de pele escura a partir da década de 1870, pois esta denominação não foi utilizada antes desse período. É possível supor isso porque nas matrículas dos escravos realizadas em 1871 os cativos foram praticamente polarizados em pretos e pardos, sendo os primeiros 65% dos identificados e os pardos quase 30%. Os demais eram cabras, indicando apenas a diferença da cor da pele, visto que a maioria dos caracterizados como pretos nasceu em Xique-Xique e no caso dos dois africanos a classificação veio como preto e africano.

Para Hebe Matos, o termo “preto” poderia ser utilizado para qualificar o indivíduo ainda na condição de escravo, enquanto negro, mulato e pardo seriam termos usados para qualificar os libertos<sup>53</sup>. Aqui, conforme os dados do Censo de 1872, os cativos foram classificados como pretos (72%), e pardos (28%) e os livres como brancos (27,5%), pardos (56%), pretos (12,3%) e caboclos (4,2%). Talvez houvesse alguma diferenciação nos termos usados no dia-a-dia para cativos e libertos, mas não foi possível detectar evidências disso nas fontes analisadas. O censo mostra também que a população livre era altamente mestiça.<sup>54</sup>

Algo que também fica claro no gráfico é um “clareamento” da população cativa, pois os pardos, que não chegavam a 5% no primeiro período, ou 10% se unidos aos mulatos, alcançam o patamar de quase 30% no final da escravidão, tanto de acordo com os inventários, quanto com o Censo. Isso se deve provavelmente à reprodução endógena e interétnica de escravos, argumento que pode ser reforçado inclusive pelo ínfimo número de africanos em todo o período.

Essa tendência pode ser observada em outras partes do sertão baiano, como no trabalho de Neves sobre o Alto Sertão, onde este observou uma população de 76% de brasileiros e 12% de africanos, indicando elevado crescimento vegetativo<sup>55</sup>. Moreno Pinho<sup>56</sup>, no Médio São Francisco, também detectou números semelhantes. O trabalho realizado por Knox identificou que 86% dos escravos do Piauí no XIX<sup>57</sup> nasceram lá, o que pode refletir uma tendência no século XIX para regiões mais distantes dos portos exportadores e das

<sup>53</sup> Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 30.

<sup>54</sup> Pedro Puntoni (coord.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo: CEBRAP, 2004 (CD-ROM).

<sup>55</sup> Erivaldo Fagundes Neves. Escravismo e Policultura. In.: *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica da UFPE*. Nº 15. Recife: Universitária, 1994. p. 85.

<sup>56</sup> José Ricardo Moreno Pinho. *Op. cit.*

<sup>57</sup> Miridan Britto Knox. *A vida escrava: liberdades consentidas*, p. 153.

fazendas de café, muito diferentemente do que ocorria em áreas de agricultura exportadora e comércio ativo como no Rio, onde Karasch levantou um percentual de 73,3% de africanos no início do oitocentos<sup>58</sup>, ou no Recôncavo onde, no período final da escravidão ainda se encontrava 10,2% de africanos.<sup>59</sup>

Vejamos a idade desses cativos:

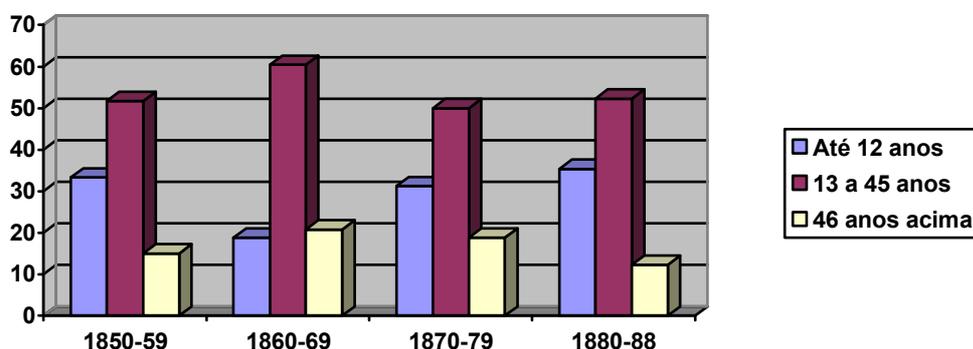


Gráfico 05- Idade dos escravizados em Xique-Xique

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciário. Inventários.

O número de crianças, com exceção da década de 1860, se mostra relativamente equilibrado, girando em torno de 30% da população, o que aponta para uma constante reprodução cativa. Esse número entra em crise na década de 1860, justamente depois da grande seca, o que pode apontar para uma excessiva mortalidade infantil e baixa taxa de natalidade no período da crise, bem como para a possível venda de crianças, que teriam se tornado um fardo em tal contexto. O número de adultos gira sempre em torno de 50%, o que demonstra um número razoável de escravos em faixa considerada pouco produtiva e isso se deve, provavelmente, à variação das atividades da economia local, havendo ocupações para as diversas faixas etárias, bem como ao fato da economia local não ser uma economia em expansão, onde havia grande importação de homens em idade de maior produtividade.

Dentro desse contexto de vivência escrava em uma economia diversificada, com base na agricultura, com estruturas de posses de escravos de pequeno porte, equilíbrio de sexos e

<sup>58</sup> Mary Karasch. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 41.

<sup>59</sup> Valter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1919)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006. p. 34.

idade, além da predominância de brasileiros, é que busco adiante analisar os itens descritos a seguir.

No primeiro capítulo busco conhecer o trabalho dos cativos, sua moradia, lazer e morbidade, identificando importantes aspectos de seu cotidiano através do cruzamento de diversas fontes como inventários e processos criminais, além de correspondências de autoridades.

No segundo capítulo há a tentativa de compreender quais as formas de obtenção da liberdade dos escravizados em Xique-Xique, nos testamentos, inventários, processos cíveis e batismos, bem como as formas de resistência empreendidas por estes em seu cotidiano.

No terceiro capítulo tento analisar a forma como se estruturavam as famílias negras e escravizadas em Xique-Xique através de inventários e registros de batismos.

O último capítulo tem por objetivo analisar as estratégias de compadrio utilizadas pelas escravizadas da Vila de Xique-Xique entre 1865 e 1886 buscando detectar o estado jurídico dos padrinhos e madrinhas e a quem estes pertenciam, quando escravos, percebendo a frequência de compadrio entre escravos da mesma e de outras propriedades e conhecendo também um pouco os padrinhos livres utilizando-nos principalmente dos registros de batismo.

## 2 VIVÊNCIA CATIVA NO SERTÃO: DIVERSIDADE

### 2.1 O município de Xique-Xique e as propriedades existentes.

O presente capítulo gira em torno de quatro questões: Como eram as propriedades em que os escravizados viviam? Quais as atividades desenvolvidas por eles? Como se alimentavam os cativos? Quais as doenças mais comuns destes?

Inicialmente apresentarei mais um pouco do município e as características mais gerais das propriedades existentes nele, buscando conhecer a forma como as pessoas viviam em Xique-Xique, como se estabeleciam as relações de trabalho, dando ênfase às atividades desenvolvidas e a ocupação dos cativos. Nesse processo o que salta aos olhos é a grande diversidade encontrada nas fazendas, povoações e na Vila.

Essa diversidade se deve, em grande medida, a aspectos geográficos e econômicos da área estudada, pois este era um município, cuja sede recebia o nome de Vila e não de cidade devido ao número de habitantes e as formas de organização, onde havia pessoas que viviam às margens do Rio São Francisco, moradores das regiões das caatingas e ainda das serras, com diferenças em sua economia e isto interferia no seu modo de viver e trabalhar.

Quem quisesse chegar à Vila de Senhor do Bonfim e Bom Jesus de Xique-Xique nos anos de 1850 tinha duas opções: a primeira era de canoa pelo Rio São Francisco, em épocas de cheia do rio<sup>60</sup>, pois a Vila ficava às margens de um “braço” deste, local denominado Ipueira<sup>61</sup>, e a outra opção era por terra, em lombos de burros, mulas, cavalos, éguas ou a pé.

Guilherme Halfeld<sup>62</sup>, enviado para analisar o Rio São Francisco de Pirapora até o Oceano Atlântico, o qual em sua trajetória passou por Xique-Xique, afirmou em seu relatório, apresentado em 1860, que a Vila tinha 187 casas, uma igreja, uma cadeia e 1.700 habitantes, sendo que o município teria entre 8.900 e 10.000, conforme informações recebidas, ressalta.

---

<sup>60</sup> APEB, SCP, DA, Maço 1.464-1, Correspondência recebida da Câmara (1834-1879), Chique-Chique, 20 de junho de 1857.

<sup>61</sup> A Ipueira, pela sua característica de reter a água do rio poderia causar doenças devido à sua água parada em parte do ano e dificultar a navegação, mas, por outro lado, prendia muitos peixes na vazante e fornecia este em fartura aos moradores.

<sup>62</sup> Henrique Guilherme Fernando Halfeld. Atlas e Relatório Concernente a Exploração do São Francisco desde a Caicoeira da Pirapora até o Oceano Atlântico, Rio de Janeiro, 1860. *Apud.*: Richard Burton. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. p. 21.

Porém um ano antes, a Câmara informou que a população do município era de 15.000 almas.<sup>63</sup>

As atividades econômicas eram, conforme vimos na Introdução, bastante diversificadas. Halfeld, em 1860, ainda relatou que os habitantes viviam de criação, cultura de cereais, plantação da mandioca, fumo de boa qualidade produzido na serra do Assuruá, pesca abundante com exportação de peixe seco, mineração de ouro e diamantes, exploração de sal e de cal, tendo sido a produção do primeiro de 1000 a 2000 alqueires anualmente e da segunda entre 1500 e 2000 alqueires.<sup>64</sup>

A grande diferença estava no local em que as pessoas viviam e a atividade predominante neste e, é claro, nas posses de cada um. Na beira do rio era possível se conviver com um comércio mais dinâmico que nas caatingas, devido ao fato de que a concentração da população em Xique-Xique era maior às margens do rio do que em qualquer outra área do município e isso propiciava uma atividade comercial mais intensa, bem como uma agricultura diversificada, que era beneficiada pela cheias do rio e praticada em suas margens e ilhas.

Richard Burton, que visitou a Vila no ano de 1866, chegando pelo rio, apreciou “[...] fazendas e fazendolas espalhadas em todas as direções, em ambas as margens do rio.”<sup>65</sup> Viu ainda diversas roças rodeadas com grosserias cercas de pau e bosques de carnaúbas, assim como casas cobertas de telhas. Durante o dia no rio, observou cavalos sendo lavados jogando-se água neles com uma grande cabaça, meninos nus tomando banho, além de lavadeiras e carpinteiros dedicados a seu trabalho. Observou também os vendedores de peixes e melancias.<sup>66</sup>

A vivência à beira do rio tinha as suas peculiaridades se comparada à vida de pessoas que viviam em áreas serranas ou planas com vegetação de caatinga, havendo diversos aspectos econômicos e sociais decorrentes dessa escolha. A beira do rio era a área mais privilegiada pelas facilidades em relação aos transportes e ao acesso à água doce através do rio, que propiciava uma realização menos desgastante das atividades cotidianas que envolvem o uso da água e possibilitava a pesca, cujos peixes secos eram exportados. Era comum um proprietário possuir fazendas às margens dos rios onde tinha diversas roças de plantação de mandioca e capim, para produzir farinha e criar gado. Muitos possuíam ainda salinas nas Serras do Assuruá, de onde extraíam sal para exportar, produziam cal nas áreas próximas ao

---

<sup>63</sup> APEB, SCP, DA, Maço 1.464-1, Correspondência recebida da Câmara (1834-1879), Chique-Chique, 12 de janeiro de 1859.

<sup>64</sup> Henrique Guilherme Fernando Halfeld. *Op. cit.* p. 21.

<sup>65</sup> Richard Burton, *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. p. 260.

<sup>66</sup> *Idem*, p. 261.

rio e ainda eram comerciantes de produtos trazidos da capital, de Minas Gerais e de outros locais.

Havia ali os grandes proprietários de fazendas, gado e cativos, como Manoel Martiniano da França Antunes e a família de Dona Ana Leonídia de Carvalho Azevedo. A morte de Manoel Martiniano se deu após a Abolição, mas, devido a processos abertos contra ele foi possível perceber que ele possuía muitos escravizados e exercia grande influência na Vila e que sua fazenda ficava próxima ao aglomerado urbano principal.

Quanto a Dona Ana Leonídia, cuja descrição da trajetória de vida e análise de poder que detinha foi realizada por Ferreira em sua tese<sup>67</sup>, podemos conhecer um pouco de suas posses através do inventário aberto em 1867, em consequência da morte de seu marido, o Tenente Coronel Manoel Fulgêncio de Carvalho Azevedo<sup>68</sup>.

Foram deixadas muitas jóias, objetos de uso doméstico, instrumentos de trabalho agrícola, armas, móveis, imagens de santos, uma canoa grande, 11 jumentos, 21 burros, 39 animais cavalares, 350 cabeças de gado vacum, 18 cativos, sendo 10 homens e 8 mulheres: Benedito, crioulo de 40 anos; Adriano, também crioulo de 40; Victorio, crioulo de 35; Zifirino, crioulo de 30; Estevão, crioulo de 18; “Escravinho Isaheo”, crioulo de 15; Manoel, crioulo, para o qual não foi anotada a idade; Manoel, pardo de 52; Joaquim, mulato de 12; Lucinda, crioula de 50; Romana, crioula de 40; Maria, crioula de 25; Antônia, cabra de 25; Raimunda, crioula de 16 e Martinha, de 13 anos. Além de Severiano, crioulo de 9 anos de idade e Raimunda, crioula de 18, que estavam com um herdeiro e Felipa, mulata de 37 anos, em posse de outro herdeiro.

Havia ainda a casa da família na Vila que, pelo valor de um conto e quinhentos mil réis, parece bastante luxuosa se comparada às demais listadas em outros inventários que, na maioria das vezes, não chegavam a quinhentos mil réis. Nessa casa havia “[...] diverças casinhas dentro do quintal” que, provavelmente, eram as moradas dos escravizados. A família tinha ainda outra casa na Vila no valor de 500 mil réis e um grande cercado de plantação de capim no mesmo local com uma casa coberta de telhas, currais e demais benfeitorias, avaliados em 2 contos de réis, além de nove posses de terra em diversas Fazendas, sítias na Vila e em outras localidades.

Os cativos de Dona Ana Leonídia provavelmente trabalhavam com a lavoura, a pecuária, as atividades domésticas e outras ocupações típicas dos moradores das proximidades

---

<sup>67</sup> Elisângela Oliveira Ferreira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social). UFBA, 2008. p. 221-241.

<sup>68</sup> APEB, SJ, IT, nº 04/1444/1913/19, Inventário de Manoel Fulgêncio de Azevedo, Xique-Xique, 1867.

do rio como a pesca e o transporte de produtos em canoas e burros, visto que os proprietários possuíam ambos.

O major Gustavo de Magalhães Rocha, no ano de 1883, deixou posses semelhantes às do Tenente Coronel Manoel Fulgêncio, no que diz respeito à tipologia dos bens. Foram jóias, objetos de prata, móveis, 5 cativos: Secílio, preto, 36 anos, com profissão de lavoura; Joaquim, pardo, 30, vaqueiro; Venancia, parda, 51, costureira; Agripina, parda, 18, serviço doméstico e Eva, que não aparece com descrição detalhada. Deixou ainda 6 jumentos, 7 burros, 38 éguas e 3 poldros. 15 cavalos de fábrica - trabalhavam na produção de farinha de mandioca - 600 cabeças de gado vacum, dois bois, 100 cabeças de ovelhas e 100 de cabras. Cinco partes de terras em diferentes fazendas, a maioria herdadas, uma casa coberta de telhas com uma oficina de fazer farinha e 2 currais na Fazenda Umbuzeiro<sup>69</sup>.

Comparando esses dois espólios, um da década de 1860 e outro de 1880, podemos perceber um fenômeno observado na análise dos bens dos inventários no decorrer das décadas, que é a diminuição do número de escravizados e o aumento do número de gado e terras.

Já foi possível perceber a diminuição do número de proprietários de cativos no gráfico 01, vejamos agora a indicação da presença de gado e terras nos inventários em diferentes períodos:

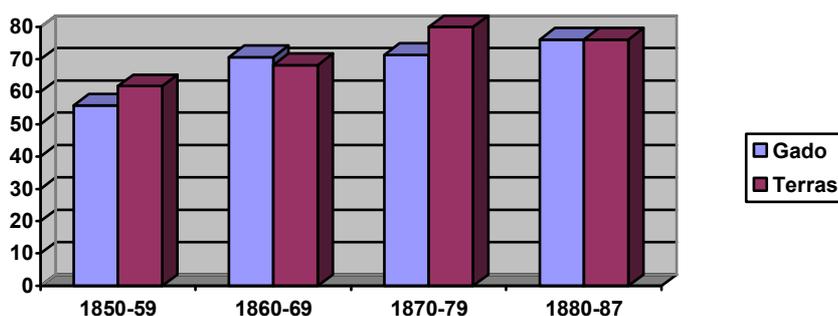


Gráfico 06: Ocorrência de gado bovino e terras nos inventários autuados em Xique-Xique. Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciário. Inventários.

É claro o aumento do número de proprietários de gado, que vai de 55,8% na década de 1850 para pouco mais de 76% na década de 1880. Isso se deve provavelmente à mudança do tipo de investimento, que passou progressivamente de cativos para gado, bem como a

<sup>69</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3169/04, Inventário de Messias Antunes de Campos Rocha, Xique-Xique, 1883.

utilização de uma atividade que demanda pouca mão-de-obra, em decorrência da escassez do braço escravo com a proibição da importação e as novas leis protegendo os sexagenários e filhos de cativos.

Parece que estava, ao menos em parte, acontecendo em Xique-Xique aquilo que o Deputado baiano João Maurício Vanderley, citado por Robert Conrad, previa em discurso em 1854, comentando o tráfico interprovincial de cativos: “[...] Se, porém, essas fontes de escravos fossem perdidas para os compradores do sul, o norte depressa seria ‘reduzido a criadores de bois’”.<sup>70</sup> Por outro lado, o que se observa daqueles que continuaram com um número razoável de cativos, é uma diversificação cada vez maior de suas atividades.

Quanto às terras, os documentos indicam um maior acesso a elas pelos pequenos proprietários, que, ao contrário do começo do século, quando tinham apenas um bem a legar, esse deixa paulatinamente de ser um escravo e passa a ser uma posse de terra. Podemos detectar o fenômeno de transferência de cativos dos pequenos proprietários para os grandes em alguns documentos e relatos, havendo inclusive casos em que o único escravizado da família foi trocado por uma fazenda, como ocorreu em 16 de agosto de 1873, quando os grandes proprietários Dr. José Alfredo Machado e sua esposa Dona Anna Joaquina Berta da Rocha Medrado Castelo Branco Machado trocaram uma Fazenda que lhes pertencia e se chamava São Rafael, por um cativo chamado Domingos Cabra que pertencia a José Pereira da Rocha, morador da Fazenda Canabrava do Gonçalo<sup>71</sup>. Quando José Pereira faleceu em 1886, deixou essa propriedade, 132 cabeças de gado e parte de outra fazenda, dentre os bens de maior valor<sup>72</sup>.

Isso gerou uma concentração de bens facilmente perceptível na análise dos inventários das décadas de 1870 e 1880 onde, na maioria das vezes, os proprietários que tinham cativos e terras, tinham também gado e outros bens como canoas e salinas, conforme será analisado mais detidamente no próximo item quando discutirei a ocupação dos escravizados.

Esses grandes proprietários que vivam na Vila poderiam utilizar também seus escravizados em trabalhos especializados, como foi o caso do Tenente Coronel João da Cruz Mariano, falecido em 1874, quando deixou oito cativos, havendo, dentre eles, João, cabra de 16 anos, que era sapateiro e filho legítimo de Malaquias e Candida. Os outros escravizados

---

<sup>70</sup> Robert Conrad. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 79.

<sup>71</sup> José Purcino Pereira; Leonellea Pereira. *Terra dos Arcanjos: historiografia da cidade de São Gabriel-Ba*. Irecê: Print Fox, 2010.

<sup>72</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3119/17, Inventário de José Pereira da Rocha, Xique-Xique, 1886.

com profissão declarada eram dois “roceiros” e duas cozinheiras. Pelos bens podemos constatar que o coronel era comerciante, extraía sal e trabalhava com agricultura.<sup>73</sup>

É claro que nem só de grandes proprietários era feita a Vila e as proximidades do rio. Havia os comerciantes que possuíam escravizados como Evaristo José de Figueredo, comerciante de tecidos que vivia na Vila com sua esposa, os quais não tinham filhos e possuíam quatro cativos: a africana Felicidade, de 60 anos; Mathias, cabra de 25; Lusía, cabra de 31 e o “molequinho Bruno”, crioulo de 10 anos. Possuíam uma casa na Rua da Cadeia em que moravam, avaliada em 650 mil réis e uma “cazinha”, no fim da mesma rua, avaliada em 60 mil réis<sup>74</sup>. Os cativos, que pela idade e sexo, poderiam constituir uma família, talvez ajudassem no comércio, nos trabalhos domésticos ou vivessem de ganho nas diversas atividades que poderiam ser realizadas na Vila, mas nesse sentido, nada podemos afirmar.

Havia ainda aquelas pessoas com menor número de posses que viviam às margens do rio de atividades diversas e não tinham escravizados, ou tinham apenas um ou dois para ajudá-los, como era o caso de Leocádia Maria Ribeiro e seu marido Pedro Pinheiro de Alcântara, que, no ano de 1864, possuíam algumas caixas, 3 armas, os cativos Eleutério, crioulo de cerca de 70 anos e Maria Thimótea, crioula de 30 anos e doente. Tinham ainda duas canoas, uma grande e uma pequena, 4 éguas, 3 vacas, 3 novilhas, 30 cabeças de ovelhas, 4 cabeças de cabras, uma casa na Vila avaliada em 250 mil réis, uma casa de oficina com uma oficina de fazer farinha, além de um quarto na Barra da Picada e uma parte de terras na referida fazenda.<sup>75</sup> O casal proprietário provavelmente vivia da agricultura, produção de farinha e criação de pequeno porte, além do transporte de pessoas e mercadorias em suas canoas, mas nada impede que estes e o casal de cativos realizassem outras atividades.

De qualquer forma, afirmo mais uma vez que a diversidade era o que marcava a economia local e trazemos para exemplificar isso o professor e ex-vereador Antonio Mendes da Costa, falecido em 1863 aos 60 anos e que possuía gado, terras em brejos, sítios, casa na Vila e cativos, vários deles já doados aos filhos de dote<sup>76</sup>. Parte de seus bens estava na Vila da Barra, mas o caso dele exemplifica muito bem a possibilidade de ocupações diversas desenvolvidas por um mesmo proprietário.

Nas serras poder-se-ia trabalhar em garimpos, como o de por Santo Inácio, arraial diamantífero que tinha uma feira semanal, um comércio intenso e era situado “[...] na margem

---

<sup>73</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3169/14, Inventário de Maria Madalena de Novais Mariano, Xique-Xique, 1874.

<sup>74</sup> APEB, SJ, IT, nº 04/1444/1913/18, Inventário e testamento de Evaristo José de Figueredo, Xique-Xique, 1868.

<sup>75</sup> APEB, SJ, IT, nº 03/1294/1763/02, Inventário de Leocádia Maria Ribeiro, Xique-Xique, 1864.

<sup>76</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/2924/13, Inventário de Antônio Mendes da Costa, Xique-Xique, 1863.

esquerda de um córrego, cujo estreito vale era limitado, num lado mais afastado, por um alcantilado paredão de pedra”<sup>77</sup>, distante sete léguas da Vila de Xique-Xique. A extração de diamantes foi presenciada pelo viajante Burton, que comentou: “[...] Dois homens, armados de alavanca e almocafre, retiravam do barranco uma pedra e raspavam o desmonte ou areia da inundação, que era levado para junto do poço por uma moça, um rapaz e um menino, todos negros.”<sup>78</sup>

O capitão que supervisionava a obra reclamou do baixo rendimento devido ao alto custo dos salários, o que indica que ao menos alguns desses trabalhadores eram livres. Lá nas serras, provavelmente as principais atividades a serem desenvolvidas pelos escravizados eram as de garimpo e, apesar de nenhum cativo na descrição de sua profissão aparecer como garimpeiro, podemos flagrar nos processos e inventários escravizados trabalhando nos diversos garimpos do Assuruá.

Foi o caso de Romualdo<sup>79</sup>, pertencente a Raimundo José de Britto que, segundo testemunhas, estava vivendo às suas próprias custas e sem sujeição alguma, no garimpo do Caldeirão, no próprio Termo de Xique-Xique e de lá extraiu ouro.

Existem, inclusive, casos de escravizados que foram levados ou enviados por seus senhores para outros garimpos mais distantes como os de Lençóis. André e Jorge, cativos de 16 e 18 anos de idade, respectivamente, em 1850 foram acompanhando seu senhor João Caetano da Silva, para “as lavras do Andarahy” e este por lá faleceu. Em 1851 os dois homens ainda estavam lá, segundo informações contidas no inventário<sup>80</sup>.

Houve também o caso de Joaquim, de 25 anos, enviado por Ana Francisca de Magalhães em 1850 para trabalhar nos garimpos de Lençóis, onde, pouco tempo depois também faleceu<sup>81</sup>. As condições de trabalho dos garimpos, associadas à alimentação cara e precária podem ter sido causas das mortes e estes certamente não foram os únicos escravizados de Xique-Xique que se dedicaram ao trabalho nas minas dentro ou fora do município e eles não aparecem nos dados acerca da ocupação, isso talvez se deva à intenção de driblar o fisco.

Quando o engenheiro Teodoro Sampaio esteve visitando o São Francisco e a Chapada Diamantina em novembro de 1879, após lhe mostrarem uma bonita coleção de diamantes extraídos em Lençóis disseram que “[...] no **Assuruá** não só havia diamantes como aqueles,

---

<sup>77</sup> Richard Burton, *op. cit.*, p. 267.

<sup>78</sup> *Idem*, p. 266.

<sup>79</sup> APEB, SJ, PC, n° 89/3202/34. Manutenção de Liberdade. Brito, Raimundo José de. Romualdo. 1886.

<sup>80</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3127/02, Inventário de João Caetano da Silva, Xique-Xique, 1851.

<sup>81</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3130/06, Inventário de José Longuinho da Silva, Xique-Xique, 1853.

mas ainda muito ouro em grossas pepitas, muito ferro, chumbo e outros metais”<sup>82</sup>, o qual assinalou em seu texto: “O Assuruá goza aqui de foros de uma **Terra de Promissão**.”<sup>83</sup>

Os garimpos não eram a atividade econômica exclusiva daqueles que viviam nas serras. Sampaio afirmou que no Assuruá plantava-se café nas encostas e cana nos brejais de suas fraldas. Lá se produzia também, segundo os vereadores, fumo de excelente qualidade, bananas, laranjas, mandioca, feijão, milho<sup>84</sup>. Era produzido ainda nos boqueirões da serra: sal, farinha e rolos de fumo.

Maria Pereira da Cruz, ao falecer em 1856, deixou terras na Fazenda Canabraba, situada no Assuruá, onde morava e possuía ali oito cativos, dos quais seis eram homens e duas mulheres, uma delas descrita como Francisca, cabra, 10 anos mais ou menos e “boa figura para trabalhar”, o que aponta o uso de escravizados em idade ainda baixa já com alto potencial de trabalho. Os outros cativos variam entre 10 e 40 anos. A família possuía ainda 3 cavalos, uma morada de casas com um quintal contendo bananeiras e outras benfeitorias. Uma casa coberta de telhas com uma oficina de fazer farinha, 32 rolos de fumo, ferramentas de trabalho agrícola e utensílios de animais como cangalhas e selins<sup>85</sup>. A descrição dos bens aponta para o trabalho dos escravizados com a lavoura e a produção de farinha e fumo.

Havia também proprietários de gado nas áreas serranas, mas com um número menor de cabeças que os grandes criadores da Vila. Este era o caso de José Rufino Ribeiro Simões que possuía sete cativos em 1858 e apenas 60 cabeças de gado e seis bois<sup>86</sup>. Mas a roça de mandioca e a oficina de farinha, itens comuns entre os proprietários serranos, constavam ambos na propriedade.

E nas áreas de caatinga, o que se produzia? A ênfase nestas áreas estava para a produção agrícola e pequena criação. Geralmente não eram os proprietários mais ricos que ocupavam essas terras, mas pessoas que migravam principalmente das áreas serranas, devido a pouca disponibilidade de terras para cultivo e às crises dos garimpos. Foi o caso de Venceslau Pereira Machado, sobre o qual se diz ser filho de um português e uma liberta e ter partido da Serra do Assuruá<sup>87</sup>, com sua esposa Francisca, seus filhos, cativos, netos, genros e agregados para comprar e se estabelecer nas Fazendas Canabraba e Olho d’Água do Gonçalo

---

<sup>82</sup> Theodoro Sampaio. *O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955. p. 93. Grifo no original.

<sup>83</sup> *Ibidem*.

<sup>84</sup> APEB, SCP, DA, Maço 1.464-1, Correspondência recebida da Câmara (1834-1879), Chique-Chique, 20 de junho de 1857.

<sup>85</sup> APEB, SJ, IT, nº 08/3280/14, Inventário de Maria Pereira da Cruz, Xique-Xique, 1856.

<sup>86</sup> APEB, SJ, IT, nº 08/3280/07, Inventário de José Rufino Ribeiro Simões, Xique-Xique, 1858.

<sup>87</sup> Osvaldo Alencar Rocha; Edimário Oliveira Machado. *Canabraba do Gonçalo: uma Vila do baixo-médio São Francisco*. 2 ed. Brasília: Edição do Autor, 2000.

na década de 40 do século XIX.<sup>88</sup> Venceslau faleceu em Canabrava no ano de 1850<sup>89</sup>, deixando um sítio com suas benfeitorias, um cavalo e os cativos Maria, africana, de 25 anos; Antonio, crioulo de 12 e Manoela, cabra de apenas 1 ano, provavelmente filhos de Maria. O sítio ficava na área da caatinga, mas contava com fontes de água doce descidas da serra, estabelecido no local onde hoje se situa a sede do município de Uibaí.

É possível citar também o genro de Venceslau, José Pereira da Rocha, que faleceu na Fazenda Canabrava em 1886 e deixou 132 cabeças de gado, terras na Fazenda Canabrava com frutíferas, 2 currais, uma oficina de farinha e a Fazenda San Gabriel.<sup>90</sup>

Não podemos esquecer-nos do contexto nacional do qual estamos tratando e das especificidades do mesmo para a vivência escrava. Estamos falando do período final da escravidão no Brasil e o recorte temporal deste trabalho se inicia com a Abolição do Tráfico Atlântico. Com o passar das décadas a escravidão se enfraqueceu cada vez mais no país e isso pode ser sentido também em Xique-Xique com a diminuição do número de cativos e de aspectos da vivência destes.

Conforme Robert Conrad

A supressão do comércio de escravos da África no início da década de 1850 e a libertação das crianças recém-nascidas de escravas em 1871, foram decisões que, na realidade, condenaram o sistema de escravatura à extinção, apesar de sua enorme importância para a economia e a sociedade brasileira.<sup>91</sup>

Portanto, estamos tratando do período final da escravidão no Brasil e as mudanças ocorridas nessas décadas trouxeram peculiaridades importantes à vivência cativa que não devem ser desconsideradas.

Fatores locais também precisam ser analisados para possibilitar a percepção das mudanças que ocorreram nesse período. É possível destacar entre os anos 50 e final dos 80 do século XIX uma coisa muito marcante nas vidas dos moradores: a ocorrência de secas, já discutida na Introdução. Nesses momentos, todos sofriam no sertão, mas a situação sem dúvida era pior para aqueles que tinham menor número de posses e pouco ou nenhum controle sobre seus próprios destinos, como era o caso dos escravizados.

---

<sup>88</sup> Elisângela Oliveira Ferreira. *Op. cit.* p. 72.

<sup>89</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3127/23, Inventário de Venceslau Pereira Machado, Xique-Xique, 1850.

<sup>90</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3119/17, Inventário de José Pereira da Rocha, Xique-Xique, 1886.

<sup>91</sup> Robert Conrad. *Op. cit.* p. XV.

As diferentes regiões produtivas e as atividades desenvolvidas nas mesmas, em temporadas consideradas normais ou de secas, foram fundamentais na configuração da vida e do trabalho dos cativos, tema analisado adiante.

## 2.2 Trabalho dos cativos.

As atividades básicas de sobrevivência nessa área do sertão baiano eram realizadas por pessoas livres e escravizadas, não havendo diferenças radicais entre as ocupações desses dois grupos. Vejamos a ocupação das pessoas livres em Xique-Xique no ano de 1872.

<b>Profissão</b>	<b>Total</b>
Lavradores	4.710
Serviço doméstico	1.673
Em madeiras	64
Em edificações	11
Professores	5
Comerciantes, guardadores de livros e caixeiros	94
Criadores	452
Em metais	26
Em tecidos	453
De calçados	38
De vestuário	31
Costureiros	819
Criados e jornaleiros	99
Religioso	1
Artista	12
Capitalistas e proprietários	33
Sem profissão	5.250

Quadro 01 - Profissão de livres em Xique-Xique de acordo com o Censo de 1872  
 Fonte: Dados do Censo de 1872 retirados de PUNTONI, Pedro (coord.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo: CEBRAP, 2004 (CD-ROM).

A predominância dos lavradores é evidente e revela que a agricultura era a atividade mais praticada do município. O serviço doméstico e a pecuária ocupavam um número considerável de pessoas livres. As atividades especializadas como o trabalho com madeiras, tecidos, calçados e construção também. Além do comércio. E a ocupação dos escravizados? Vejamos as informações que podem ser depreendidas dos inventários em cada período do século XIX:

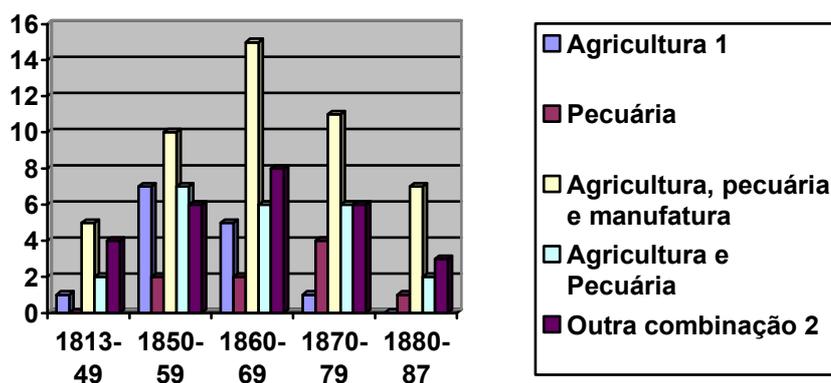


Gráfico 07 - Número de Proprietários de Cativos envolvidos com determinadas atividades de acordo com os inventários – Xique-Xique (1850-1887)

1 – Referência a ocorrência de terras, roças de mandioca ou instrumentos agrícolas nos inventários.

2 – Outras combinações que incluem a posse de terras, roças de mandioca, instrumentos agrícolas, associados ou não, à mineração, a extração de sal, a pecuária, a manufatura de farinha, cachaça e rolos de fumo e a ocorrência de rodas de fiar.

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciário. Inventários.

Está claro que a maioria absoluta dos escravizados em todos os períodos pertencia a proprietários que possuíam terras, instrumentos agrícolas ou roças de mandioca. A maior ocorrência é de proprietários que associavam a agricultura, a pecuária e a produção de farinha, rolos de fumo ou cachaça, com maior ocorrência das oficinas de farinha. O crescimento da pecuária já foi discutido anteriormente, mas é importante ressaltar que a maioria dos proprietários tinha até cinco dezenas de cabeças, sendo que apenas 13% dos inventariados tinham mais de cem cabeças de gado, se distribuindo nas décadas da seguinte forma:

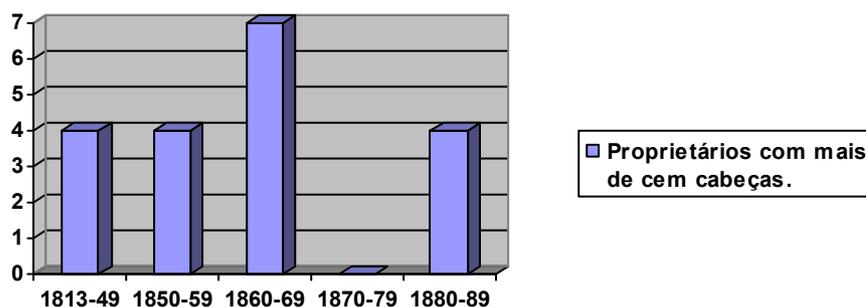


Gráfico 08 - Proprietários de Xique-Xique que possuíam mais de cem cabeças de gado no século XIX.

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciário. Inventários.

Na década de 1870 desapareceram dos inventários os grandes proprietários devido, provavelmente, ao investimento em outras atividades e à divisão dos espólios de parte dos grandes criadores das décadas anteriores. A diversificação maior de atividades dos escravizados observada na década de 1860 pode ser explicada pela seca ocorrida no final da década anterior, que deve ter forçado os proprietários a maximizar a exploração de seus cativos para tentar recuperar o prejuízo.

Esse gráfico nos mostra, acima de tudo, a diversidade de ocupação dos escravizados em Xique-Xique, que precisavam se desdobrar no trabalho agrícola, cuidar de animais, trabalhar em casas de farinha, processar o fumo para produzir rolos e a cana para produzir cachaça. A produção dessa só aparece na década de 1860, quando encontramos engenhos, plantações de cana e alambiques em algumas propriedades, todas elas de proprietários com um número entre três e seis cativos, o que mostra que essa era uma atividade para um determinado tipo de proprietário. E os grandes proprietários, em que utilizavam os seus escravizados? Vejamos o gráfico que mostra o número de escravos destinado em cada propriedade às atividades enunciadas acima:

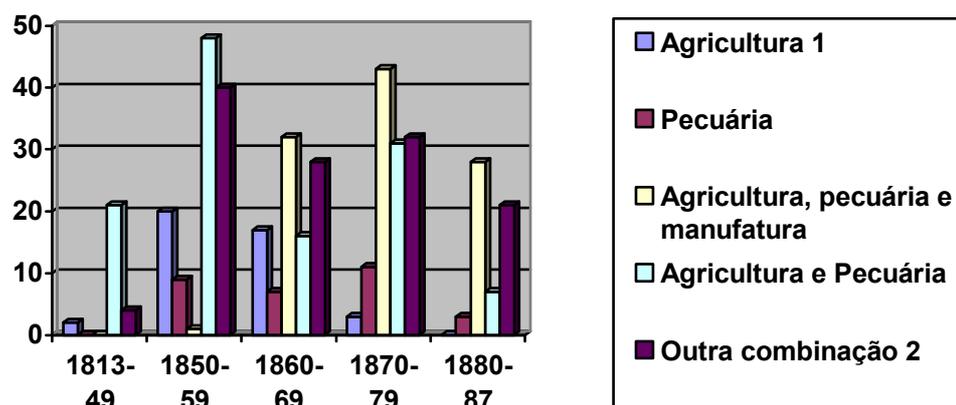


Gráfico 09 - Número de cativos envolvidos com determinadas atividades de acordo com os inventários – Xique-Xique (1850-1887).

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciário. Inventários.

O gráfico mostra que, apesar de grande parte dos proprietários com cativos possuir terra e bens que indiquem a produção agrícola, a existência de um número maior de escravizados estava mais ligada a outras atividades, como a pecuária e a diversificação de atividades. Até os anos 1850, os cativos estavam ocupados majoritariamente com a pecuária associada à propriedade de terras, instrumentos agrícolas e roças de mandioca. Na década seguinte esse quadro começa a mudar, pois aparece uma maior diversificação de atividades para o uso do trabalho compulsório. Isso se dá provavelmente devido à possibilidade de um maior aproveitamento deste, necessário devido às crises locais e nacionais de fornecimentos de mão-de-obra, momento em que esta passou a se utilizada de forma mais otimizada, pois no “verde”, que vai de outubro a março e no período das vazantes do rio, os cativos poderiam se dedicar à plantação de mandioca, fumo ou de outros produtos, mas na “seca”, ele iria deslocar o gado de uma propriedade para outra que tivesse maior suprimento de água, produzir farinha de mandioca, atividade que nessa região é realizada exclusivamente na seca, ou mesmo extrair sal e produzir cachaça. Havia ainda a extração de cal, evidenciada por Halfeld<sup>92</sup> e a mineração, que pouco aparecem nos inventários.

Os grandes proprietários, assim entendidos aqui aqueles que possuíam 10 ou mais cativos eram apenas 12 entre 1813 e 1887 (cinco entre 1813-1850; um na década de 1850, um na de 1860, três na década de 1870, quando houve, conforme vimos, uma concentração da propriedade de cativos; e dois na década de 1880).

<sup>92</sup> Henrique Guilherme Fernando Halfeld. *op. cit.* p. 21.

Eles eram cerca de 11% dentre os proprietários de cativos de Xique-Xique arrolados nos inventários analisados e detinham juntos cerca de 31% dos escravos, o que sugere uma concentração relativa, não tão intensa quanto a encontrada por Mônica Dantas em Itapicuru, onde em 18% dos inventários analisados havia 80,65% dos escravos arrolados, o que denota uma alta concentração desse tipo de propriedade, fator ressaltado por ela no decorrer de sua tese em que analisa os diferentes grupos sociais que compunham a Comarca de Itapicuru, também situada no sertão baiano, onde também foi observada uma intensa diversidade social e econômica.<sup>93</sup> Em Xique-Xique havia, conforme descrito no Gráfico 02, a predominância dos pequenos proprietários.

É possível indagar: quais as atividades desenvolvidas pelos escravizados das maiores propriedades?

Na primeira metade de século até a década de 1850 eles se ocupavam mais com a pecuária, atividade que destacava os maiores detentores de posses do município e que se ligava fortemente ainda à ocupação local, conforme observado na documentação analisada.

Após as crises da década de 1850, dentre as quais ressaltamos, no âmbito nacional, o fim do tráfico com o conseqüente aumento do preço dos escravizados e na região a grande seca de 1857-60, houve a necessidade, pelos grandes proprietários, de diversificar as suas atividades e os cativos começaram a conviver em propriedades onde a renda provinha principalmente, além da criação de gado, da extração de sal, da fabricação de farinha e de rolos de fumo. Isso demonstra uma variação da “vocaçãõ” da economia local dos grandes proprietários, que passaram a diversificar mais as suas fontes de renda, de acordo com as novas conjunturas que surgiam.

É interessante observar a quase nula ocorrência de roças de produção de cereais como milho e feijão nos inventários, o que permite a inferência de que essa produção era realizada prioritariamente por escravos, livres e libertos pobres, em sistemas como a meaçãõ e o arrendamento. Outra possibilidade é a de que as produções agrícolas de milho e feijão tivessem um valor tão ínfimo que não fossem consideradas nos arrolamentos, mas isso levaria, mais uma vez, à necessidade de que outras pessoas, fossem essas livres, libertas ou escravizadas, produzissem os alimentos necessários àquela população.

Uma hipótese pouco plausível seria a escassa produção desses bens localmente, pois há relatos da Câmara, conforme já foi ressaltado, de que o município de Xique-Xique

---

<sup>93</sup> Mônica Duarte Dantas. *Fronteiras Movediças: Relações sociais na Bahia do século XIX (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)*. Tese (Doutorado em História Social). UFBA, 2002. p. 58.

importava apenas o café, o açúcar e a rapadura, produzindo, inclusive, excedentes de milho, feijão e outros produtos da policultura<sup>94</sup>, o que caracterizaria uma área autossuficiente na produção de alimentos.

Os grandes proprietários possuíam roças apenas de mandioca (que não eram poucas) ou de capim, produtos que, ao que tudo indica, proporcionavam uma renda bem maior que os cereais.

Poucos inventários nos oferecem dados acerca da ocupação dos escravos, e isso só começa a ser feito de forma organizada após a lei de 1871. Vejamos o gráfico:

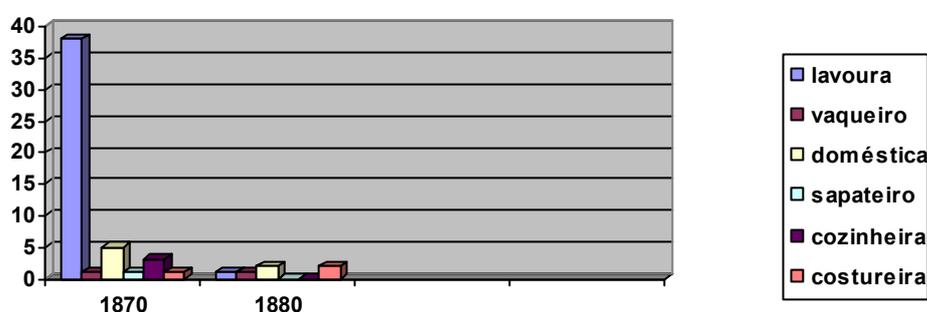


Gráfico 10 - Ocupação dos escravizados de acordo com os inventários:

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciário. Inventários.

Antes de 1871 encontramos, no ano de 1850, apenas um escravizado com profissão declarada que foi Porfírio, pardo, vaqueiro de 18 anos, avaliado em 700\$000 réis, informação julgada importante para justificar seu valor, visto que era o cativo mais caro e haviam no espólio escravizados como José, que tinha entre 21 e 23 anos e foi avaliado em 400\$000 réis.<sup>95</sup>

Como nas demais fontes a ocupação predominante é a lavoura. Destacamos que metade dos escravizados caracterizados como da lavoura eram mulheres, demonstrando que elas também se ocupavam com frequência de tal função. Outra atividade que ocupava diversas mulheres escravizadas eram os trabalhos domésticos. Havia ainda as escravas que se dedicavam à costura e ao trabalho de cozinheiras. Sendo que a existência da última especialização era exclusiva das maiores propriedades. Encontramos vaqueiros em todas as épocas, além de um sapateiro. As ocupações especializadas parecem ter sido ensinadas desde

<sup>94</sup> APEB, SCP, DA, Maço 1.464-1, Correspondência recebida da Câmara (1834-1879), Chique-Chique, 20 de junho de 1857.

<sup>95</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3128/01, Inventário de Antônio Gonçalves da Rocha Chaves, Xique-Xique, 1850.

tenra idade, pois uma das costureiras desse conjunto é Vicência, que quando foi matriculada em 1872, tinha apenas 8 anos de idade.<sup>96</sup>

Apesar da escassa informação acerca da profissão de escravos na década de 1880<sup>97</sup>, é possível, mesmo correndo o risco de fazer uma inferência enganosa pelo pequeno número de exemplares da amostra, inferir que na década de 1880 houve um aumento da especialização dos cativos, pois metade dos dados apresenta especialização em atividades e isso pode estar ligado à escassez de braços cativos e preocupação maior em manter aqueles que davam maior renda, ou que faziam serviços caros, ou seja, os especializados.

Quando se recorre ao Censo de 1872, é possível se deparar mais uma vez com a predominância do trabalho com a lavoura e o serviço doméstico, havendo apenas uma maior especialização com relação aos trabalhos vistos como masculinos, pois que para os femininos isso não ocorre. É possível refletir, juntamente com Mattoso “[...] Pode-se falar de ofícios, de qualificação profissional, no caso do escravo? Naturalmente, pois, entre os nascidos no Brasil, alguns foram de fato submetidos a aprendizado”<sup>98</sup>, e o censo de 1872 faz essa diferenciação e aponta, assim como as demais fontes, trabalhos qualificados para escravos.

Os trabalhos femininos, que aparecem nos inventários como ocupações específicas a algumas escravas como lavadeira e cozinheira devem ter sido enquadrados no Censo como serviços domésticos. A predominância total é dos lavradores, com 81% dos trabalhadores com profissão declarada, sendo que mais de um terço desse grupo é composto por mulheres. Estão seguidos com o segundo lugar pelo serviço doméstico que abarca quase 10% dos trabalhadores escravizados. Os trabalhos especializados, com exceção daquele realizado com a costura, são todos masculinos e abrangem o trabalho com madeiras, calçados, metais, criação, comércio e construção. Vejamos:

---

<sup>96</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3130/16, Inventário de Joaquina Maria de Freitas Almeida, Xique-Xique, 1881.

<sup>97</sup> Muitas vezes, quando havia essa informação nos inventários, ela era decorrente da cópia da matrícula realizada em 1872 e estes dados foram, por tal motivo, incluídos na década de 1870.

<sup>98</sup> Kátia Maria de Queirós Mattoso. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 87-88.

<b>Profissão</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>
Lavradores	322	649	971
Serviço doméstico	121	36	157
Em madeiras		19	19
Em edificações		16	16
Em calçados		15	15
Comerciantes		12	12
Criadores		8	8
Em metais		4	4
Costureiros	63		63
Criados e jornaleiros		2	2
Sem profissão	100	84	184

Quadro 02 – Profissão de escravizados e escravizadas de acordo com o Censo de 1872.

Fonte: Dados retirados de PUNTONI, Pedro (coord.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo: CEBRAP, 2004 (CD-ROM).

Em linhas gerais, portanto, os trabalhadores livres se ocupavam das mesmas atividades que os escravizados, mas existiam algumas ocupações mais privilegiadas das quais os cativos estavam invariavelmente excluídos como professores, religiosos, guardadores de livros, caixeiros, capitalistas e proprietários. O trabalho denominado “de vestuário”, ocupado aqui apenas por homens e que deveria se referir à costura de ternos e outras roupas mais luxuosas para homens, também denominada alfaiate em outros lugares, era exclusivo de livres em Xique-Xique. A grande diferença entre escravizados e homens livres pobres estava no estatuto jurídico e na liberdade de escolha proporcionada pela condição de livre e, em alguns casos, na cor.

A predominância da lavoura é o que ocorre também nos anos finais da escravidão no Recôncavo Baiano, como mostra Fraga Filho “[...] a grande maioria dos escravos estava empregada na lavoura, setor que tradicionalmente requeria grande número de cativos. Na nossa amostragem, esse setor chegava a concentrar 82,3% dos cativos”<sup>99</sup>. Porém, em seguida este faz uma observação que acreditamos ser, em outro sentido, também pertinente aos escravos e escravas de Xique-Xique. Ele afirma: “[...] Possivelmente, muitos cativos que

<sup>99</sup> Valter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1919)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006. p. 38.

foram listados como trabalhadores da lavoura tivessem o domínio de algum ofício artesanal”<sup>100</sup>.

As fontes indicam que escravizados e escravizadas que foram listados no sertão, ora estudado como lavradores, trabalhavam também com o trato do gado, em salinas, casas de farinha, pescando, garimpando e realizando muitas outras atividades não caracterizadas nessas fontes como ocupação, mas que se mostravam atividades importantes se analisarmos os inventários e processos do período. O trabalho escravo com o garimpo, encontrado nas fontes e citado acima, também foi negligenciado pelos proprietários, provavelmente devido ao fato de que os escravos não se ocupavam permanentemente com ele, mas apenas quando surgia algum novo garimpo e, assim como as atividades de ganho, para tentar sonegar o pagamento dos impostos ao governo.

### **2.3 Controle dos trabalhadores escravizados.**

De que forma era feito o controle desses trabalhadores compulsórios que plantavam, criavam, garimpavam, processavam produtos, comercializavam, lavavam, cozinhavam e faziam diversas outras coisas?

Ressaltamos inicialmente que não foram encontradas nas fontes referências a feitores e foi possível identificar frequentemente os escravizados em Xique-Xique trabalhando distantes do olhar fiscalizador de seu proprietário, como foi o caso das lavadeiras Maria<sup>101</sup> e Antonia<sup>102</sup> que foram assassinadas à beira da Ipueira enquanto lavavam roupas e teciam relações com mulheres livres, solteiras e casadas.

Foi o caso também de Roberto<sup>103</sup>, que foi furtado quando chegava sozinho da roça. No momento, seu senhor estava na capital. Haviam ainda os escravizados no ofício de vaqueiros encontrados nos inventários, dos quais citamos Porfírio, pardo de 18 anos, vaqueiro de Antonio Gonçalves da Rocha Chaves, que ao morrer em 1850, deixou mais dez escravizados, 166 cabeças de gado vacum, 38 léguas de terras com suas benfeitorias de canais e mangas em Santo Euzébio, Arresifis e Chapada, avaliadas em 900 mil réis e quatro “morada de cazas”,

---

<sup>100</sup> Valter Fraga Filho. *Op. cit.* p. 38.

<sup>101</sup> APEB, SJ, PC, n° 02/68/14, Homicídio (denúncia), Réu: Manoel Martiniano de França Antunes (e outros), Vítima: Maria de tal, Xique-Xique, 1886.

<sup>102</sup> APEB, SJ, PC, n° 25/897/15, Homicídio, Réu: João de Deus Roza, Vítima: Antônia (escrava), Xique-Xique, 1873.

<sup>103</sup> APEB, SJ, PC, n° 26/920/16, Furto, Réu: Pinheiro Miranda, Vítima: Roberto de Tal, (escravo), Xique-Xique, 1858.

sendo três delas descritas como cobertas de palha e a quarta não especificada, situadas uma no Rio Verde, uma no Sítio de Santo Ozébio, uma nos Arrecifis e uma na Chapada<sup>104</sup>.

Provavelmente seu gado estivesse dividido ou transitasse entre essas fazendas dependendo da época do ano e Porfírio o acompanhasse ou também transitasse, morando em diferentes momentos nas diferentes possessões. Dentre as dívidas ativas de Antonio consta 53 mil réis devidos por Porfírio José da Rocha, talvez fosse Porfírio vaqueiro que trabalhasse no sistema de “sorte”<sup>105</sup> e tivesse ficado devendo a seu proprietário, visto que era comum os escravos adotarem os sobrenomes de seus senhores, não só em Xique-Xique como em outros lugares.<sup>106</sup>

Em outros estudos de áreas do sertão baiano e em outras regiões ficou detectado que geralmente os proprietários administravam diretamente suas propriedades, incluindo aí os escravos e não raramente trabalhavam lado a lado com estes. Maria de Fátima Pires afirma que “[...] O Sertão baiano também contava com poucos administradores e mesmo capitães do mato.”<sup>107</sup>

É importante, porém, conforme Neves, ressaltarmos o fato de que a “[...] inexistência de feitores nos pequenos plantéis, entretanto, não eliminava o caráter degradante, inerente às relações escravistas de trabalho.”<sup>108</sup>

Já que não foram encontradas referências a feitores, como se dava o controle desses trabalhadores? Provavelmente por vias objetivas e subjetivas, pois sem o convencimento, seria impossível garantir que um escravo voltaria do dia de serviço fosse embarcado, montado ou a pé. No caso dos cativos vaqueiros, o sistema da sorte pode ter sido uma dessas formas de controle que garantia a volta do cativo, para cuidar do seu próprio rebanho.

Karasch, refletindo acerca dos escravizados que viviam no Rio de Janeiro no início do oitocentos, afirma que mesmo quando gozavam de certas facilidades de trânsito, os escravos sabiam muito bem os limites institucionais, físicos e sociais que os rondavam<sup>109</sup>.

Os escravizados de Xique-Xique também deviam ter consciência de que, mesmo indo para outras regiões, poderiam ser perseguidos e ter dificuldades para fugir de sua condição de

---

<sup>104</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3128/01, Inventário de Antônio Gonçalves da Rocha Chaves, Xique-Xique, 1850.

<sup>105</sup> Neves discute isso em sua obra Erivaldo Fagundes Neves. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de História Regional e Local)*. Feira de Santana: Editora da UEFS; Salvador: EDUFBA, 1998.

<sup>106</sup> Fraga Filho discute esse costume entre os libertos na obra: Valter Fraga Filho *op. cit.*

<sup>107</sup> Maria de Fátima Novaes Pires. *O crime na cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2003. p. 89.

<sup>108</sup> Erivaldo Fagundes Neves. Escravismo e Policultura. In.: *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica da UFPE*. Nº 15. Recife: Universitária, 1994. p. 77-78. Grifo do autor.

<sup>109</sup> Mary Karasch. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 99-100.

ex-cativos, tendo muitas vezes que provar na justiça a sua liberdade, como ocorreu com a família de Maria, que alegava ser liberta e era acusada de ser escrava fugitiva.<sup>110</sup>

Os escravizados das grandes cidades, conforme também discute Algranti<sup>111</sup>, eram controlados principalmente pela polícia, o que provavelmente não ocorreu em Xique-Xique devido a sua extensão territorial, que conforme é observável no mapa era muito grande e ao pequeno número de soldados, bem como à infrequente citação de escravizados nas correspondências de delegados e nas posturas municipais pesquisadas<sup>112</sup>.

Apesar das poucas referências, é possível inferir que o controle dos escravizados em Xique-Xique era exercido principalmente pelos senhores. Provavelmente o convencimento se dava através das negociações, que envolveriam o acesso ao gado, a formação de famílias e a possibilidade de circular livremente e acumular pecúlio como pôde ser observado nas fontes e será analisado no decorrer deste trabalho. Nesses acordos, entraria a idéia de paternalismo.

Para Genovese, o paternalismo

[...] surgiu da necessidade de disciplinar e justificar, moralmente, um sistema de exploração. Estimulava a bondade e a afeição, mas também, simultaneamente, a crueldade e ódio. A distinção racial entre senhor e escravo acentuava a tensão inerente a uma ordem social injusta.<sup>113</sup>

Esse conceito assim construído possibilitaria a convivência com a contradição inerente ao sistema escravista onde uma pessoa é transformada em coisa, possibilitando a existência desse sistema.

Analisando aspectos da escravidão no Sul dos Estados Unidos, Genovese afirmou que decorrente do fato de os senhores terem passado a residir na plantations, “[...] o paternalismo encorajado pela proximidade física de senhores e escravos foi enormemente reforçado pelo fechamento do tráfico de escravos africanos, o que obrigou os senhores a dedicar mais atenção à reprodução de sua força de trabalho.”<sup>114</sup>

Dadas as devidas proporções, essa reprodução da força de trabalho e proximidade entre senhor e cativo também ocorreram em Xique-Xique.

---

<sup>110</sup> Elisângela Oliveira Ferreira. Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos sertões do São Francisco. *Afro-Ásia*, 32 (2005), 185-218.

<sup>111</sup> Leila Mezan Algranti. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. 1808-1822*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

<sup>112</sup> APEB, SCP, SJ, maço 2997, Polícia, Correspondência de Delegado de Polícia (1870-1877). APEB, SCP, SJ, maço 2.294, Correspondência recebida de juizes (1879-1884), Chique-Chique.

<sup>113</sup> Eugene Genovese. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPq, 1988. p. 22.

<sup>114</sup> *Idem*. p. 23.

No que diz respeito ao acesso ao gado, que garantiria o acesso a outros bens, podemos citar escravizados como Cosme que recebeu da mãe de seu proprietário duas vacas.<sup>115</sup>

Ou uma família escravizada beneficiada por Francisca, irmã liberta do cativo Cesário. Esta deixou para o irmão, já no último ano da escravidão, 100 mil réis, uma canoa pequena e um mosqueteiro. Para a cunhada Josepha, esposa de Cesário, destinou duas ovelhas e para a filha do casal, afilhada de Francisca, foi reservada uma novilha<sup>116</sup>.

Não foram encontradas evidências diretas do acesso à terra para cultivo pelos cativos em Xique-Xique, mas esse costume foi evidenciado em áreas próximas dali<sup>117</sup> e como a criação de animais traz a necessidade do fornecimento de alimentos para estes, possivelmente essas doações traziam o pressuposto de que esses cativos poderiam negociar com seus senhores formas de criá-los, apesar de que havia a possibilidade de que os vendessem imediatamente.

Outra estratégia utilizada pelos senhores talvez tenha sido o estímulo à formação de laços familiares que desestimulassem a fuga. Eram comuns os contatos de escravizados com outros cativos de outros proprietários e com livres e libertos, com os quais se casavam, tinham filhos, se tornavam compadres e comadres e conviviam cotidianamente no trabalho.

Mas essas negociações nunca falhavam? É evidente que sim, e é aí que entra a violência e as rupturas mais radicais, pois foram encontrados nas fontes escravizados que fugiram, que participaram da morte de seu senhor, ou mesmo que procuraram a lei para obter sua liberdade.<sup>118</sup>

No relato de um conflito havido em Santo Ignácio, no dia 9 de dezembro de 1873, o delegado de polícia local informou acerca dos fatos ocorridos na povoação, onde “[...] achava-se a ordem pública ali alterada” devido às brigas políticas tão frequentes na localidade e no termo como um todo, informa que indivíduos haviam resistido à tomada das armas pelos soldados e que foram detidos “[...] no tronco única prisão ali existente”<sup>119</sup>. Este tronco pode ter sido utilizado também para a punição de escravos.

Mas como eram os horários de trabalho dos escravos em Xique-Xique? Os dados analisados que indicam início e final do período de serviço apontam que ele começava quando amanhecia e terminava quando anoitecia, estando diretamente associado às possibilidades oferecidas pela natureza. Esses dados foram encontrados em diversos processos.

---

<sup>115</sup> APEB, SJ, IT, nº 08/3280/02, Testamento de Maria Angélica de Magalhães, Xique-Xique, 1859.

<sup>116</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3119/21, Inventário e testamento de Francisca Pereira de Araújo, Xique-Xique, 1888.

<sup>117</sup> Cristiano Pesatti de Matos. Escravos e Justiça no Baixo Sertão, século XIX. *Anais do I Simpósio de História Regional e Local*. Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2009 (cd-rom).

<sup>118</sup> A discussão acerca das formas de resistência e de conquista da liberdade é feita no capítulo 2.

<sup>119</sup> APEB, SCP, SJ, Maço 2997, Polícia, Correspondência de Delegado de Polícia (187-1877).

No julgamento do crime em que os escravizados Paulo Angola e Francisco Aussá estavam envolvidos na morte de seu senhor, afirmou-se neste que estes saíram por volta de cinco horas da manhã para “situar” uma fazenda de criação no lugar denominado Carvalho. O que indica que a realização das atividades começavam bem cedo, assim que amanhecia<sup>120</sup>.

Terminando o trabalho do dia ou, pelo menos, uma etapa do serviço, é possível encontrar o cativo Roberto chegando embarcado da roça por volta das sete horas da noite do dia 15 de outubro de 1858<sup>121</sup>.

Apesar de já ter iniciado um período de chuvas escassas, esse era o período de chuvas na região, o que pressupõe que ele havia passado o dia capinando ou plantando a roça. Não sabemos se esse horário seria seguido por ele caso fosse o mês de agosto, por exemplo, quando não havia praticamente nada a fazer na roça.

Esta reflexão encaminha para uma análise que se faz fundamental no que diz respeito às diferentes ocupações dos trabalhadores dessa região em diferentes épocas do ano. Nessa perspectiva é possível apontar a chamada por Thompson de orientação pelas tarefas, tema analisado em *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*<sup>122</sup>, onde expõe as diversas formas de utilização do tempo em sociedades predominantemente industriais ou não.

Nessa perspectiva, “[...] a medição do tempo está comumente relacionada com os processos familiares no ciclo do trabalho ou das tarefas domésticas”<sup>123</sup>. E esta parece ter sido a forma fundamental de organização do trabalho em Xique-Xique no século XIX considerando-se as atividades que eram desenvolvidas e a ligação dessas com os processos da natureza.

O ano agrícola nesta área do sertão baiano, até os dias atuais, conforme ressaltado acima, é dividido em “verde” e “seca” e o dia de trabalho resultante da ocupação com a produção de farinha é maior que, por exemplo, um dia de capina, atividade realizada no verde, pois a fabricação de farinha tem um ciclo que precisa ser concluído no mesmo dia em que foi iniciado, diferentemente da capina. Ferreira afirma que a extração de sal em Xique-Xique no século XIX também era uma atividade do período de seca<sup>124</sup>.

Até mesmo o trabalho com o garimpo estava ligado a este ciclo, pois a extração de diamantes no Assuruá só era possível quando havia ali água em abundância, portanto no

---

<sup>120</sup> APEB, SJ, PC, nº 26/920/19, Homicídio, Réu: Manoel Joaquim, Vítima: Antônio José da Costa, Xique-Xique, 1859.

<sup>121</sup> APEB, SJ, PC, nº 26/920/16, Furto, Réu: Antonio Pinheiro de Miranda, Vítima: Roberto de Tal, (escravo), Xique-Xique, 1858.

<sup>122</sup> Edward Paul Thompson. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>123</sup> Edward Paul Thompson, *op. cit.*, p. 271.

<sup>124</sup> Elisângela Oliveira Ferreira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*.

período chuvoso. A pesca na Ipueira era privilegiada na seca, quando uma grande quantidade de peixes ficava ali represada. Nessa perspectiva, é possível concluir que as atividades realizadas pelos escravizados apresentavam grande variedade caso se considere o período do ano, seca ou verde, as enchentes ou vazantes, a ocorrência de secas e as atividades predominantes nestes momentos.

Claro que a orientação por tarefas convivia lado a lado com a diária de trabalho e não eliminava a exploração, pois um mesmo escravo poderia desenvolver inúmeras atividades ou tarefas durante o dia.

#### **2.4 O dia-a-dia de escravizados em Xique-Xique: moradia e morbidade.**

Serão discutidos aqui aspectos mais específicos da vivência escrava em Xique-Xique como moradia e morbidade. Com relação à moradia é importante ressaltar inicialmente que quase não foram encontradas senzalas na documentação aqui analisada, havendo apenas uma ocorrência, na propriedade de Isabel Maria, no ano de 1832 e esta ficava no quintal da sua casa.<sup>125</sup>

Isso não foi uma exclusividade de Xique-Xique, pois em estudos de outras áreas do sertão baiano e no agreste de Sergipe, no século XIX, das quais citamos, Neves<sup>126</sup>, Maria de Fátima Pires<sup>127</sup>, Ricardo Moreno<sup>128</sup> e Joceneide Cunha<sup>129</sup>, houve o destaque para a predominante ocorrência de senhores sem senzalas.

Então, onde moravam os escravizados em Xique-Xique?

A casa dos proprietários seria uma opção, pois Paulo Angola, no processo em que foi acusado de ter assassinado seu senhor, afirmou que residiam na mesma casa.<sup>130</sup>

Outra opção seriam casas nos quintais dos proprietários, como a senzala de Isabel, já citada e as casinhas de Joaquina Maria de Freitas e Almeida que, ao morrer em 1881, deixou

---

<sup>125</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3119/06, Inventário de Isabel Maria da Cruz, Xique-Xique, 1832.

<sup>126</sup> Erivaldo Fagundes Neves. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de História Regional e Local)*. Feira de Santana: Editora da UEFS; Salvador: EDUFBA, 1998.

<sup>127</sup> Maria de Fátima Novaes Pires. *Op. cit.*

<sup>128</sup> José Ricardo Moreno Pinho. *Escravos, quilombolas ou meeiros? Escravidão e cultura política no Médio São Francisco (1830-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

<sup>129</sup> Joceneide Cunha dos Santos. *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

<sup>130</sup> APEB, SJ, PC, n° 26/920/19, Homicídio, Réu: Manoel Joaquim, Vítima: Antônio José da Costa, Xique-Xique, 1859.

dois cativos, Eugênio, cor preta, de 47 anos e do serviço doméstico e a “Escravinha Vivencia”, de 17 anos e do serviço de costuras e, dentre outros bens, duas casas, sendo que uma delas foi descrita como “[...] 1 morada de caza na rua das Flores coberta de telhas e taipa, 5 janellas e 4 portas de frente, com 2 sallas e 1 corredor, cozinha e quarto de dentro e murada com cazas de fundo”.<sup>131</sup>

As casas de fundo podem trazer certa ambiguidade podendo se referir também a casas de outras pessoas, mas há exemplos mais claros como o do inventário de Maria Rosa do Patrocínio Castello Branco, autuado em 1879, no qual esta deixou quatro cativos: Feliciano, “criollo” de 47 anos, Quitéria, preta e viúva de 33 anos, Benedicta, parda, 14 anos e a “Escravinha Marciana”, preta de 13 anos, talvez ambas filhas de Quitéria, que, conforme o termo viúva indica, constituiu família. Observamos no inventário “1 caza na Fazenda das Pedras coberta de têlha com frente de pedra e barro, 2 portas e 7 janellas de frente com balaustrada com cozinha e cômodos no muro”. Os cômodos no muro podiam muito bem ser a moradia dos escravizados.<sup>132</sup>

Teodora Rosa de São Félix, em 1881, possuía “[...] 1 caza coberta de telhas na Vila com outra czinha também de telha no fundo do quintal”<sup>133</sup>. Teodora deixou duas escravas libertas em seu testamento, provavelmente mãe e filha, sendo que a primeira teria ainda que servir a irmã da benfeitora Maria das Virgens até a morte. Para a criança, que se chamava Benedita, liberta aos três anos, não houve outras condições.

Havia ainda os senhores que tinham várias fazendas onde espalhavam sua criação e escravizados e onde estes, principalmente os vaqueiros, viviam. Há também casos em que o número dos escravizados ou mesmo o nível de pobreza dos senhores não justificavam a construção de casas separadas para a moradia de um ou dois escravos e assim, presumivelmente, moravam todos juntos, dividindo cozinha e outras instalações o que, se por um lado poderia possibilitar um certo conforto e maiores possibilidades de negociação, por outro abria mais espaços para conflitos com a divisão dos utensílios e com uma vigília mais intensa sobre as ações dos escravizados.

Essa proximidade era repetida em cotidianos improvisados, como foi o de Paulo Angola que, quando o seu senhor foi assassinado estava “[...] durmindo ao pé de meo senr que

---

<sup>131</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3130/16, Inventário de Joaquina Maria de Freitas Almeida, Xique-Xique, 1881.

<sup>132</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3130/11, Inventário de Maria Rosa do Patrocínio Castello Branco, Xique-Xique, 1879.

<sup>133</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3130/16, Inventário de Joaquina Maria de Freitas Almeida, Xique-Xique, 1881.

tão bem durmia.”<sup>134</sup> Ou quando os escravizados iam para o garimpo com seus senhores e provavelmente dormiam com estes em “casas” improvisadas.

Outra possibilidade que parece ser pertinente para Xique-Xique no século XIX é a dormida de escravizados e escravizadas nas casas de farinha de seus senhores, que geralmente eram descritas como cobertas de telha ou palha, visto que elas abundavam, aparecendo em 35% dos inventários com escravizados, sendo que quando são separadas apenas as propriedades com cinco ou mais cativos, elas aparecem em mais de 57%.<sup>135</sup>

As casas de farinha ficaram marcadas na experiência de localidades situadas na área onde se situava Xique-Xique no XIX e permanecem até os dias atuais como locais de sociabilidade e que serviam de abrigo para pessoas que estavam de passagem e podem muito bem ter servido como morada de trabalhadores, mas isso fica apenas como uma possibilidade, visto não haver sido encontradas evidências maiores nas fontes<sup>136</sup>.

Sheila de Castro Faria<sup>137</sup> analisa a moradia no sudeste do Brasil onde detectou a ausência sistemática de senzalas no século XVIII, e sobre tal tema levantou três hipóteses: a primeira, de que as senzalas tinham escasso valor, a segunda, que a casa dos escravos era construída por eles mesmos e de sua propriedade e a terceira, que o local onde dormiam os escravos se localizasse dentro das casas de morada do proprietário. Em sua análise, achou mais prováveis as duas últimas hipóteses.

Outro tema interessante a se inferir acerca da vivência de pessoas escravizadas é acerca do estado de saúde dessa população. Os inventários permitem que se possa entrever algumas doenças dessas pessoas. Vejamos a tabela de morbidade.

---

<sup>134</sup> APEB, SJ, PC, nº 26/920/19, Homicídio, Réu: Manoel Joaquim, Vítima: Antônio José da Costa, Xique-Xique, 1859.

<sup>135</sup> Destacamos que esses números não refletem a produção total de farinha, pois há inventários sem escravos em que estas aparecem, bem como pessoas que possuíam os instrumentos e não tinham as casas, não incluídas nesta amostra, bem como plantadores de mandioca que a beneficiavam em casas de farinha de outras pessoas.

<sup>136</sup> Acerca do trabalho nas casas de farinha em Uibaí, Vila de Xique-Xique ver Taiane Dantas Martins. *Viver pra parar, labutar pra não morrer: Cotidiano de trabalhadoras rurais na Vila de Uibaí, Xique-Xique, década de 1950*. Monografia (Especialização em História: cultura urbana e memória). Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2008.

<sup>137</sup> Sheila de Castro Faria. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<b>Período</b>	<b>1813-1887</b>	<b>%</b>
Doente ou duentado de molestias	4	11,5
Achacosa ou “com achaques do seo sexo” ou achaçons	7	19,5
Bexigas	1	2,5
Pernas quebradas	1	2,5
Enorme chirro no útero ou doente do útero, cisto, Dincoentia inflamadeira	3	8,5
Doente e muito velho	1	2,5
Moléstias do estômago	2	6
Inutilizado por moléstias / imprestável	2	6
Asma	4	11,5
Quase inválida por sofrer das vistas ou cego	2	6
Um olho perdido	1	2,5
Um braço quebrado	1	2,5
Almorródias gálicas	1	2,5
Uretra	1	2,5
Myope e doente	1	2,5
Molestia incurável	1	2,5
Um pouco aleijado do pescosso e das pernas, ou alleijado das pernas ou aleijado	3	8,5
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>100</b>

Tabela 01 - Morbidade em de Xique-Xique entre 1813 e 1888.

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciário. Inventários.

É possível observar diversos aspectos na tabela de morbididade de escravos e escravas em Xique-Xique. O primeiro fator a ressaltar é a falta de uma especificação mais elaborada das doenças, visto a incipiente ou quase inexistente assistência médica especializada na localidade, sendo que no século XX ainda era frequente a utilização de medicamentos herdados da medicina popular com influência indígena e africana.<sup>138</sup>

Muitas das pessoas eram atingidas por moléstias descritas apenas como “doente”, o que caracteriza 11% da amostra. A presença de doenças referentes ao esgotamento físico causado pelo trabalho excessivo também aparecem, como foi o caso de Gonsallo, africano “[...] oitenta e tantos anos poço [sic] mais ou menos e das pernas quebradas”<sup>139</sup> também aparecem, apesar de que neste caso apenas a idade já poderia ser justificativa, mas o excesso de trabalho deve ter contribuído para suas pernas “quebradas”.

<sup>138</sup> Acerca de doenças e medicamentos em Xique-Xique, década de 1950 ver: Fernando Altenfelder Silva. *Análise comparativa de alguns aspectos da estrutura social de duas comunidades do Vale do São Francisco*. Tese (Concurso de Livre Docência na Cadeira de Sociologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade do Paraná, Curitiba, 1955 e Taiane Dantas Martins, *op. cit.*

<sup>139</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3130/03, Inventário de Maria José de Oliveira, Xique-Xique, 1853.

Pode ter sido esse também o caso de João, cabra, “[...] porém aleijado di todo sem sirvintia”<sup>140</sup>, que foi avaliado em 20\$000. Não é possível saber a idade de João nem se seu problema foi congênito ou adquirido, mas ele bem que pode ter sido mais uma vítima da exploração do trabalho excessiva característica da escravidão ou até mesmo dos castigos físicos empregados contra os escravizados.

Rodolfinho, crioulo de 11 anos, aparece com um “olho perdido”<sup>141</sup> e seu companheiro Trajano, crioulo de 9, com um braço quebrado, elementos que podem apontar para o fato de terem sido violentados por seu senhor ou, coincidentemente, ambos terem sofrido acidentes de trabalho.

As doenças femininas não deixam de marcar a amostra, como problemas de útero ou inflamações, talvez decorrentes da realização do parto ou mesmo da falta de tratamento para problemas ginecológicos, ou doenças sexualmente transmissíveis, o que é perfeitamente compreensível para a época.

A asma é uma doença que tem certo destaque, com 11% da amostra. Provavelmente essa denominação acobertasse diversos problemas respiratórios como tuberculose e estes, quando não eram contagiosos, podem ter decorrido do fato de essa população ter vivido em contato constante com a fumaça, sendo as fogueiras frequentemente acesas em suas proximidades, fosse para cozinhar ou para aquecer, havendo a necessidade de sopros constantes para que estas continuassem acesas. O fumo também pode ter contribuído para os problemas respiratórios, além, é claro, de fatores genéticos. As doenças do estômago podem ser resultantes do tipo de sal consumido localmente, retirado das rochas e com grande quantidade de elementos prejudiciais à saúde.

Os achaques podem estar associados à resistência ao trabalho, mas os “achques do seo sexo” deveriam se referir a problemas relativos à menstruação, vistos serem apontados como tipicamente femininos. A bexiga, doença atualmente conhecida como varíola, contaminou Felipe, cabra de 50 anos que foi descrito como “totalmente duente de bexigas” no ano de 1852<sup>142</sup>. Ele vivia numa propriedade juntamente com apenas duas crianças escravizadas, talvez a ausência da mãe estivesse ligada à doença, mas ela poderia ter sido vendida para outro proprietário ou as crianças terem sido compradas sozinhas, mas não temos informações sobre isso.

---

<sup>140</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3130/06, Inventário de José Longuinho da Silva, Xique-Xique, 1854.

<sup>141</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/2924/24, Inventário de João Batista Guimarães Pimentel, Xique-Xique, 1879.

<sup>142</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3127/16, Inventário de Francisco Antônio da Rocha, Xique-Xique, 1852.

Os inventários não permitem tecer especulações muito gerais acerca das doenças, mas é possível através deles perceber que os escravizados sofriam das mais diversas moléstias. O censo de 1872 fala da existência nessa data em Xique-Xique de dois escravizados cegos, dois surdo-mudos e duas escravizadas dementes.<sup>143</sup>

Esses itens como moradia e morbidade são de difícil captação nas fontes existentes para estudar a vida dos escravos no Brasil, visto que elas eram elaboradas pela classe senhorial que só se interessava pela vivência cotidiana dos escravizados à medida que estas lhes possibilitassem forjar formas de melhor controlar e explorar sua mão-de-obra e essas formas de morar e sofrer pouco interessavam aos registros do mundo jurídico e eclesiástico, principais escritos disponíveis, bem como eram de difícil detecção para os viajantes<sup>144</sup>, fosse por aspectos culturais ou por desinteresse, principalmente quando forasteiros foram relativamente poucos a visitar o sertão de Xique-Xique no período abordado aqui. Mas as informações levantadas possibilitam que se conheça um pouco mais desse cotidiano de trabalho e sociabilidade vivido pelos cativos do sertão.

---

<sup>143</sup> Pedro Puntoni (coord.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo: CEBRAP, 2004 (CD-ROM).

<sup>144</sup> Apesar disso, foi possível a Slenes analisar aspectos da família escrava a partir de observações destes. Ver Robert Slenes. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

### 3 LIBERDADE E RESISTÊNCIA NO SERTÃO: EXPERIÊNCIAS

#### 3.1 liberdade no sertão: realidade ou miragem?

A liberdade certamente foi o principal sonho de um grande número de pessoas que viveram sob o jugo do cativo e é tema bastante estudado<sup>145</sup>. Analisando as fontes de Xique-Xique, é possível questionar acerca de quais os escravizados que alcançaram essa realização? Em que circunstâncias? Foram aparentemente gratuitas ou seu custo estava bem definido? Algumas pessoas recorreram à justiça, ao se aproximar a abolição, para ficarem livres?

A seguir será exposto um pouco dessa história copilada da documentação.

As fontes utilizadas mais freqüentemente para a análise da alforria são as cartas de liberdade, a partir dos livros de notas dos escrivães. Estas foram utilizadas por Schwartz no texto “Alforria na Bahia 1684-1745”<sup>146</sup> e por Lígia Bellini, no artigo “Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo nas cartas de alforria”<sup>147</sup>, além de outros autores.

Infelizmente, não foi possível encontrar esses livros para Xique-Xique em nenhum arquivo pesquisado e optei por lançar mão de outros documentos para analisar tal temática. Essas fontes foram as declarações de libertação contidas em inventários e testamentos, os registros eclesiásticos de batismos e alguns processos-cíveis, denominados Ações de Liberdade ou Ações de Manutenção da Liberdade.

Na Bahia, as alforrias já foram estudadas com a utilização destas fontes. Neste sentido, é possível destacar a dissertação de Kátia Lorena Almeida, que utilizou como fontes as tradicionais cartas de alforria associadas a documentos menos usuais como testamentos, registros de batismos, inventários *post mortem*, ações de liberdade, correspondências da

---

<sup>145</sup> Acerca de tal temática destacamos: Lígia Bellini. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: João José Reis (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. Sidney Chalhoub. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Eric Foner. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1998. Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Stuart Schwartz. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: Edusc, 2001. Ricardo Tadeu Caíres da Silva. *Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade, Bahia, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000. Eric Foner. *O significado da liberdade*. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 8, n. 16, março/agosto, 1988. Valter Fraga Filho. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1919)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006 e Raphael Rodrigues Vieira Filho. *Os negros em Jacobina (BAHIA) no século XIX*. São Paulo: Annablume, 2009.

<sup>146</sup> Stuart Schwartz. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

<sup>147</sup> Lígia Bellini. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: João José Reis (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Câmara Municipal e correspondências de juízes da comarca de Rio de Contas. Tal qual na presente pesquisa, os dados analisaram a prática da alforria em condições pouco pesquisadas: uma região pouco populosa, distante dos grandes centros e dos principais mercados, contradizendo, portanto, a idéia corrente na historiografia disponível de ser a alforria um fenômeno essencialmente urbano.<sup>148</sup>

Kátia Lorena detectou que a partir da Lei do Ventre Livre, em 1871, as ações de liberdade e as cartas de alforria demonstram como a política privada de alforriar se modificou e as chances de os escravos obterem suas liberdades aumentaram, já que, sabedores das novas possibilidades abertas pela lei, eles pressionavam os senhores, recorrendo à justiça em busca da liberdade, quando não puderam decidir privadamente suas demandas. O perfil dos forros em Rio de Contas indica um predomínio dos miscigenados – caso dos pardos e mulatos – e das mulheres, embora os homens miscigenados também estivessem disputando e levando vantagem, em alguns casos, sobre as mulheres miscigenadas.<sup>149</sup>

As conclusões construídas por Kátia Lorena em sua pesquisa, conforme será exposto a seguir, se assemelham em alguns aspectos às obtidas na análise da alforria em Xique-Xique. Isso se dá provavelmente pelas pesquisas tratarem de duas regiões do interior da Bahia com semelhanças como o não predomínio da agricultura de exportação e as relações mais próximas entre os cativos e seus senhores. Mas a escassez de fontes não foi a única dificuldade encontrada neste trabalho. “Os dados da manumissão baiana são difíceis de se avaliar não só devido à imprecisão dos endereços de residências dos escravos emancipados, mas também devido às deficiências das estatísticas demográficas gerais da população escrava no Brasil”,<sup>150</sup> afirma Schwartz.

Portanto, o objetivo aqui não é analisar a quantidade de libertos no percentual de escravizados ou ter uma imagem geral da manumissão em Xique-Xique. O objetivo é conhecer algumas formas de obtenção da liberdade em Xique-Xique e algumas circunstâncias nas quais essa conquista foi obtida, destacando aspectos qualitativos devido à importância desse tipo de análise e ao pequeno volume de dados disponíveis nas fontes. Tal qual Castellucci Júnior, ao analisar o mesmo tema em Itaparica, destaco que “[...] se em termos

---

<sup>148</sup> Kátia Lorena Novais Almeida. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2006.

<sup>149</sup> *Ibidem*.

<sup>150</sup> Stuart Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*, p. 178.

quantitativos os nossos dados são limitados, em termos qualitativos as evidências acerca das lutas dos cativos pela liberdade são riquíssimas”.<sup>151</sup>

É possível visualizar no seguinte quadro as formas de obtenção de liberdade flagradas nas fontes:

<b>Período</b>	<b>1813-1849</b>	<b>1850-1871</b>	<b>1872-1888</b>
Testamentos	01	28	0
Inventários		4	1
Processos cíveis			02
Batismos			04
Total	01	32	07

Quadro 03 - Formas de obtenção da alforria em Xique-Xique no século XIX.

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciário. Inventários e Testamentos. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciário. Livro de Testamentos nº 01. Livro de Batismos da Paróquia de Xique-Xique 1871-1886. APEB. Seção Judiciário. Processos Cíveis. Ações de Liberdade.

Conforme os dados apresentados, até a lei de 1871 os senhores e os escravos se utilizaram fortemente das relações de proximidade estabelecidas no dia-a-dia e a principal forma de conquista de alforria era através dos testamentos dos proprietários que, negociando a liberdade com os cativos, poderiam amealhar bons serviços durante toda a sua vida, e a promessa de liberdade só seria paga após sua morte.

Destaco que, durante o século XIX, as formas de obtenção de liberdade variaram em Xique-Xique, tendo mais chances o escravizado de obter sua liberdade utilizando-se da relação mais próxima com o proprietário, até 1871, e utilizando-se da lei, após esse período. Isso se deve ao fato de que, antes de 1871, conforme Manuela Carneiro da Cunha, “[...] afóra situação excepcional, competia exclusivamente ao senhor conceder alforria ou negá-la a seu escravo”,<sup>152</sup> pois não havia disposições legais que permitissem ao escravo alguma autonomia nessa seara. E esse “silêncio da lei”, ainda segundo a autora, não se devia ao esquecimento, mas à preocupação de salvaguardar o inteiro controle dos senhores sobre esse tipo especial de propriedade.<sup>153</sup>

<sup>151</sup> Wellington Castellucci Júnior. *Pescadores e Roceiros: Escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX (1860-1888)*. São Paulo: Annablume; Fapesp; Salvador: Fapesb, 2008. p. 232.

<sup>152</sup> Manuela Carneiro da Cunha. *Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX*. In.: *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 126.

<sup>153</sup> *Idem*. p. 127.

Os cativos aproveitaram o novo contexto imposto pela lei no qual, conforme nos relata Chalhoub, ainda nas discussões acerca da lei que seria implantada em 1871:

[...] Perdigão Malheiro achava que a proposta do governo, ao instituir a alforria forçada, destruía a força moral do senhor sobre o escravo. A detenção do poder exclusivo de alforriar nas mãos dos senhores parecia essencial para garantir a subordinação dos escravos e a gratidão dos libertos, pois os negros deveriam transitar da escravidão para a liberdade em situação de dependência.<sup>154</sup>

Este contexto, após 1871, deu mais espaço para os escravizados se utilizarem da lei e de pessoas livres simpatizantes da causa abolicionista para conquistar a tão sonhada liberdade.

Voltando ao período anterior à lei, observou-se na análise dos testamentos, que quase a metade da documentação onde havia libertação de cativos (44,4%), foi produzida no contexto da terrível seca de 1857-61, o que demonstra que as alforrias aí registradas foram um jogo utilizado pelos senhores para aumentar a produção dos cativos no momento em que escreviam o testamento realizando uma promessa de futura liberdade em tempos de crise e um instrumento, no caso das alforrias com pagamento, para garantir ainda uma quantia em dinheiro a ser deixada para seus herdeiros.

É curioso observar ainda, que apesar da população cativa identificada nos inventários da década de 1850 ser quase equilibrada no que diz respeito ao gênero, havendo ligeira predominância das mulheres, dentre os alforriados em testamento, elas perfazem 80%, o que demonstra que, mesmo estando dispostos a negociar a liberdade de alguns cativos, os senhores os escolhiam levando em consideração o sexo destes, libertando mais mulheres.

Talvez isso ocorresse devido a seu preço ser menor no mercado, ou mesmo a uma maior proximidade com as cativas no ambiente doméstico. Dos dez alforriados nessa década, apenas dois eram homens e um deles, José, liberto em testamento antes da seca, deveria pagar 150 mil réis por sua liberdade<sup>155</sup>. Condição imposta a apenas uma das cativas, que era Catharina, cabra, que deveria pagar por sua liberdade o valor de 100 mil réis<sup>156</sup>.

A possibilidade de pagamento pela liberdade por cativos de ambos os sexos sugere que era possível tanto a homens quanto a mulheres acumular pecúlio atuando em algumas das diversas possibilidades de trabalho oferecidas pela dinâmica economia local.

As alforrias em testamentos foram encontradas em dois documentos anteriores a 1850. Quatro documentos são da década de 1850, dois da década de 1860 e um dos anos 1870.

---

<sup>154</sup> Sidney Chalhoub. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 187-188.

<sup>155</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3127/17, Inventário e Testamento de Brízida Rodrigues Lima, Xique-Xique, 1857.

<sup>156</sup> APEB, SJ, IT, n° 08/3280/02, Testamento de Maria Angélica de Magalhães, Xique-Xique, 1852.

Conforme observado nos dados, este foi o mecanismo mais largamente utilizado entre 1850 e 1860 e abandonado localmente na década de 1880, provavelmente devido à crise de acesso aos cativos, ocorrida principalmente no nordeste.

A utilização da alforria em testamento enquanto instrumento de diferenciação dos cativos, sugerindo negociação pessoal e tentativa de coerção do trabalho destes fica bastante clara nestes documentos, principalmente pela distinção que os proprietários fazem questão de manter entre os seus cativos premiando alguns e punindo outros, escolhendo assim o modelo de comportamento ideal.

Isso fica evidente no testamento de Juvêncio Cassiano de Campos, que deixou libertas as cativas Raimunda e Anna e indicou o escravizado africano Francisco, para ser vendido para o pagamento das custas do seu processo de inventário. Juvêncio Cassiano de Campos declarou possuir 23 cativos e a liberdade de Ana e Raimunda, além da venda de Francisco, refletem aspectos do dia-a-dia nessa grande estrutura de posse, considerando os padrões locais, onde se beneficiava uns e punia outros<sup>157</sup>.

A diferença no tratamento dos cativos também fica clara no testamento de Brízida Rodrigues Lima, registrado no ano de 1852. Ela afirmou que deixaria forros os escravizados Felipe e Margarida, desde o dia em que falecesse e que estes gozariam de suas liberdades por muitos anos. Afirmou também que deixava o seu escravo José “[...] cortado no valor de cento e cinquenta mil reis”. Doou ainda a escrava Antônia e sua “cria de nome Paulo” para sua afilhada Maria. Isto já havia sido feito por ela ainda em vida, que se utilizava então do testamento apenas para oficializar essa doação.<sup>158</sup>

Houve então nessa propriedade, cativos que receberam a liberdade sem condições explícitas, cativo que receberia a liberdade mediante pagamento e escravizados que foram doados e provavelmente separados do convívio com os companheiros, para agradar a uma afilhada da proprietária. Certamente os contatos e negociações cotidianos contribuíram para as diferentes decisões a respeito dos cativos.

A liberdade foi diferenciada até por proprietários que pretendiam libertar todos os seus escravizados após a morte de ambos, talvez pelo fato de não terem herdeiros. Foi o caso de Sofia Pereira de Oliveira que, em 1871, ao deixar seu testamento, afirmou que deixava forros os escravos Jacob e Maximiano, sendo que essas alforrias haviam sido combinadas entre ela e

---

<sup>157</sup> APEB, SJ, IT, n° 08/3280/03, Inventário e Testamento de Juvêncio Cassiano de Campos, 1859.

<sup>158</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3127/17, Inventário e Testamento de Brízida Rodrigues Lima, Xique-Xique, 1852.

o marido, pela morte de qualquer um dos dois. Os demais cativos só ficariam livres após a morte de ambos, o que demonstra uma preferência do casal por esses dois.<sup>159</sup>

Mesmo as liberdades recebidas mediante pagamento foram justificadas e alguns escravizados poderiam receber prêmios pelo seu bom comportamento, como foi o caso de Cosme, que “pela lealdade” com que vinha servindo seu proprietário e sua mulher, ficou coartado, no ano de 1813, em metade do seu valor. Cosme teria que trabalhar e pagar, portanto, apenas metade do que valia<sup>160</sup>.

Após 1871, devido à crise estabelecida com o fim do tráfico, as manumissões diminuíram consideravelmente e uma das poucas formas em que foi possível conquistar a liberdade foi através da justiça. Outra forma seria o adiantamento da liberdade após a lei de 1871 com o ato do batismo.

É necessário ressaltar, porém, que conforme Russell-Wood, na mecânica real do processo de alforriar houve uma intensa interação de fatores individuais, familiares, psicológicos, demográficos, geográficos, econômicos e cronológicos, não sendo, pois, um fator isolado a determinar maior ou menor frequência de manumissão.<sup>161</sup>

A análise será neste momento do período final da escravidão, onde se utilizou a justiça e a pia batismal para obter a liberdade, conhecendo o caso de Romualdo, através da Ação de Liberdade aberta na justiça de Xique-Xique no ano de 1886.<sup>162</sup>

Romualdo era cativo de Raymundo José de Brito e encaminhou ao Juiz Municipal e de Órfãos de Xique-Xique, no dia 26 de outubro de 1886, um requerimento de depósito e abertura de processo contra seu senhor alegando ter direito à sua liberdade “[...] por ter estado e vivido durante alguns anos neste estado em virtude de abandono”<sup>163</sup> e por ter entregue a seu “pretendido” senhor a quantia de quatro libras de ouro que com o seu trabalho adquiriu no lugar denominado Caldeirão, do Termo de Xique-Xique, em exploração com outros companheiros, de mina de ouro ali existente, da qual tiraram juntos mais de uma arroba de ouro.<sup>164</sup>

Após este acontecimento, o senhor Raymundo José de Brito não lhe entregou a carta de alforria, conforme havia prometido e ainda quis “ameaçá-lo violentamente em sua

---

<sup>159</sup> APEB, SJ, IT, nº 04/1444/1913/04, Inventário e testamento de Sofia Maria de Oliveira, Xique-Xique, 1871.

<sup>160</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3119/15, Inventário e testamento de José de Souza de Almeida, Xique-Xique, 1813.

<sup>161</sup> Russell-Wood. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 59.

<sup>162</sup> Toda a trama que será narrada adiante se baseia no processo: APEB, SJ, PCV, nº 89/3202/34. Manutenção de Liberdade. Brito, Raimundo José de. Romualdo. 1886.

<sup>163</sup> APEB, SJ, PCV, nº 89/3202/34. Manutenção de Liberdade. Brito, Raymundo José de. Romualdo. 1886.

<sup>164</sup> APEB, SJ, PCV, nº 89/3202/34. Manutenção de Liberdade. Brito, Raimundo José de. Romualdo. 1886.

liberdade”, o que sugere que o proprietário quis submetê-lo a um regime ao qual não estava mais acostumado.

Nesse mesmo dia foi nomeado o senhor Urgino de Souza Nogueira como curador de Romualdo. A nomeação não deve ter sido gratuita, pois nos dois processos de liberdade que analisaremos aqui ele foi o curador. Talvez isso se deva ao fato dele ser funcionário público. Talvez ele fosse o Juiz de menores e inválidos da região, ou o Curador de menores e inválidos.

Urgino de Souza Nogueira apareceu como testemunha em processo nesse mesmo ano como empregado público, com 45 anos, depondo a favor da proprietária de uma escravizada assassinada. Não é possível saber se seu posicionamento nesse processo se deu predominantemente por questões ideológicas, para defender a escrava, ou políticas, para ajudar a proprietária.<sup>165</sup>

Ainda no dia 26 de outubro de 1886, Romualdo foi retirado do poder de Raimundo, à Rua Curuzú na Vila de Xique-Xique e depositado em poder de Moyses Mendes Vianna, morador à Rua da Cadeia, também na Vila, “[...] a fim de poder requerer o que for a bem de sua liberdade.”

Na seqüência do processo, o escrivão já caracteriza Romualdo como “[...] escravo que foi de Raymundo José de Brito” e no processo se argumenta que ele estava vivendo em estado de liberdade, tendo nisto tacitamente consentido seu senhor já há alguns anos e que estava em uma sociedade de mineração, onde extraiu as referidas quatro libras de ouro, tendo as levado “[...] voluntariamente por ignorância sua a seu pretendido Senhor com o fim de que ele lhe passasse a competente carta de liberdade [...]”, porém, Raymundo, em posse do ouro, disse que não mais conferiria a liberdade e Romualdo então viu-se “[...] ameaçado de ser violentamente redusido de novo a escravidão por seu iníquo Senhor”.<sup>166</sup>

A principal argumentação utilizada até esse momento era a de que Romualdo já vivia como livre, tendo com isto consentido seu senhor e que se alimentava e vestia à sua própria custa, estando por isso Romualdo requerendo a manutenção de sua liberdade.

O curador Urgino apresentou uma prova da liberdade solicitando a revisão do livro de matrícula do município, no qual não foi encontrado o registro de Romualdo. A situação não estava nada favorável para Raymundo, pois a lei de 1871 dava dupla cobertura a Romualdo, estando ele livre por não ter sido matriculado e por ter sido abandonado por seu senhor.

---

<sup>165</sup> APEB, SJ, PC, nº 02/68/14, Homicídio (denúncia), Réu: Manoel Martiniano de França Antunes (e outros), Vítima: Maria de tal, Xique-Xique, 1886.

<sup>166</sup> APEB, SJ, PCV, nº 89/3202/34. Manutenção de Liberdade. Brito, Raimundo José de. Romualdo. 1886.

Raymundo não compareceu as audiências do processo, provavelmente por já imaginar o desfecho e para garantir o ouro recebido.<sup>167</sup>

Conforme afirma Chalhoub, após o término do período inicial da matrícula em 30 de setembro de 1872, nenhum contrato ou ato oficial envolvendo cativos teria lugar sem a apresentação das “[...] relações das matrículas ou certidão delas”. Sem prova de registro, portanto, não se poderia lavrar escritura de compra e venda de escravo, nem penhor, hipoteca, ou contrato de aluguel de seus serviços. Nenhum inventário, partilha ou qualquer outro litígio concernente a escravos seria admitido em juízo sem o documento da matrícula.<sup>168</sup>

No dia 29 de outubro de 1886 foram intimadas testemunhas para depor no processo. A primeira foi Joaquim José da Rocha, 38 anos, casado, natural e morador da Vila, que afirmou que era exato que há mais de dois anos Romualdo vivia completamente livre, alimentando-se e vestindo-se à sua própria custa e sem domínio nem sujeição de pessoa alguma e que sabia por ouvir dizer que Romualdo tirou o ouro e que foi constrangido por seu ex-senhor que lhe tomou este o violentando a pretexto de ser ele escravo e só assim lhe conceder a carta de liberdade.<sup>169</sup>

A segunda testemunha foi José Moreira do Nascimento Filho, 24 anos, casado, criador, natural da Vila e morador no Curral das Pedras, que confirmou as histórias da extração do ouro e da independência alimentar e de vestimentas de Romualdo, acrescentando que “[...] às vezes era até o suplicante quem concorria com gêneros para a alimentação de seu pretendido senhor”.<sup>170</sup>

A terceira testemunha foi Pedro Gomes de Sant’Anna, 34 anos, casado, garimpeiro, natural do Termo do Urubu e morador em Xique-Xique. Pedro afirmou que trabalhava junto com Romualdo no garimpo e viu este retirar o ouro e que este realmente “[...] vivia como fôrro, alimentando-se e vestindo por si mesmo sem sujeição de ninguém”, confirmando, por ouvir dizer, a história da entrega do ouro a Raymundo.

O juiz julgou procedente a alegação de Romualdo, baseando-se na Lei de 1871, mandando-se que lhe passasse o título declaratório de sua liberdade em 30 de outubro de 1886.<sup>171</sup>

Isso demonstra que a abertura de ações de liberdade nesse período fazia sentido e poderia trazer bons resultados para o cativo. O processo sugere também que era possível ao

---

<sup>167</sup> APEB, SJ, PCV, nº 89/3202/34. Manutenção de Liberdade. Brito, Raimundo José de. Romualdo. 1886.

<sup>168</sup> Sidney Chalhoub. *Machado de Assis: historiador*. p. 222 e 223.

<sup>169</sup> APEB, SJ, PCV, nº 89/3202/34. Manutenção de Liberdade. Brito, Raimundo José de. Romualdo. 1886.

<sup>170</sup> APEB, SJ, PCV, nº 89/3202/34. Manutenção de Liberdade. Brito, Raimundo José de. Romualdo. 1886.

<sup>171</sup> APEB, SJ, PCV, nº 89/3202/34. Manutenção de Liberdade. Brito, Raimundo José de. Romualdo. 1886.

cativo negociar a sua liberdade com seu senhor e obter com seu trabalho grandes somas em dinheiro.

Ricardo Caíres analisou a resistência escrava através das Ações de Liberdade na Bahia e afirma:

As ações de liberdade, como geralmente eram chamadas, eram instrumentos através dos quais os escravos recorriam à Justiça para assegurar ou requerer sua liberdade, face às mais diversas situações impostas pelos escravistas. Dito de outra forma, eram processos cíveis em que os escravos, representados por pessoas livres, acionaram o poder judicial buscando pressionar seus senhores ou herdeiros a conceder-lhes a alforria, em muitos casos, anteriormente negociada.<sup>172</sup>

A negociação anterior entre senhor e cativo foi flagrada nesse processo citado anteriormente, onde a liberdade do cativo Romualdo seria trocada pelo ouro explorado por este. Neste caso, a ação só foi perpetrada devido ao não cumprimento por parte do senhor de sua parte do acordo.<sup>173</sup>

Keila Grinberg afirma que “Uma ação de liberdade é iniciada quando, depois de receber um requerimento – assinado por qualquer pessoa livre, geralmente a ‘rogo’ do escravo -, o juiz nomeia um curador ao escravo e ordena o seu depósito”.<sup>174</sup> Foi o também o que aconteceu acima.

Semelhante foi o caso de Venâncio, ocorrido no ano seguinte, cuja ação foi perpetrada dia 7 de março 1887. Foi-lhe nomeado o mesmo depositário de Romualdo, neste processo caracterizado como adjunto do promotor o cidadão Moyses Mendes Vianna. Venâncio era cativo de Antonio Aves Bessa e alegou abandono ocasionado pelo fato de sofrer de sífilis há muitos anos, tendo seu senhor ignorado o tratamento, sendo que Venâncio declarou que “[...] hoje se acha melhorado dos seus padecimentos devido aos recursos que lhe tem sido fornecidos pela caridade publica, e queria elle hoje constranger em sua liberdade” por isso queria legalmente sair do poder de seu senhor e pediu para ser depositado.<sup>175</sup>

O curador de Venâncio também foi Urgino de Souza Nogueira e mais adiante foi alegado que o abandono já contava mais de um ano e que os remédios foram conseguidos a partir da caridade pública, sendo citada a lei de 1871 e alguns regimentos que garantiam a liberdade de Venâncio. O processo se encontra incompleto e devido a isso não é possível

<sup>172</sup> Ricardo Tadeu Caíres da Silva. *Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade, Bahia, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000. p. 04.

<sup>173</sup> APEB, SJ, PCV, nº 89/3202/34. Manutenção de Liberdade. Brito, Raimundo José de. Romualdo. 1886.

<sup>174</sup> Keila Grinberg. *Liberata: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 22.

<sup>175</sup> APEB, SJ, PCV, nº 89/3202/38. Ação de Liberdade. Bessa, Antonio Alves. Venâncio (escravo). 1887.

afirmar se Venâncio obteve a sua liberdade, mas a ocorrência desses processos indica que era possível aos cativos, nesse contexto do final da escravidão, lutar por ela na justiça local.

Conforme ressaltado inicialmente, antes de 1871, foram outros os mecanismos utilizados pelos cativos para obter sua liberdade. Nesse sentido, a obtenção da alforria, condicional ou não, estava por trás de uma forma de domínio dos cativos, mediante uma política de incentivos que propiciava ao proprietário a exploração do trabalho deste sem maiores conflitos e a este dava uma possibilidade de obter a liberdade, fosse mediante pagamento, condições que envolviam anos de serviços prestados, ou mesmo a manutenção de uma relação de trabalho entre ambos após o cativo ser inserido no mundo dos livres.

Conforme visualizado no quadro anterior, a obtenção da liberdade no testamento do senhor foi a forma mais comum de conquista de liberdade em Xique-Xique, dentre as fontes encontradas. Já foram mostrados alguns exemplos desta prática no início do capítulo e agora serão tratados mais alguns aspectos. Esta foi a forma quase exclusiva antes de 1871 e estas ocorrências desapareceram após este ano.

Kátia Lorena Almeida, analisando este tipo específico de fonte em Rio de Contas, constatou que ali elas também foram raras após 1871 (5,6%). Dentre as alforrias testamentárias analisadas por ela, 66% não apresentaram condições restritivas como pagamento e restrições da liberdade.<sup>176</sup>

Essas alforrias ligadas apenas à morte do testador ou de parente deste em Xique-Xique representaram 70% da amostra, quando são considerados inventários e testamentos, o que demonstra que houve uma grande preocupação dos proprietários em garantir “bons serviços” de seus cativos durante suas vidas ou de seus parentes, não havendo a condição de pagamento como elemento indispensável para a conquista da alforria na maioria dos casos encontrados.

No quadro seguinte é possível visualizar o que foi exigido dos cativos, de acordo com os documentos, para a obtenção da sua liberdade:

---

<sup>176</sup> Kátia Lorena Novais Almeida. Alforrias Testamentárias em Rio de Contas, Bahia – Século XIX. *Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2009.

<b>Período</b>	<b>1813-1849</b>	<b>1850-1871</b>	<b>1872-1888</b>	<b>Total</b>
Condicional apenas à morte do testador.		09		09
Condicional a pagamento		03	01	04
Coartado	01	01		02
Condicional à morte de cônjuge ou parente		17		17
Condicional a anos de trabalho para parentes		01		01
Incondicional		01	04	05
Conseguida na justiça			01	01
<b>Total</b>	<b>01</b>	<b>32</b>	<b>06</b>	<b>39</b>

Quadro 04 - Tipos de alforrias conquistadas presentes em Testamentos, Inventários, Processos-Cíveis e Batismos de Xique-Xique entre 1813 e 1888.

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciário. Inventários e Testamentos. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciário. Livro de Testamentos nº 01. Livro de Batismos da Paróquia de Xique-Xique 1871-1886. APEB. Seção Judiciário. Ações de Liberdade.

O hábito de coartar cativos aparece no Brasil ainda no período colonial. Coartado era aquele escravo que tinha a obrigação de pagar um valor previamente acordado com o senhor em um prazo determinado.<sup>177</sup> Eduardo França Paiva fez referência aos escravos coartados, quando estudou os testamentos da Comarca do Rio das Velhas e define o escravo coartado “como não sendo um mero escravo nem tampouco se igualava ao escravo liberto situando-se, de ato, num meio-caminho entre uma condição e outra”<sup>178</sup>.

Laura de Melo e Souza afirma que esta modalidade de alforria foi muito pouco estudada no Brasil e que a mesma foi mais usual na capitania de Minas Gerais<sup>179</sup>. Talvez o aparecimento de tal modalidade em Xique-Xique esteja associado ao fato de lá existirem diversos garimpos.

Nas fontes analisadas foi possível encontrar o caso de José de Souza Almeida que, ainda no início do XIX, declarou que seu escravo Cosme “[...] pela lealdade com que me tem servido e a minha mulher deixou quartado em metade de seu valor”<sup>180</sup>. Era uma situação de fronteira entre a escravidão e a liberdade e o escravizado devia cumprir a obrigação de pagar

<sup>177</sup> Ver Stuart Schwartz, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 214 e Stuart Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: Edusc, 2001. pp. 171-218.

<sup>178</sup> Eduardo França Paiva. Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. *Revista de História*. USP-São Paulo, n. 133 pp. 49-57, 1995. p. 86-87.

<sup>179</sup> Laura de Mello e Souza. *Norma e Conflito: aspectos da História de Minas no Século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 156.

<sup>180</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3119/15, Inventário e testamento de José de Souza de Almeida, Xique-Xique, 1813.

o valor proposto. Além da coação esse documento também nos apresenta um valor subjetivo importante nas negociações para conquista da liberdade: a lealdade.

O outro caso de coação foi o já citado José “[...] cortado no valor de cento e cinquenta mil reis”.<sup>181</sup>

Provavelmente devido ao fato de não ter havido na presente pesquisa acesso às cartas de liberdade, não foi possível observar com frequência um costume corrente em outros locais, como Salvador, cidade em que Bellini, após estudar as cartas de alforria, quantificou: “[...] para 116 deles, 29% encontram-se alegações que sugerem relações de cumplicidade, afeto, ou a sua ousadia e esperteza em tirar proveito de certas situações”.<sup>182</sup>

Schwartz também identificou esse costume ao estudar o Brasil Colonial e escreveu: “Em 47 por cento dos casos houve menção aos bons e dedicados serviços prestados pelos escravos ou por seus pais”.<sup>183</sup>

Outros escravizados, além da morte do senhor, tiveram que esperar pela morte de mais algum membro da família para obterem a liberdade, como aconteceu com Paula e Boa Ventura, que em 1858, conforme o testamento do senhor, receberiam a futura carta de liberdade com a condição de acompanharem a mulher do proprietário João Pereira de Amorim “com gratidão” até a morte desta.<sup>184</sup>

Quanto a Lourença, cativa de Teodora Rosa de São Félix, que faleceu em 1857, teria que servir a irmã de sua senhora, Maria das Virgens, até esta morrer para, só então, gozar de sua liberdade.<sup>185</sup>

Também houve o caso de José, “nação crioulo”, 15 anos mais ou menos, cujo inventariante de seu proprietário lembrou que seu senhor “[...] tinha deixado no seu apontamento para servir aos seus Senhores dezasseis anos, findo os quais que seria forro”<sup>186</sup>. Os inventariantes avaliaram seu trabalho nesses 16 anos por 750\$000. José foi o único cativo deixado por seu proprietário José Vicente dos Santos Bezerra Góes em 1864 e teria que servir a seus herdeiros por mais 16 anos, estando livre apenas aos 31 anos em 1880.

Mas houve também os escravizados, além dos coartados citados, que precisaram pagar em dinheiro por sua liberdade, como foi o caso de Catharina, cabra, que deveria dar ao herdeiro, filho de Maria Angélica de Magalhães, falecida em 1859, cem mil réis<sup>187</sup>, revelando,

---

<sup>181</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3127/17, Inventário e Testamento de Brízida Rodrigues Lima, Xique-Xique, 1852.

<sup>182</sup> Ligia Bellini. Por amor e por interesse, p. 77.

<sup>183</sup> Stuart Schwatz, *Escravos, roceiros e rebeldes*, p. 196

<sup>184</sup> APEB, SJ, IT, n° 08/3280/01, Inventário e Testamento de João Pereira de Amorim, Xique-Xique, 1858.

<sup>185</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/224/10, Testamento de Teodora Rosa de São Félix, Xique-Xique, 1857.

<sup>186</sup> APEB, SJ, IT, n° 3/124/1763/01, Inventário de José Vicente dos Santos Bezerra Góes Xique-Xique, 1864.

<sup>187</sup> APEB, SJ, IT, n° 08/3280/02, Testamento de Maria Angélica de Magalhães, Xique-Xique, 1859.

mais uma vez, a possibilidade de acúmulo de pecúlio pelos escravizados no sertão antes de 1871.

Conforme ressalta Reis

[...] Uma parcela não desprezível da população cativa foi capaz de operar com êxito dentro da economia de mercado. Embora o direito dos escravos ao pecúlio só tenha sido reconhecido, em lei formal, muito tardiamente (1871), ele sempre existiu na prática. Com efeito, alguns escravos puderam, à custa de duro empenho, acumular o capital necessário para retirar-se, enquanto pessoa, do rol dos instrumentos de produção.<sup>188</sup>

Já foram expostos aqui outros casos como o de Romualdo e de Cosme que tinham suas economias.

Outros escravizados foram beneficiados em testamento, mas não com a liberdade, como foi o caso de Maria, creoula, de 40 anos que receberia 200 mil réis após a morte do senhor José Coelho dos Santos<sup>189</sup>. Houve também Cosme que receberia da mãe de seu proprietário duas vacas.<sup>190</sup>

Neríssima, filha da finada cativa Anna, receberia de João Pereira, falecido em 1858, de acordo com seu testamento, metade de uma morada de casas de taipa coberta de telhas, no valor de 15 mil réis. Talvez Neríssima já fosse liberta e tivesse um grau de parentesco com João Pereira.<sup>191</sup>

Outro escravizado a receber benefício acompanhado de justificativa foi Claudiano, cativo de Antonio Modesto da Silva, que afirmou no testamento lhe doar 200 mil réis com a sua morte, “[...] pelos bons serviços por esse escravo a mim prestados”. O proprietário ainda escolheu para seu futuro dono seu irmão João Baptista.<sup>192</sup>

Outras pessoas tiveram mais sorte e foram agraciadas com a liberdade ainda crianças. Isso decorre provavelmente do trabalho e estratégias desenvolvidas por suas mães ou pelo fato dessas serem criadas no âmbito familiar próximas aos senhores.

Houve o caso de uma criança liberta “pelo amor de criação” no ano de 1862, que foi a “[...] escravinha Isabel, filha de Eleutéria se acha forra com carta passada, pelo amor de criação que lhe tenho”.<sup>193</sup>

---

<sup>188</sup> João José Reis; Eduardo Silva. *Negociação e conflito*. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 17.

<sup>189</sup> APEB, SJ, Livro de Testamentos nº 01 de Xique-Xique.

<sup>190</sup> APEB, SJ, IT, nº 08/3280/02, Testamento de Maria Angélica de Magalhães, Xique-Xique, 1859.

<sup>191</sup> APEB, SJ, IT, nº 08/3280/01, Inventário e Testamento de João Pereira de Amorim, Xique-Xique, 1858.

<sup>192</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/2924/12, Testamento de Antônio Modesto da Silva, Xique-Xique, 1862.

<sup>193</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/2924/11, Inventário e testamento de Teobalda Maria da Rocha, Xique-Xique, 1862.

A escravinha Benedita, cabra, de 3 anos e cinco meses, ficaria liberta por sua senhora Teodora Rosa de São Félix, mas não consta no testamento o motivo de tal ato.<sup>194</sup>

Houve ainda ingênuos libertos na pia batismal, como Joanna, parda, nascida em 2 de janeiro de 1873 e batizada dia 24 de setembro do mesmo ano. Sua mãe era Virgolina, também parda e escrava de João Alves d'Almeida, sendo liberta “[...] de todo na pia batismal por ordem de seu senhor”. Os padrinhos foram Tertuliano Alves d'Almeida, provavelmente parente próximo do proprietário e Maria Pereira da Conceição.<sup>195</sup>

A intenção dessas libertações provavelmente fosse se antecipar à lei, que só libertaria essas crianças após a maioridade e os mantinha sob a “guarda” de seus senhores.

Três dias depois seria liberto com o mesmo argumento Manoel, cabra, filho de Theresa, parda e nascido dia 2 de agosto de 1873. O proprietário era Esperidião Alves Bessa e os padrinhos foram Manoel Lemos Cardoso e Maria Marcelina da Purificação.<sup>196</sup>

É possível citar ainda os casos de Firmino, pardo, filho de Loisa, creoula, escrava de Manoel de Sousa Guedes e nascido em 25 de setembro de 1876, sendo batizado em 3 de agosto do ano seguinte, sendo, na ata do batismo registrado que estaria “[...] a cria livre como se de ventre livre tivesse nascido”. Os padrinhos foram Eduardo Pereira e Segismunda Maria da Conceição.<sup>197</sup>

Para finalizar esse tipo de caso, foi encontrada na documentação, Maria, parda, nascida em 20 de maio de 1874, e batizada em 29 de setembro de 1876 na Tapera, filha de Ignes, parda, escrava de Rodrigo José de Magalhães, sendo “[...] batizada na pia como liberta por seu senhor sem ônus como se de ventre livre tivesse nascido”, tendo ainda como testemunhas o Major Gustavo de Magalhães Rocha e o Capitão José da Rocha Magalhães. Os padrinhos foram Antonio Alves Ferreira, representado por Gustavo de Magalhães Rocha e Dona Benedita Antunes de Campos.<sup>198</sup>

Observa-se que nos quatro casos os padrinhos foram pessoas livres, destacando para esse grupo todo o ônus da libertação destas crianças que pela lei vigente, seriam completamente livres ao atingir a maioridade.

Talvez os senhores estivessem ainda querendo se livrar do sustento das crianças ou, mais provavelmente, se sobrepôr à lei e manter em suas mãos o poder de alforriar,

---

<sup>194</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/224/10, Testamento de Teodora Rosa de São Félix, Xique-Xique, 1857.

<sup>195</sup> PSBXX, ASP, Livro de Registro de Batismos 1872-1886.

<sup>196</sup> PSBXX, ASP, Livro de Registro de Batismos 1872-1886.

<sup>197</sup> PSBXX, ASP, Livro de Registro de Batismos 1872-1886.

<sup>198</sup> PSBXX, ASP, Livro de Registro de Batismos 1872-1886.

pretendendo obter assim o domínio simbólico e do trabalho sobre os egressos do cativo, captando assim a mãe, o filho e, se possível, parentes destes.

Há ainda o caso de uma família escravizada beneficiada por uma irmã do cativo Cesário, que receberia por herança de sua irmã liberta Francisca, o valor de 100 mil réis, uma canoa pequena e um mosqueteiro. Sua esposa Josepha, receberia duas ovelhas e à filha do casal, afilhada de Francisca, caberia uma novilha. A família ficaria com uma boa reserva de dinheiro que poderia ser investida e multiplicada junto aos três animais de criação e a canoa.<sup>199</sup>

Já para algumas pessoas, não se sabe até que ponto a liberdade era almejada e que benefícios poderiam tirar dela, indicando-se a alforria como um alívio para os herdeiros que se desfaziam de um fardo, como parece ter sido o caso de Procópio, “sego”, cor preta, 35 anos, solteiro e liberto sem ônus pelos herdeiros de Joaquim José em 1855.<sup>200</sup>

Segundo Mattoso, os “[...] críticos tradicionais da emancipação no Brasil argumentam com frequência que muitos dos escravos que obtiveram a liberdade eram velhos ou enfermos”.<sup>201</sup> Mas ressaltamos que este caso esteve muito longe de apresentar a regra, pois não tivemos nenhum outro semelhante em toda a documentação consultada.

Esses dados indicam a existência, como em outras partes do Brasil, do costume do cativo ter seus bens e pecúlio próprio. Algo que pode facilmente ser detectado no inventário de João Caetano da Silva<sup>202</sup>, autuado em 1851, quando este devia ao cativo Cosme, de José Rufino Ribeiro Simões, a quantia de 19\$200 réis, quantia que pode muito bem ter sido juntada a outras para que Cosme comprasse a sua liberdade, pois sete anos depois, quando faleceu José Rufino, ele não se encontrava entre os 15 cativos arrolados.<sup>203</sup>

Alguns escravizados, além de comprar a sua liberdade, ainda poderiam tornar-se libertos com bens, como Sebastião Augusto da Rocha ou Cesário e Francisca, libertos de Xique-Xique cuja história foi descrita por Ferreira<sup>204</sup>, sendo que Sebastião assassinou um membro da família de seu ex-senhor, ao que tudo indica, por não aceitar a interferência deste em assuntos familiares seus.

Nossa amostra, composta de 39 casos, não nos permite fazer grandes inferências acerca de aspectos quantitativos como gênero e idade. É possível afirmar apenas que tanto

---

<sup>199</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3119/21, Inventário e testamento de Francisca Pereira de Araújo, Xique-Xique, 1888.

<sup>200</sup> APEB, SJ, IT, nº 05/1444/12, Inventário de Joaquim José de Figueiredo, Xique-Xique, 1885.

<sup>201</sup> Kátia Maria de Queirós Mattoso. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 195.

<sup>202</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3127/20, Inventário de João Caetano da Silva, Xique-Xique, 1851.

<sup>203</sup> APEB, SJ, IT, nº 08/3280/07, Inventário de José Rufino Ribeiro Simões, Xique-Xique, 1858.

<sup>204</sup> Elisângela Oliveira Ferreira, *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Ver capítulo VI.

homens quanto mulheres estiveram presentes nos atos de manumissão, tanto recebendo a alforria sem pagamento, quanto pagando por sua liberdade.

Havia, nos diferentes períodos, crianças, jovens e adultos recebendo manumissão, havendo um maior número de libertação de crianças a partir da lei de 1871, mas é importante ressaltar que foram encontrados registros de batismos apenas dos anos 1865 em diante, o que pode trazer falsos resultados acerca da época desse tipo de ocorrência.

Dentre os poucos libertos com idade informada, pode-se perceber uma predominância de adultos, o que sugere que é inverossímil também no sertão de Xique-Xique a idéia de que havia predominância na liberdade dada a idosos.

Aqui, o domínio é evidente da alforria destinada a crianças e pessoas ainda em idade produtiva e, como afirma Mattoso: “[...] Estudos sérios comprovam, no entanto, que o percentual de alforriados idosos em parte alguma ultrapassa 10% do total”.<sup>205</sup>

Desta forma, a alforria era muito mais um jogo onde os senhores procuravam barganhar mais produtividade, cuidados e rendimento dos cativos e os escravizados buscavam aumentar suas possibilidades de obter um mínimo de estabilidade, autonomia e certo conforto, apesar da condição que lhes fora imposta. Sendo, portanto, muito mais que um simples mecanismo através do qual os senhores se livravam de escravizados inúteis e ou com baixa produtividade, garantindo, muitas vezes, também algum dinheiro extra com essa atitude.

Mas, qual a nacionalidade dos alforriados em Xique-Xique? Considerando-se que “[...] parece que os escravos mestiços eram decididamente beneficiados no processo de manumissão”<sup>206</sup> e que em Xique-Xique os nascidos no Brasil eram maioria, podemos supor que os brasileiros e mestiços predominavam e foi realmente o que ocorreu. Todos os manumitidos com cor ou nacionalidade declarada eram brasileiros e a maioria era composta de mestiços. Apenas uma criança ingênua foi descrita como preta e 45% dos alforriados identificados pela cor foram chamados de crioulos, 18% eram pardos ou mulatos e 36% cabras.

Na convivência cotidiana, foram possíveis diversas negociações. Como afirma Bellini “[...] Trata-se, na realidade, de jogos singulares de poder e sedução [...] que estes protagonistas, que ocupavam lugares institucionais tão diferentes, tiveram um com o outro”<sup>207</sup>.

---

<sup>205</sup> Kátia Maria de Queirós Mattoso. *Op. cit.* p.186.

<sup>206</sup> Stuart Schwartz. *Escravos, roceiros e rebeldes*. p.186.

<sup>207</sup> Lígia Bellini, Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria, p. 75.

E é dentro desse jogo que alguns escravizados em Xique-Xique conseguiram, de diferentes formas, passar do estatuto de cativo para o de liberto e, a partir daí, continuar sua luta incessante por uma sobrevivência mais digna dentro ou fora do sertão baiano.

Tornando-se o indivíduo liberto, quais as formas de inserção social que ele possuía disponíveis em Xique-Xique? É possível encontrar nas fontes, libertos que acumularam bens, mas que permaneceram lutando cotidianamente para afirmar a sua condição de livres, como foi o caso de Ciríaco Ferreira, contratado como guia do viajante inglês Richard Burton, para o qual alugou ainda um cavalo e uma mula.

O inglês deixou claro em seu relato de viagem que desenvolveu forte antipatia pelo liberto. Segundo o viajante, esta antipatia iniciou quando Ciríaco fez algo comum localmente, mas absurdo para a cultura de Burton, que foi consultar-se “[...] sem vergonha nenhuma, diante de sua mulher, a respeito de certa enfermidade ‘galicana’; aqui, mesmo os brancos conversam sobre isso na presença das famílias como se tratasse de um resfriado”.<sup>208</sup>

Foi travado posteriormente insistente conflito entre ambos, que parece ter tido como motor, em grande parte, pelo que se pode depreender do próprio discurso de Burton, o fato de Ciríaco não aceitar o tratamento de escravo que ele lhe dispensava. Burton afirma:

[...] *Nosso negro tinha sido um homem bom e fiel como escravo; uma falsa idéia de caridade o emancipara e, com a liberdade, surgiram os males de sua raça. Fazendo festas, como um cachorrinho de estimação, aos que conheciam sua origem, na qualidade de mastim mostrou-se grosseiro para conosco; teimoso como uma mula, retardava quando queríamos avançar; “andava em nossos calcanhares” a todo momento e, com o real estilo servil, chegou a nos dar ordem. Os viajantes que tem aversão constitucional por uma “briga”, às vezes são forçados a aceitá-la. Quando isso acontece, o único recurso é “ir para a frente”, com toda a disposição. Isso foi feito; algumas palavras fortes e ameaça de ação logo fizeram o velho escravo voltar ao seu lugar, mas, de vez em quando, ele ainda deixava escapar um arrebatamento de recente homem livre.*<sup>209</sup> (Grifos meus).

Três coisas destoam do trecho: a visão racista e etnocêntrica de Burton, sua visão da alforria puramente como uma concessão do senhor e a resistência de Ciríaco, que não aceitou ser tratado como escravo. Esse procedimento de reafirmação da liberdade após a alforria é amplamente discutido e voltaremos a esse assunto mais tarde. Mas a briga não parou por aí.

Já na casa do Capitão José Florentino de Carvalho, pelo qual Burton nutriu grande simpatia, fizeram uma refeição, tomaram café e foram dormir em redes estendidas em um quarto e, conforme as palavras do próprio:

---

<sup>208</sup> Richard Burton. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. p. 263.

<sup>209</sup> *Ibidem*.

[...] nós teríamos dormido como justos, se não fosse a pesada chuva que caiu à meia-noite e o tremendo ronco de Ciríaco Ferreira. Nem posso chamar aquilo de ronco: o ruído era como o feito por alguém que estivesse rasgando o morim mais forte e mais novo que encontrasse. Quanto ele não roncava, tossia e – o lugar era muito próximo – *como o leopardo não pode mudar as suas manchas, a pele do negro, mesmo em um homem livre, continua negra*. A convivência com o hamita não nos dispõe a seu favor.<sup>210</sup>  
(Grifos meus)

Ao que parece do descrito por Burton, só os negros roncam. No final, Ciríaco deu, mais uma vez, o grito de liberdade. Na manhã seguinte, Burton afirmou: “[...] Nosso desgracioso guia era oito ou oitenta; assim resolvemos visitar Santo Inácio sozinhos”.<sup>211</sup>

Esperamos que Ciríaco tenha recebido o valor justo pelos serviços, mas percebemos que sua resistência a um tratamento considerado indigno para livres foi constante, chegando ao ponto dele não terminar o trabalho de guia, tendo que afirmar cotidianamente sua liberdade. Se Ciríaco tivesse nos deixado um relato de seu encontro com Burton, certamente este não o despreveria como um gentil cavalheiro europeu.

Encontramos também libertos “guerreando” junto com seus ex-proprietários, como Felipe, ex-escravo de um líder político local chamado Manoel Martiniano da França Antunes.<sup>212</sup>

Essa presença pode sugerir que a continuação dessas relações após libertação, pode ser resultante do acordo que incluiria “lealdade”, firmado entre ambos na negociação pela liberdade. De uma forma geral são poucas as referências a libertos nas fontes e algumas delas foram estudadas por Ferreira, como a trajetória do casal Ciríaco e Francisca, que conseguiram angariar bens e se relacionavam tanto com os parentes que ainda viviam em cativeiro quanto com os livres que vivam na Vila.<sup>213</sup>

Esses dados indicam, contudo, que depois de conseguida a liberdade, havia espaço localmente para os ex-cativos exercerem suas atividades econômicas, acumular bens e, inclusive, ajudar os seus parentes que ainda estavam no cativeiro, como fez Francisca Pereira<sup>214</sup>. Por outro lado, os libertos precisavam se afirmar cotidianamente como livres e se impor em alguns momentos para deixar clara tal condição.

---

<sup>210</sup> Richard Burton. *Op. cit.* p. 266.

<sup>211</sup> *Ibidem*.

<sup>212</sup> APEB, SJ, PC, nº 24/839/07, Apelação Crime, Réu: Jacob Pereira Bastos (e outros). 1886.

<sup>213</sup> Elisângela Oliveira Ferreira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social). UFBA, 2008. Ver capítulo 6, A peia ancestral: histórias de escravidão e liberdade.

<sup>214</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3119/21, Inventário e testamento de Francisca Pereira de Araújo, Xique-Xique, 1888.

### 3.2 RESISTÊNCIA CATIVA NO SERTÃO

A resistência dos escravizados em Xique-Xique se deu das mais diversas formas indo desde o “corpo mole” ou a indisciplina, os furtos, até a participação no assassinato do senhor, a fuga e a formação de quilombos.

O primeiro tipo de resistência, configurado através da indisciplina, parece ter sido o caso de Pedro, cativo de cor cabra e idade de 12 anos mais ou menos, descrito pelo inventariante de sua proprietária como de “má figura”, sendo que por isso valia menos que os outros em suas condições de sexo e idade. O termo má figura provavelmente se refere a “defeitos morais” e não físicos.<sup>215</sup>

Conforme ressalta Lara, a relação entre senhor e escravo “[...] Enquanto relação de dominação e exploração, envolve necessariamente tensão e conflito, formas de resistência ou acomodamento entre dominantes e dominados”.<sup>216</sup>

Em junho de 1719, por exemplo, as autoridades coloniais baianas chamavam a atenção para o fato de que grupos de escravizados fugidos e quilombolas estavam minerando nos distritos de Jacobina. Já em 1801, nessa mesma localidade, mais propriamente nos “distritos do Julgado de Xiquexique”, uma expedição encarregada de descobrir ouro acabou encontrando “dois quilombos de negros foragidos”.<sup>217</sup>

Não foi possível encontrar documentação posterior e tudo indica que não deve ter havido excursões para destruí-los e caso tenha havido foram mal sucedidas, felizmente para esses escravizados. Conforme ressalta Sílvia Lara, “[...] Como sempre, os quilombos se tornaram conhecidos por sua destruição”.<sup>218</sup>

De qualquer forma, as evidências de que escravizados fugiam e formavam quilombos indicam que estes eram freqüentes havendo hoje na região, inclusive, diversas comunidades negras em povoações encravadas na Serra do Assuruá<sup>219</sup>, locais geograficamente privilegiados para se formar quilombos, tanto pelo difícil acesso e isolamento relativo, pois havia povoações nos mais diversos recantos das serras, quanto pela riqueza natural. Como afirma Flávio Gomes:

<sup>215</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3169/03, Inventário e testamento de Isabel Fé de Santana, Xique-Xique, 1882.

<sup>216</sup> Sílvia Hunold Lara. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.123.

<sup>217</sup> Flávio dos Santos Gomes. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidade de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. Unesp; Ed. Polis, 2005. p. 403.

<sup>218</sup> Sílvia Hunold Lara. Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo de escravos. In.: REIS, João José e Flávio Gomes (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 81.

<sup>219</sup> Como Mato Grosso no Assuruá, Pacheco, Alegre e São Domingos.

No Brasil e em outras partes da América, como Jamaica e Suriname, a localização geográfica foi um importante fator de sobrevivência e autonomia das comunidades de escravos fugidos. Apesar do difícil acesso, a maioria delas, sempre que possível, se estabeleceu em regiões não totalmente isoladas das áreas de cultivo, fossem elas exportadoras ou não, e dos pequenos centros de comércio e entrepostos mercantis. Isso funcionava como estratégia econômica, uma vez que permitia a realização de trocas mercantis entre quilombolas, escravos e vendeiros, tão comuns em toda a América durante o período escravista.<sup>220</sup>

Além disso, existem comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas na região – das quais podemos citar o Alegre, o Caldeirão e a Lagoinha.<sup>221</sup>

É possível inferir que esses quilombos tenham sido incorporados à dinâmica econômica de Xique-Xique, tendo tido condições de negociar com os poderosos que não se interessavam em destruí-los, talvez por serem formados principalmente de cativos vindos de outras regiões e poder fornecer produtos interessantes economicamente como ouro, fumo e farinha, bem como pela possibilidade de oferecer braços para as lutas políticas locais.

Em um processo-crime que analisa a destruição da Vila de Xique-Xique por um dos grupos políticos que a cercou e alvejou por alguns dias em janeiro de 1886, podemos encontrar Marciano do Mucambo, cujo nome, como de muitos outros indiciados, veio junto da localidade em que vivia e que, no caso, era o Mucambo.<sup>222</sup>

Nunca identificamos essa localidade nos documentos, fossem batismos, inventários ou correspondências e talvez se tratasse de um quilombo ou remanescente deste. Casos em que “[...] revoltando-se com indignação contra a iníqua opressão de que era vítima, e impondo à força a sua liberdade e independência”<sup>223</sup> foram encontrados apenas nas fugas individuais.

João José Reis, analisando as formas de resistência do Brasil escravista, caracteriza as fugas como de dois tipos: reivindicatórias e emancipatórias. As primeiras eram passageiras e visavam apenas negociar algumas demandas dos escravos ou obter certa liberdade provisória, sendo uma “[...] cartada – cujos riscos eram mais ou menos previsíveis – dentro do complexo negociação/resistência”; a segunda era mais radical e menos comum e visava romper com a escravidão.<sup>224</sup>

---

<sup>220</sup> Flávio dos Santos Gomes. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In.: REIS, João José e GOMES, Flávio (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 272.

<sup>221</sup> Existem nessas comunidades ritos de umbanda, capoeira e outras manifestações tipicamente negras. As mesmas carecem de um estudo mais aprofundado sobre suas origens

<sup>222</sup> APEB, SJ, PC, nº 24/839/07, Apelação Crime, Réu: Jacob Pereira Bastos (e outros). 1886.

<sup>223</sup> Manoel Querino. O preto como fator da civilização brasileira. *Afro-Ásia*, 13 (1980), 143-158.

<sup>224</sup> João José Reis; Eduardo Silva. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 63.

Isabel Reis analisa “[...] aspectos da experiência de vida familiar e afetiva dos escravos, como também as estratégias empreendidas no sentido de preservar estas relações”, e dentre essas estratégias a fuga em família ou para restabelecer laços familiares quebrados apareceu em diversos casos analisados por ela.<sup>225</sup>

Um escravizado que parece ter fugido para Xique-Xique para restabelecer seus laços aí construídos foi Francisco, que ao ter sido levado por seu senhor para Remanso fugiu de volta para Xique-Xique.<sup>226</sup>

Seu proprietário enviou o escravizado Severiano, certamente de sua confiança, no encalço do fugitivo. Como eles não retornaram ou talvez pelo proprietário Tenente Celestino Andrade ter sabido que Ana Leonídia se apossara deles, este veio para Xique-Xique com um terceiro escravizado, Cesário, para saldar a dívida que tinha com essa senhora, conforme exposto na Introdução. Infelizmente tudo indica que Francisco, Severiano e Cesário tenham sido enviados para ainda mais longe, pois foi denunciada a intenção de Ana Leonídia, que ganhou a causa, de enviá-los para as Matas dos Cafés no Rio de Janeiro ou para outro lugar, mas talvez eles tenham negociado com essa senhora sua permanência em Xique-Xique.

Outros exemplos de cativos que optaram pela fuga são: Manoel, “africano”,<sup>227</sup> que havia fugido de seu proprietário Francisco Coelho dos Santos, justamente no período da seca, buscando um lugar melhor para viver talvez no litoral, onde havia mais africanos e mais água além de, provavelmente, mais comida, ou mesmo ido para um dos quilombos da serra ou dos vales dos rios.

Houve também Efigênio, mulato de 30 anos, que não foi incluso no rol dos bens de seu proprietário e foi dada a justificativa de que ele se achava fugido há mais de um ano “sem que delle tenha noticia”.<sup>228</sup>

O outro caso também é interessante e o fugido, único escravo de um liberto, foi caracterizado como José<sup>229</sup>, 40 anos, “[...] o qual escravo acha-se fugido, constando-lhe estar refugiado no termo da Cidade da Barra”.<sup>230</sup> O proprietário era o liberto Ciriaco Pereira Bastos que tinha, portanto, pistas acerca do paradeiro de seu escravizado.

---

<sup>225</sup> APEB, SJ, PCV, nº 14/0503/16, Justificação, Justificante: Celestino Antônio de Andrade, Justificada: Ana Leonídia de Carvalho e Azevedo, Xique-Xique, 1872.

<sup>226</sup> APEB, SJ, PCV, nº 14/0503/16, Justificação, Justificante: Celestino Antônio de Andrade, Justificada: Ana Leonídia de Carvalho e Azevedo, Xique-Xique, 1872.

<sup>227</sup> APEB, SJ, IT, nº 05/1446/08/07, Inventário de Francisco Coelho dos Santos, Xique-Xique, 1858.

<sup>228</sup> APEB, SJ, IT, nº 03/1294/1763/04, Inventário de Liberato José Martins, Xique-Xique, 1867.

<sup>229</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3119/16, Inventário e testamento de Ciriaco Pereira Bastos, Xique-Xique, 1886.

<sup>230</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3119/16, Inventário e testamento de Ciriaco Pereira Bastos, Xique-Xique, 1886.

Algumas coisas são interessantes na história de José e podem tê-lo incitado a fugir. A primeira delas era que ele era o único escravo de Ciriaco no momento do levantamento dos bens e vivia na Vila, o que pode ter facilitado sua fuga, visto que talvez trabalhasse nas ruas.

Outra coisa que pode ter estimulado a fuga de José foi o fato de ele ter sido vendido e revendido, quebrando ou distanciando laços estabelecidos, pois o escravizado, caracterizado na matrícula como de cor preta, com 25 anos em 1871, pertencia a José Martins Bastos. Foi vendido a Jacob Pereira Bastos, vaqueiro, que se tornou político, delegado e esteve bastante envolvido nas disputas políticas ocorridas na década de 80 e que por sua vez o revendeu a Ciriaco Pereira<sup>231</sup>. A quebra constante de laços, as brigas políticas e o contexto do final da escravidão podem tê-lo estimulado a procurar a Vila da Barra, ou qualquer outro lugar onde pudesse viver de forma menos opressiva.

No censo de 1872 seis homens e quatro mulheres escravizados foram caracterizados como “ausentes”<sup>232</sup>. Não é possível saber se é uma referência a escravizados fugidos ou mesmo se estes correspondem a parte desses números ou se eram apenas escravizados que estavam trabalhando em outros lugares, fossem garimpos, no transporte de cargas, ou mesmo alugados. Essa segunda opção parece improvável, pois havia também no censo a opção “transeuntes” e, no segundo caso, os escravizados deveriam ser aí inseridos.

Outra forma de resistência encontrada foi a participação no assassinato do senhor. Paulo Angola e Francisco Aussá estavam presentes no assassinato de seu senhor, tendo sido Paulo acusado e inocentado da realização do crime no processo que investigou o assassinato. Segundo algumas testemunhas, Paulo Angola teve oportunidade não efetivada de obter sua liberdade com essa participação.<sup>233</sup>

Mas esse tipo de resistência ficou marcado também na memória da fundação de uma localidade que pertencia a Xique-Xique no século XIX, quando em sua área havia apenas algumas fazendas e primeira metade do século XX. Uma delas era a Fazenda Canabrava, no local onde hoje está a sede do município de Uibaí, território de Irecê. Conta-se que houve na fundação da localidade a participação de um cativo conhecido como Vicente Veloso, que teria matado seu senhor no litoral ou em Morro do Chapéu e fugido para a região, fato ocorrido na década de 1840. O senhor Valmir Rosa de Miranda, um memorialista local, narra o ocorrido:

[...] ele se revoltou contra o patrão e entraram em luta corporal e ele derrubou o patrão lá por cima de umas pedras e tirou uma espada que o

<sup>231</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3119/16, Inventário e testamento de Ciriaco Pereira Bastos, Xique-Xique, 1886.

<sup>232</sup> Pedro Puntoni (coord.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo: CEBRAP, 2004 (CD-ROM).

<sup>233</sup> APEB, SJ, PC, n° 26/920/20, Homicídio. Réu: José Antonio da Costa Ribeiro e Manoel Joaquim. 1859.

patrão portava na cintura e sangrou o patrão deixando ele lá inerte sobre uma poça de sangue.<sup>234</sup>

Vicente teria saído pelas matas e encontrado o local onde hoje se encontra a sede do município de Uibaí e vivido ali por alguns dias.<sup>235</sup>

Teria, algum tempo depois, conhecido Venceslau, que:

Vivia com sua esposa Francisca Pereira da Rocha e seus filhos, criando gado e cuidando da agricultura naquelas terras serranas bastante impróprias para essas atividades de criar e plantar...

O contato entre o negro Vicente Veloso e o fazendeiro Venceslau Pereira Machado e as informações passadas pelo escravo fugido, de que o sopé daquela serra apresentava uma série de vales planícies vermelhas e de uma exuberante vegetação, além de muita umidade, com fachada de bastante fertilidade impulsionaram o criador e agricultor a mandar investigar a extensão daquelas terras e sua real qualidade, assim como a quem pertencia a propriedade. Venceslau Pereira Machado desejou comprá-las!

O escolhido por Venceslau Pereira Machado para inspecionar as terras foi Gonçalo José dos Santos [...], encomendando-lhe uma viagem de completo reconhecimento das terras indicadas pelo ex-escravo Vicente Veloso!<sup>236</sup> (Grifos meus).

Vicente é apontado, portanto, como o cativo que resistiu, fugiu e apontou para um livre, filho de português e liberta, as terras que encontrou no caminho. A história teria sido confirmada e Venceslau comprado as terras ao Coronel Ernesto Augusto da Rocha Medrado, representante da Casa da Ponte na região.<sup>237</sup>

É conhecido o documento da compra das terras por Venceslau<sup>238</sup>, o inventário deste<sup>239</sup> e de outros que reiteram diversas informações guardadas na memória dos habitantes, mas sobre Vicente não foi possível detectar nada escrito, talvez por sua fuga ter sido bem sucedida, mas quem sabe ele ainda seja detectado em jornais ou processos de outras localidades. O que mais nos importa aqui é que esse tipo de resistência ficou marcado na memória regional, que não quis esconder o cativo Vicente da história, ou ainda o inventou.

Mas Vicente Veloso não foi o único escravizado a ficar marcado na memória regional. Há suspeitas, por exemplo, de que o pai de Militão Coelho, um dos famosos coronéis baianos,

<sup>234</sup> Depoimento de Valmir Rosa de Miranda. In.: Taiane Dantas Martins. *Viver pra parir, labutar pra não morrer: Cotidiano de trabalhadoras rurais na Vila de Uibaí, Xique-Xique (1850-1888)*. Monografia (Especialização em História: cultura urbana e memória). Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2008. p. 68-75.

<sup>235</sup> Osvaldo Alencar Rocha; Edimário Oliveira Machado. *Canabrava do Gonçalo: uma Vila do baixo-médio São Francisco*. Brasília: Edição do Autor, 2000. 2 ed. p. 50.

<sup>236</sup> Cassimiro Machado Neto. *Senhor do Bonfim e Bom Jesus de Chique-Chique (História de Xique-Xique)*. Chique-Chique: Edição do Autor, 1999. p. 47.

<sup>237</sup> Osvaldo Alencar Rocha; Edimário Oliveira Machado. *Op. cit.* p.53.

<sup>238</sup> Ver Elisângela Oliveira Ferreira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social). UFBA, 2008.

<sup>239</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3127/23, Inventário de Venceslau Pereira Machado, Xique-Xique, 1850.

foi morto por um dos seus escravizados quando estava sentado em sua varanda depois do jantar.<sup>240</sup>

Dois escravizados também ficaram marcados na memória da fundação do atual município de São Gabriel que foi, segundo memorialistas, inicialmente denominado São Rafael, mas a “mudança de nome se deu porque o escravo que ajudou a situar a fazenda chamava-se Gabriel e as pessoas passaram a chamar o local de ‘as terras de Gabriel’ e, durante um longo tempo a vila foi conhecida apenas como Gabriel”.<sup>241</sup>

Segundo Cecília Machado de Oliveira, “[...] para embranquecer a origem do nome da fazenda que tinha como padroeiro o arcanjo Gabriel, troca-se o nome dos arcanjos, e de Fazenda São Rafael passa a chamar São Gabriel, isto no período de sua emancipação”<sup>242</sup>. A autora registrou também que a população que reside mais ao sul “é remanescente quilombola, que possivelmente chegou à Gruta dos Brejões por volta de 1850”.<sup>243</sup> Houve ainda a participação de um escravizado como moeda de troca na compra da fazenda aos herdeiros da Casa da Ponte, que seria:

[...] um escravo muito forte e trabalhador chamado Domingos Cabra, cujo valor foi um conto de Réis, diga-se de passagem, um pouco caro, e esta negociação aconteceu em 1870 e fora escriturada na vila de Xique-Xique aos 16 de agosto de 1873, pelo tabelião Juvêncio Rodrigues Ribeiro, então titular do registro imobiliário.<sup>244</sup>

Os escravizados não faltam, portanto, nas memórias de fundação das localidades regionais, seja resistindo de forma radical, sendo moedas de compra ou até mesmo homenageados com o nome do lugar.

Pode-se perceber ainda Xique-Xique como local de acomodação após fuga e desenvolvimento de sociabilidade de escravizados das mais diversas regiões, o que pode ser identificado em outras fontes e em estudos como o de Isabel Reis que analisa o caso em que uma cativa fugiu e constava ao proprietário que ela estivesse ali e no processo analisado por Ferreira, onde uma família inteira fugiu e se estabeleceu em Xique-Xique, desenvolvendo laços com os poderosos e se mantendo livre.<sup>245</sup>

---

<sup>240</sup> Edízio Mendonça. *Barra do Mendes: uma história de luta*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2003. p. 110.

<sup>241</sup> Cecília Machado de Oliveira. *São Gabriel: memórias e lembranças*. São Gabriel: Editora Print Fox, 2004. p. 09.

<sup>242</sup> *Ibidem*.

<sup>243</sup> *Ibidem*.

<sup>244</sup> *Ibidem*. História também relatada em Osvaldo Alencar Rocha e Edimário Oliveira Machado em *op. cit.* p. 58.

<sup>245</sup> Isabel Cristina Ferreira dos Reis. “Uma negra que fugiu, e consta que já tem dous filhos”: fuga e família entre escravos na Bahia. *Afro-Ásia*, 23 (2000), 29-48 e Elisângela Oliveira Ferreira. Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos sertões do São Francisco. *Afro-Ásia*, 32 (2005), 185-218.

A lei, a partir de 1871, foi usada como um meio para resistir à escravidão, tema que discutimos anteriormente, quando analisamos as Ações de Liberdade. A formação de famílias, o desenvolvimento de boa relação com livres e libertos e as relações de compadrio, temas que discutiremos no próximo capítulo, também podem ser apontadas como estratégias de acomodação e resistência ao cativo, bem como as lutas políticas das quais alguns escravizados participaram pegando em armas, que podem ter sido para eles um momento privilegiado para se vingar dos “brancos”.

Nestes momentos, com o consentimento de seu senhor os cativos podiam matar, destruir casas e se relacionar intensamente com pessoas de diversos lugares que sustentavam *status* que ia de coronel, passando por comerciante, agricultor, vaqueiro, livres pobres diversos, libertos e outros escravizados.

Essas lutas também devem ter sido um momento de facilitação para a fuga e privilegiado para negociações, pois após o cerco de Xique-Xique em 1886, em que alguns escravizados participaram, os envolvidos deveriam pilhar a cidade caso fossem vencedores e sendo perdedores, ficariam com a Fazenda Malhada, do líder político e Coronel Manoel Martiniano da França Antunes.<sup>246</sup>

Tudo isso mostra que os cativos nessa área do sertão baiano, tal qual nos outros lugares estudados em tal aspecto, lutaram cotidianamente para conseguir melhorias em sua qualidade de vida, realizando atos de resistência diversos que poderiam trazer melhorias permanentes ou provisórias.

---

<sup>246</sup> APEB, SCP, Justiça, maço 2.295, Correspondência de Juizes (1885-1889), Chique-Chique, 3. mar. 1887.

## 4 REDES FAMILIARES E ESTRATÉGIAS DE COMPADRIO DE CATIVAS NO SERTÃO DE XIQUE-XIQUE

### 4.1 Redes familiares e reprodução endógena de escravizados e escravizadas em Xique-Xique

A temática da família escrava passou por intensos debates e por fases bem antagônicas. Num primeiro momento de expansão da historiografia acerca da escravidão, afirmava-se que o predominante era uma total anomia e falta de interesses por parte tanto de senhores quanto de cativos no estabelecimento de famílias mais ou menos estáveis.

Emilia Viotti da Costa afirmou que

Ao mesmo tempo em que degradou o trabalho e corrompeu as relações entre os brancos, a escravidão desorganizou a vida familiar. O intercâmbio sexual entre senhor e escrava deu margem a que se fixassem preferências por certos vícios e anomalias sexuais [...] Por sua vez, a situação do escravo também não contribuía para estreitar laços familiares: a desorganização das tradições africanas, o interesse dos senhores que preferiam, para os escravos, as relações passageiras a relações consolidadas pelo casamento – que poderiam criar obstáculos para a venda –, o número relativamente pequeno de mulheres em relação a homens, tudo contribuiu para conferir precariedade e instabilidade àqueles laços.<sup>247</sup>

Essas afirmações desfavoráveis à possibilidade da formação de famílias escravas provêm, sobretudo, de análises focadas apenas em relatos de viajantes, fontes muito limitadas para uso único para estudos sobre as relações familiares devido, principalmente, aos preconceitos trazidos por tais observadores e a pouca convivência com o ambiente focado e os costumes praticados.

Estudos mais recentes, demográficos ou não, fundamentados em ampla documentação, têm mostrado outra face da família escrava, apontada como fundamental para o estabelecimento de laços que tornassem mais suportável a vida em cativo e, ao mesmo tempo, como estratégia dos senhores para facilitar o controle sobre os escravizados<sup>248</sup>.

É sabido que os escravizados brasileiros praticamente não deixaram indícios de suas vidas construídos com seu próprio discurso e para conhecer aspectos de suas experiências, é

<sup>247</sup> Emilia Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. XII.

<sup>248</sup> Robert Slenes. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Isabel Cristina Ferreira dos Reis. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Isabel Cristina Ferreira dos Reis. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

necessário recorrer às penas dos escrivães, sacristãos, juízes, jornalistas, delegados, vereadores ou outras autoridades. Conforme destaca Ginzburg, “[...] se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.”<sup>249</sup>

Esses indícios foram buscados nos inventários, testamentos, fichas de matrículas de escravizados anexas aos inventários, registros de batismo e, em menor medida, nos processos crimes e cíveis.

O termo família é controverso. Aqui é entendida de forma dinâmica e multifacetada, pois, como as fontes demonstram e já foi analisado por Ferreira, as estratégias locais colocavam em jogo vínculos e práticas que não se restringiam à família como unidade de residência, mas se estendiam à parentela mais ampla, unida por laços de parentesco consanguíneo ou por alianças e relações de parentesco fictício.<sup>250</sup>

Essa compreensão da família cativa em Xique-Xique se dá devido ao fato de que cativos eram casados com livres e libertos, escravizados eram compadres e comadres de proprietários, de livres ricos e pobres e as crianças cativas eram afilhadas de pessoas de todos os grupos sociais.

Estavam inseridos, portanto, nas famílias, os parentes mais distantes, os padrinhos, madrinhas, afilhados e, muitas vezes, os aliados políticos. E a família escravizada, ou família negra, visto que havia a formação destas através da união de cativos, libertos e livres, sem contar os brancos inseridos, aparece de forma dinâmica, onde os padrinhos e madrinhas são cativos da mesma ou de outras propriedades, parentes do senhor, libertos ou livres dos mais diversos grupos e as fontes denunciam relações intensas dos escravizados com os livres seja em visitas cotidianas, seja dividindo o espaço no trabalho ou no lazer.

Os dados disponíveis acerca da família cativa em Xique-Xique são praticamente todos posteriores à década de 1850. Nos inventários, praticamente só aparecem informações acerca do estado civil e da filiação dos cativos após a lei de 1871 e os batismos encontrados são todos posteriores a 1864. Por esse motivo as análises deste capítulo estão inseridas entre as décadas de 1860 e 1880.

É possível observar no Censo de 1872 o estado civil da população cativa:

---

<sup>249</sup> Carlo Ginzburg. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: Carlo Ginzburg. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia das letras, 1989. p. 177.

<sup>250</sup> Elisângela Oliveira Ferreira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social). UFBA, 2008. p. 07.

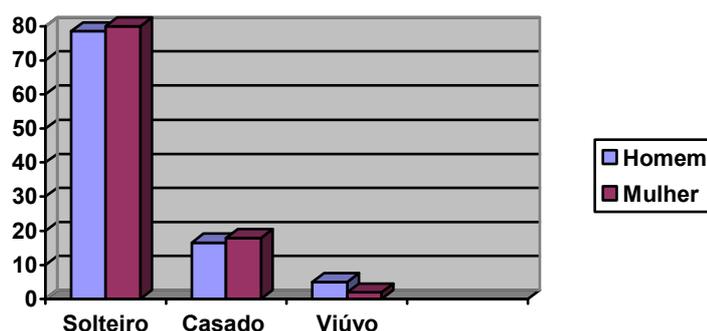


Gráfico 11 - Estado civil da população cativa de Xique-Xique de acordo com o Censo de 1872.

Fonte: Elaborado com base em PUNTONI, Pedro (coord.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo: CEBRAP, 2004 (CD-ROM).

No Censo de 1872 foram registrados 1.429 cativos em Xique-Xique, dos quais 823 eram homens e 606 mulheres. Dentre os homens, 135 eram casados e 42 viúvos. Das mulheres 108 eram casadas e 12 viúvas, o que gera um percentual de aproximadamente 21,5% dos homens e 20% das mulheres cativas sendo ou tendo já sido casados na Igreja, o que indica que essa não foi uma forma de união ignorada por eles<sup>251</sup>. Esses números parecem ainda mais expressivos quando se observa os mesmos dados para a população livre local, composta pelo índice de 25% de casados e viúvos, número bem próximo ao dos cativos. Talvez isso se desse pelo alto preço do casamento religioso no século XIX, o que excluía grande parte das pessoas pobres do casamento formal.

#### Segundo Fernando Torres-Londoño

As queixas em relação ao alto custo do matrimônio foram comuns durante todo o século XVIII. Isso fazia com que muitas pessoas pobres ficassem fora do casamento ou apenas assumissem uma vida em comum, até terem condições de pagar o matrimônio.<sup>252</sup>

Provavelmente isso ocorresse também em Xique-Xique visto que a maior parte da população tinha poucos bens e vivia com uma renda escassa, conforme observamos na documentação analisada. Outra hipótese a ser considerada é a pequena valorização de tal

<sup>251</sup> Pedro Puntoni (coord.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo: CEBRAP, 2004 (CD-ROM).

<sup>252</sup> Fernando Torres-Londoño. *A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na Colônia*. São Paulo: Loyola, 1999. p. 53.

formalidade, por parte dos livres, dos cativos ou de ambos, mas esse não é o principal foco da presente análise.<sup>253</sup>

Os dados indicam altos índices de uniões informais do ponto de vista da Igreja, além da formação de outros tipos de famílias além da nuclear. Pelo gráfico apresentado não é possível fazer essa afirmação.

A convivência sem o casamento religioso em Xique-Xique pode ser flagrada constantemente nos processos criminais, onde se utiliza com frequência o termo “amásia”, e nos registros de batismo, pois mais da metade das crianças nascidas foram registradas nos livros analisados como ilegítimas.

Para Fernando Torres Londoño, no Brasil Colonial

[...] outras formas de constituir família originadas no concubinato eram corriqueiras, aceitas por amplas camadas sociais, toleradas por outras e conhecidas por boa parte da população, inclusive por autoridades civis e eclesiásticas<sup>254</sup>.

É importante ressaltar que o número ligeiramente maior de cativos casados e viúvos do sexo masculino, pode apontar para uma preocupação maior em conquistar a liberdade primeiro das mulheres nas uniões informais, possibilitando aos filhos nascerem livres ou mesmo a grande ocorrência de escravizados casados com mulheres livres e libertas.

O considerável número de viúvos entre os homens pode apontar para um alto índice de mortalidade de mulheres escravizadas, sendo esses falecimentos decorrentes de parto e suas complicações e de outros problemas de saúde.

A reprodução endógena foi uma estratégia utilizada pelos senhores e aparentemente não contestada pelas cativas em Xique-Xique, instalada mesmo antes do fim do tráfico atlântico em 1850. Isso parece evidente devido ao pequeno número de africanos encontrados, que em nenhum momento do século ultrapassou a faixa dos 6%. Quando se observa as matrículas de escravos realizada em 1872, percebe-se que dentre os cativos com local de nascimento declarado, mais de 95% nasceram em Xique-Xique.

Essa estratégia de reprodução cativa não foi um fenômeno unicamente ocorrido nesse sertão, já tendo sido detectado em outras áreas do sertão baiano por Ricardo Moreno Pinho,

---

<sup>253</sup> Nesse sentido é importante lembrar o estudo feito por Sandra Graham, no qual analisou o processo onde uma escrava chamada Caetana se recusou a manter o casamento realizado entre ela e um escravo e buscou apoio em um tribunal eclesiástico para a anulação de tal ato. Ela declarou que nutria “grande repugnância ao estado do matrimônio” e achava o homem escolhido para se casar com ela particularmente desagradável. In: Sandra Lauderdale Graham. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 24.

<sup>254</sup> Fernando Torres-Londoño. *Op. cit.* p. 15.

este afirmou que os dados analisados por ele “[...] revelam uma significativa participação relativa de mulheres e crianças nos plantéis, o que sugere ter sido a formação familiar e a reprodução natural uma estratégia adotada pelos proprietários”.<sup>255</sup>

O mesmo autor contrapõe essa característica à maioria das economias escravistas, afirmando que o caráter comercial destas tornava pouco lucrativo um investimento na reprodução natural “[...] visto que o grande desgaste ao qual o escravo se expunha em trabalhos braçais tornava seu tempo de vida produtiva bastante reduzido, necessitando sempre da renovação rápida de mão de obra a fim de manter a produtividade.”<sup>256</sup> Porém, destaca que no caso de uma economia em decadência,

[...] caracterizada pelo pequeno proprietário, cujo poder de investimento é limitado, onde os pequenos plantéis são predominantes no cenário geral, a reprodução natural pode ter sido a alternativa que viabilizou a manutenção do trabalho escravo até o fim do regime escravista<sup>257</sup>.

O mesmo argumento pode ser válido para Xique-Xique, pois era interessante para um proprietário que tinha condições de comprar apenas uma escrava, visto que a mulher era mais barata que o homem, estimular que ela tivesse filhos, pois em médio prazo estes seriam importantes no trabalho familiar e já poderiam ser vendidos por um valor considerável ou, como ressaltou Moreno para sua região, “[...] exercer o papel de reserva de valor.”<sup>258</sup>

Do ponto de vista econômico, a formação da família escrava poderia ser interessante também para os cativos, pois estes que teriam com quem contar na obtenção de sua liberdade. O cativo Ruberto<sup>259</sup>, 49 anos, crioulo, *casado* e roceiro, avaliado em 400 mil réis em 1874, não é arrolado junto com a esposa no inventário de seu proprietário. As possibilidades são que ela pertencesse a outro proprietário, fosse livre ou liberta. Nesse último caso, seu marido poderia tê-la ajudado a conseguir comprar a liberdade. Mas não foram encontrados exemplos claros dessa participação nas fontes analisadas.

Outro cativo que parece ter esposa livre ou liberta é Joaquim, 46 anos, crioulo e *casado*, escravo de Ana Joaquina Áurea da Conceição Rocha Castelo Branco, ele sequer tinha

---

<sup>255</sup> José Ricardo Moreno Pinho. *Escravos, quilombolas ou meeiros? Escravidão e cultura política no Médio São Francisco (1830-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001. p. 91.

<sup>256</sup> *Ibidem*.

<sup>257</sup> *Ibidem*.

<sup>258</sup> *Idem*, p. 86.

<sup>259</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3169/14, Inventário de Maria Madalena de Novais Mariano, Xique-Xique, 1874.

companheiras mulheres no espólio, formando dupla com Feliciano, 35 anos, crioulo e solteiro.<sup>260</sup> A esposa de Joaquim certamente ou era livre ou cativa de outro proprietário.

No caso de Martiniano<sup>261</sup>, podemos afirmar que ele era casado com uma mulher livre. Ele pertencia ao Capitão João Baptista Guimarães Pimentel e era casado com Geralda Maria da Silva, com quem teve um filho chamado Juvenal em 4 de abril de 1865. A criança foi batizada no Morro do Discuberto por Manoel Theodorio da Silva e Josefa Francisca da Rocha<sup>262</sup>. Como o “parto segue o ventre”, Juvenal nasceu livre. Talvez Geralda já fosse livre quando se casou com Martiniano, mas pode ter acontecido também de o casal ter se juntado para comprar a liberdade da esposa, visto que os filhos nasceriam livres<sup>263</sup>. Martiniano, 14 anos depois, ainda era um escravizado e provavelmente já tinha outros filhos com Geralda, quando morreu seu proprietário em 1879. Este deixou 9 escravos e dois ingênuos, dos quais ele era o único casado na Igreja, sendo descrito como “de todo serviço” e avaliado por 800 mil réis, aos 37 anos de idade.<sup>264</sup> Por outro lado, quanto maior se tornasse a família cativa, maior o dinheiro necessário para libertá-la transformando essa possibilidade num jogo de risco.

Outra vantagem que poderia ser conquistada pelas famílias cativas era a obtenção de certos privilégios, como a especialização de seus membros em alguma atividade. João, cabra, era filho legítimo de Malaquias e Cândida, que não estavam na propriedade no momento do arrolamento. Talvez os pais já tivessem conseguido comprar sua liberdade, ou tivessem sido vendidos. João foi descrito como sapateiro, enquanto todos os outros eram roceiros ou cozinheiras. Provavelmente o senhor, ou ainda os pais de João, tenham providenciado a especialização deste, trazendo-lhe possibilidades de realizar uma atividade mais estável e valorizada que o trabalho na lavoura.<sup>265</sup>

As crianças formavam 37% dos cativos nas estruturas de posse locais ainda na primeira metade do século XIX e representaram cerca de 30% dos cativos nas décadas de 1850, 1870 e 1880. Na década de 1860 houve uma queda considerável delas, que representaram menos de 20% dos cativos arrolados. Isso se deu provavelmente, mais uma vez, devido à grande seca de 1857-61, que influenciou em diversos aspectos na vivência dos cativos, conforme visto até aqui. Provavelmente as crianças se tornaram um fardo pesado que

---

<sup>260</sup> APEB, SJ, IT, nº 04/1444/1913/02, Inventário de Ana Joaquina Áurea da Conceição Rocha Castelo Branco, Xique-Xique, 1873.

<sup>261</sup> PSBXX, ASP, Livro de Registro de Batismos 1865-1877.

<sup>262</sup> PSBXX, ASP, Livro de Registro de Batismos 1865-1877.

<sup>263</sup> Houve diversos casos em que a condição de liberto foi escondida nos documentos oficiais, o que abre a possibilidade para a esposa de Martiniano ser também uma liberta.

<sup>264</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/2924/24, Inventário de João Batista Guimarães Pimentel, Xique-Xique, 1879.

<sup>265</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3169/14, Inventário de Maria Madalena de Novais Mariano, Xique-Xique, 1874.

devesse ser descartado, fosse através da libertação ou da venda. A morte provavelmente levou várias delas e foi resultante da escassez de víveres e água em algumas áreas.

Além do benefício econômico destacado para os senhores, outra faceta importante para estes, ao estimular a formação de famílias cativas, poderia ser facilitar o controle de seus cativos.

Conforme Florentino e Góes

Espécie de meta-nós, era o parentesco escravo a possibilidade e o cimento da comunidade escrava. Era o solvente imprescindível a senhores e escravos, por intermédio do qual se tecia a paz das senzalas. Ao cativo, ele tornava possível esconjuram a anomia, pelo estabelecimento de regras através das quais a vida poderia ser vivida. Ao senhor, ávido de homens pacificados, permitia auferir uma renda política, cuja contabilidade, por não aparecer nunca de maneira óbvia nos inventários que deixavam, tem sido com frequência despercebida.<sup>266</sup>

Os processos criminais envolvendo cativos em Xique-Xique são escassos e não foi possível estabelecer até que ponto a formação de família influenciou para a “paz nas senzalas”.

Algo que foi possível observar foi que nas propriedades onde foi possível observar núcleos familiares maiores havia, via de regra, um número maior que cinco cativos, formando, portanto, grandes estruturas para os padrões locais. Slenes ressalta isso em seu trabalho, e afirma que “[...] era exatamente nessas unidades médias e grandes que os escravos normalmente conseguiam casar-se com mais frequência e formar famílias conjugais relativamente estáveis.”<sup>267</sup>

É claro que uma grande propriedade no sudeste no século XIX não pode ser comparada em termos de quantitativo de cativos a uma grande propriedade de Xique-Xique, mas é possível perceber que, para além do fato de haver uma maior incidência de famílias de mais de duas gerações nas maiores estruturas de posse, os cativos de Xique-Xique desenvolveram outras estratégias para a ampliação das redes de parentesco, incluindo nelas pessoas livres e libertas, conforme será observado de forma mais clara na análise do compadrio, ainda neste capítulo.

No inventário de Maria Madalena Novais Mariano, por exemplo, onde havia oito cativos, um é apontado como casado e outro como filho legítimo. Havia ainda Anna, cabra de

---

<sup>266</sup> Manolo Florentino; José Roberto Góes. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 36-37.

<sup>267</sup> Robert Slenes. *Op. cit.* p. 72.

56 anos, apontada como “*cazada costumeira*”. Este termo provavelmente indica que ela tivesse uma relação estável e consensual, descrita pelo termo *casada costumeira* e ela provavelmente não era a única. É possível identificar também nessa propriedade três gerações de uma mesma família, que eram a avó Marcelina, crioula de 52 anos e cozinheira, sua filha Antonia, cabra de 37, também cozinheira e mãe de Bartholomeu, cabra de 24 anos e roceiro.<sup>268</sup>

As outras estruturas onde foram encontrados cativos com relações familiares explícitas e mais amplas tinham, na grande maioria, em torno de dez cativos. É importante destacar que Slenes afirma discordar de Florentino e Góes quando estes afirmam que as relações familiares traziam paz nas senzalas. Segundo Slenes:

Diferentemente de Florentino e Góes, no entanto, não vejo que os esforços dos escravos de criarem laços familiares tenham introduzido a paz nas senzalas no que diz respeito à sua relação com a casa-grande. Ou melhor, argumentaria que a “renda política” auferida pelos senhores da família escrava garantia-lhes apenas o cativo cotidiano possível, que, apesar das aparências, era inerentemente instável.<sup>269</sup>

Independentemente das opiniões, a expectativa de paz por parte dos senhores pode ter sido um elemento importante no momento em que estes estimulavam ou aceitavam de bom grado a reprodução cativa, mas a ênfase dessa discussão não é identificar as intenções de senhores e cativos ou até que ponto essas foram alcançadas, mas perceber a amplitude da formação de famílias negras em Xique-Xique, as possibilidades dessas de terem certa estabilidade, bem como a extensão dos laços de parentesco dos cativos deste sertão.

De qualquer forma, a incidência de famílias aponta para o fato de que estas eram interessantes tanto para senhores para cativos na localidade de Xique-Xique neste momento analisado, trazendo aos cativos, possibilidades de formação de uma comunidade mais ampla. A seguir, serão expostos alguns aspectos de uma família local.

---

<sup>268</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3169/14, Inventário de Maria Madalena de Novais Mariano, Xique-Xique, 1874.

<sup>269</sup> Robert Slenes. *Op. cit.* p. 17.

#### 4.1.2 Marias em Xique-Xique: lutas e sobrevivências

Ferreira, em um artigo denominado “Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos sertões do São Francisco” e em sua tese, nos conta a saga de Maria e seus descendentes na luta pela liberdade, saindo esta de Pernambuco com oito filhos e se fixando em Xique-Xique, onde estabeleceu laços com diversas pessoas, inclusive poderosos e pôde assegurar a liberdade de toda a família através de um processo que durou muitos anos.<sup>270</sup>

Essa não foi a única Maria a lutar cotidianamente dentro de uma sociedade que se utilizava do trabalho escravo e explorava diversas gerações. Vamos conhecer um pouco da família de outra Maria, esta nascida em Xique-Xique e das redes de sociabilidade estabelecidas por ela na Gameleira.

Maria era uma mulher negra e escravizada nascida em Xique-Xique mais ou menos em 1818, filha de Julianna e trabalhava na lavoura.<sup>271</sup> No ano de 1858, sua proprietária ficou viúva com a morte de José Rufino Ribeiro Simões,<sup>272</sup> época em que a família contava com o trabalho de quinze pessoas escravizadas. Tinha ainda 12 burros e 2 cavalos para o transporte de produtos e pessoas, algumas armas, uma roça de capim no sítio da Gameleira, uma roça de mandioca, 60 cabeças de gado vacum e 6 bois, provavelmente de mover a roda da casa de farinha, uma parte de terras do sítio Gameleira com pés de laranjeiras e outras benfeitorias, uma morada de casas coberta de telhas no mesmo local, uma casa coberta de palhas com uma oficina de fazer farinha, um carro de carreira grande, e alguns objetos de uso doméstico e de animais como móveis, cangalhas, talheres e bridas.

Maria, crioula de 40 anos, na ocasião do inventário de José Rufino, era uma dentre os quinze escravizados e estava na propriedade com Sirino, cabra de 40 anos mais ou menos, que poderia ser seu marido, presente ali também 14 anos depois, por ocasião da matrícula de 1872 e seus filhos Antônio, crioulo de 12 anos; Mariana, cabra de 16; Isidoria, crioula de 18; Fabrício, cabra de 5 e Gertrudes, cabra de 3 anos, que caso tenha havido confusão do escrivão com o nome, pode ser Deltrudes, sua filha que 14 anos depois estaria com 18 anos. Havia ainda Rosalina, crioula de 1 ano, provavelmente sua neta Rozalia, parda de 16 anos em 1884 e filha de Izidoria, sua filha que nesta época morava na propriedade com 18 anos. Havia ainda

---

<sup>270</sup> Elisângela Oliveira Ferreira. Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos sertões do São Francisco. *Afro-Ásia*, 32 (2005), 185-218 e Elisângela Oliveira Ferreira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social). UFBA, 2008.

<sup>271</sup> APEB, SJ, IT, n° 08/3280/07, Inventário de José Rufino Ribeiro Simões. Xique-Xique, 1858.

<sup>272</sup> APEB, SJ, IT, n° 08/3280/07, Inventário de José Rufino Ribeiro Simões. Xique-Xique, 1858.

Joaquim e Manoel, crioulos de 50 e 53 anos; Sepriano, cabra de 30; Eva, crioula de 12. Bernardina e Anna, crioulas de 25 anos e Roza, com apenas 6 meses.<sup>273</sup>

O inventário não traz informações acerca da filiação dos cativos, o que só foi possível com a família da Maria devido ao cruzamento de fontes. Talvez dentre os outros cativos houvesse outra família, ou estes tivessem algum parentesco com Maria, mas é impossível ter certeza.

Maria ainda vivia no final de abril de 1872, na Gameleira, lugar aprazível ao pé da promissora Serra do Assuruá.<sup>274</sup> Provavelmente plantava mandioca e trabalhava na manufatura de farinha e tapioca<sup>275</sup>, pois a sua proprietária, ao morrer em 1884, deixou duas roças de mandioca e uma roda “de oficina de ralar mandioca”.

Maria Conceição, a proprietária, tinha ainda 30 cabeças de gado, 2 burros, 3 mulas, 2 éguas e uma casa de adobes com três vãos e 11 janelas de frente, além de um cercado grande, já estragado. Os demais bens são poucos móveis e utensílios domésticos e de montaria, além de um tacho grande que poderia ser usado para fazer sabão, doce, ou outros produtos. Provavelmente os cativos plantavam nos brejos que abundavam na localidade frutas e cereais para o consumo, mas a respeito disso nada é mencionado em seu inventário.<sup>276</sup>

Nessa época, Maria já aparece com seis filhos, sendo a novidade Iria, preta de 21 anos, que pertencia à outra pessoa em 1858. Maria podia então conviver com alguns dos seus netos que eram Lizarda, preta de 7 anos e Sezariam, preta de 5, ambas filhas de Iria. Além de Rozalia, parda de 16 anos e filha de Isidoria. Bernardina, que também vivia ali desde 1858, tinha então três filhos: Francisco, cor preta e 9 anos, Domingos, cor preta e 7 anos e Reginalda, parda de 5.

No ano de 1884, é possível visualizar novamente a propriedade onde viveu Maria, por ocasião da morte de Maria Neves, sua proprietária; mas ela não estava mais lá. Talvez já houvesse morrido, pois, caso estivesse viva deveria contar com cerca de 57 ou 66 anos, a depender do inventário que considerarmos. Serino também não estava mais lá, talvez também tenha morrido, ou mesmo tenha sido vendido com os outros cativos mais velhos da propriedade, que desapareceram todos, o que pode também ter sido o destino de Maria. Talvez, aliada a estratégia de estimular a reprodução endógena com o fim de ampliar a

---

<sup>273</sup> APEB, SJ, IT, nº 08/3280/07, Inventário de José Rufino Ribeiro Simões. Xique-Xique, 1858.

<sup>274</sup> A Serra do Assuruá é descrita como altamente promissora nas seguintes obras: Richard Burton. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. SAMPAIO, Theodoro. *O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-1880)*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

<sup>275</sup> Polvilho da mandioca utilizado na região para se juntar ao milho e fazer cuscuz, para fazer biscoitos ou beiju.

<sup>276</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3169/09, Inventário de Maria Neves da Conceição, Xique-Xique, 1884.

estrutura de posses de escravos, também fosse usual vender os escravos mais velhos, improdutivos biologicamente e pouco produtivos no trabalho.<sup>277</sup>

Mas a família de Maria deixou rastros profundos na documentação. Seus três filhos mais novos ainda estavam ali: Deltrudes, com 30 anos e Fabrício com 29. Deltrudes já havia lhe dado quatro netos: André, então com 9 anos, Thiodomira, com 7, José, com 4 e Clara, de apenas 2 anos. Suas netas Lizarda, Sezaria e Rosalina também estavam na propriedade e Maria já tinha bisneto: Gregório, de 5 anos, filho de Rosalina. Vejamos um quadro com a formação dessa família e suas diferentes gerações.

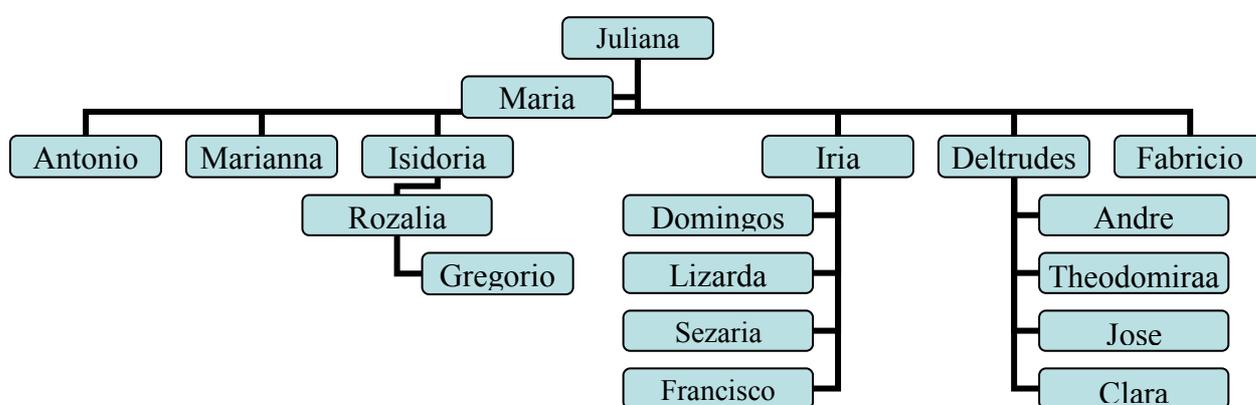


Figura 01 – Família de Maria.

Fonte: APEB, SJ, IT, n° 08/3280/07, Inventário de José Rufino Ribeiro Simões, Xique-Xique, 1858. APEB, SJ, IT, n° 07/3169/09, Inventário de Maria Neves da Conceição, Xique-Xique, 1884. PSBXX, ASP, Livro de Batismos de filhos de escravas – 1871-1886.

Bernardina estava na mesma propriedade que Maria ao menos desde 1858 e é possível encontrá-la ali em 1886, quando tinha 32 anos. Seus filhos Francisco, Domingos e Reginalda, que estavam lá já em 1858, permaneciam na mesma propriedade. Em 1886, Joana havia lhe dado uma neta, que se chamava Gertrudes e tinha 5 meses. Tudo indica que Bernardina, considerando os intervalos entre os filhos, tenha engravidado mais vezes entre os filhos mais velhos que contavam então 21, 19 e 17 anos e os últimos com 10, 7, 4 e 3. Talvez ela tenha sofrido abortos, ou ainda as crianças tenham morrido ou sido vendidas. A outra hipótese é que ela tenha deixado de ter um relacionamento estável ou, por algum outro motivo, não tenha engravidado.<sup>278</sup>

<sup>277</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3169/09, Inventário de Maria Neves da Conceição, Xique-Xique, 1884.

<sup>278</sup> APEB, SJ, IT, n° 08/3280/07, Inventário de José Rufino Ribeiro Simões, Xique-Xique, 1858. APEB, SJ, IT, n° 07/3169/09, Inventário de Maria Neves da Conceição, Xique-Xique, 1884.

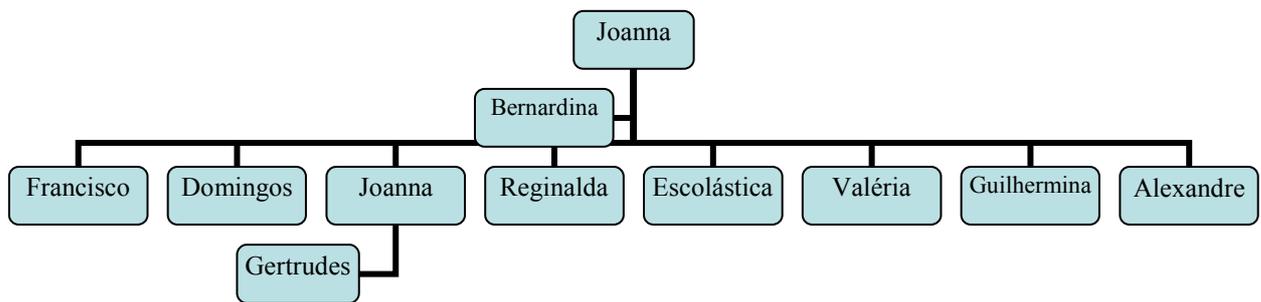


Figura 02 – Família de Bernardina.

Fonte: APEB, SJ, IT, nº 08/3280/07, Inventário de José Rufino Ribeiro Simões, Xique-Xique, 1858. APEB, SJ, IT, nº 07/3169/09, Inventário de Maria Neves da Conceição, Xique-Xique, 1884. PSBXX, ASP, Livro de Batismos de Filhos de Escravas – 1871-1886.

O objetivo é destacar aqui que houve espaço em Xique-Xique para a formação de famílias que durariam por mais de duas décadas. No caso de Maria, são quatro gerações vivendo numa propriedade por mais de 25 anos. Embora com a morte dos proprietários essas famílias pudessem ser separadas, como foi o caso destas duas, talvez houvesse alternativas como permanecer morando em terras próximas devido ao fato de a Fazenda ter sido dividida entre os herdeiros.

A quantidade de filhos de Maria e Bernardina também aponta para a existência de relacionamentos estáveis, onde havia pequenos intervalos entre um filho e outro em casos em que não há casamentos sacramentados pela igreja. Mas a demonstração da existência de famílias negras livres ou cativas que conseguiram se manter relativamente estáveis ao longo do tempo, não quer afirmar que não houvesse separação de famílias dentro da escravidão em Xique-Xique antes de 1871, ou que todas as crianças escravizadas viveram no seio de suas mães e na companhia de parentes. Como destaca Foner, “Está claro que fortes laços familiares existiram durante a escravidão, mas sempre foram vulneráveis às rupturas.”<sup>279</sup>

A ocorrência da separação de mães de seus filhos e de crianças e jovens de seus irmãos, também aconteceu com frequência e temos casos até de vendas de ingênuos, o que era proibido pela lei de 1871, como o relatado por Izabel Fé de Santana, que afirmou em seu testamento, escrito em 1881, que comprou a “escravinha ingênuo” Clemencia, filha de Ana Ruberta a José Martins Bastos, cujo valor deveria ser dividido um terço para cada um de seus

<sup>279</sup> Eric Foner. *O significado da liberdade*. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH / Marco Zero, v. 8, n. 16, março / agosto, 1988. p. 17.

filhos, sendo que tinha vendido a criança recentemente ao Senhor Aurelino de Fonseca Barbosa.<sup>280</sup>

É possível verificar também crianças sozinhas em propriedades, o que era comum em todo o Brasil antes de 1871, como foi o caso ocorrido em 1860 com Manoel, cabra, de 10 anos de idade e único escravo de Benedito Alves Machado.<sup>281</sup> Ou da escravinha Joana, cabra de cerca de 3 anos em 1861, quando estava na propriedade apenas com Francisco de 25 anos e Antonio, crioulo de 26 anos<sup>282</sup>. Curioso que os dois inventários foram autuados logo após a considerada terrível seca de 1860, o que aponta para a possível morte ou venda de suas mães.

Também no início dos anos 1860, Francisca, crioula de 5 anos e Candido, crioulo de 3, estavam com dois homens adultos de 30 e 25 anos na propriedade de Mariana Pereira<sup>283</sup>. Dez anos antes Caetana, cabra de 2 anos e Joana, cabra de 3, tinham como companheiro de cativeiro apenas Felype, cabra de 50 anos e totalmente doente de bexigas. Talvez esta doença tenha vitimado a mãe deles<sup>284</sup>. No ano seguinte encontramos o relato de uma “escravinha”, termo que aponta para a sua pouca idade, que teria sido dada de dote a um filho de Manoel Cunha e Silva e falecido logo depois<sup>285</sup>.

São histórias de separação de famílias que certamente tiveram muitas semelhanças, tanto em casos extremos como secas e epidemias, quanto em momentos de partilha de bens, tráfico inter e intraprovincial intensos ou dificuldades financeiras dos proprietários.

Os dados colhidos possibilitam falar que a não separação foi um fato corriqueiro em Xique-Xique e também detectado por Joceneide Santos no agreste de Sergipe, quando afirma que “[...] mesmo após a divisão dos bens, ainda que os escravos passassem a pertencer a diversos senhores, as famílias permaneciam juntas, pois os herdeiros continuavam morando na mesma propriedade ou próximos a esta.”<sup>286</sup>

Isso se dava no sertão baiano devido ao tamanho diminuto da área restrita a cada proprietário pobre, que muitas vezes tinha um escravo, mas não tinha terras e vivia como agregado dos poderosos e a existência freqüente de diversos proprietários de uma mesma família em uma mesma fazenda, fatos que permitiam, inclusive, a freqüente convivência de escravizados de proprietários diferentes, trazendo a possibilidade, mas não a certeza, de que a

---

<sup>280</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3169/03, Inventário e testamento de Isabel Fé de Santana, Xique-Xique, 1882.

<sup>281</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/2924/02, Inventário e testamento de Benedito Alves Machado, Xique-Xique, 1860.

<sup>282</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/2924/06, Inventário de Francisco Antunes da Cunha, Xique-Xique, 1861.

<sup>283</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/2924/09, Inventário e testamento de Mariana Pereira da Rocha, Xique-Xique, 1862.

<sup>284</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3127/16, Inventário de Francisco Antônio da Rocha, Xique-Xique, 1852.

<sup>285</sup> APEB, SJ, IT, nº 07/3130/02, Inventário de Manoel da Cunha e Silva, Xique-Xique, 1853.

<sup>286</sup> Joceneide Cunha dos Santos. *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. p. 101.

divisão dos bens do senhor que morria entre seus herdeiros, não significasse necessariamente a separação da família, visto que todos poderiam continuar vivendo no mesmo sítio ou fazenda.

#### 4.1.3 Silvéria, seu marido, filho, senhor-compadre e outros parentes

O casamento oficializado deixou de ser predominante no século XIX em diversas partes do Brasil<sup>287</sup> e Mattoso afirmou que os casamentos legítimos entre escravos eram tão raros que escaparam completamente a toda a documentação que existia naquele momento<sup>288</sup>.

Faria detectou que o mesmo não ocorreu na região do sudeste por ela estudada antes do século XIX, mas que realmente nesse período e em situações econômicas específicas a ilegitimidade de filhos de escravas foi uma freqüente.<sup>289</sup>

Em Xique-Xique, infelizmente, não há dados que permitam uma comparação com séculos anteriores, nem foi possível encontrar os livros de registros de casamentos para o período do Império, mas é possível afirmar que entre 1865 e 1886, anos para os quais existem os registros de batismos nos quais se registra se as crianças são naturais ou legítimas, aparece com pouca freqüência o casamento oficial entre escravos, apesar de o Censo de 1872 dizer que cerca de 21% deles eram casados.

Alguns cativos casados puderam ser encontrados nos inventários, mas os cônjuges destes raramente estavam na mesma propriedade naquele momento, ou eram indicados como tais. Pode ter havido uma omissão da informação, pois conforme ressaltam Florentino e Góes, acerca dos inventários “[...] qualquer investigação das relações familiares escravas neste tipo de fonte indicará um patamar *mínimo* de sua incidência, e não a expressão exata da realidade passada.”<sup>290</sup>

Os cônjuges podem ter sido deslocados para outra propriedade após o casamento, o que era proibido após a lei de 1871, ou mesmo nunca terem vivido ali. Pode ser que eles fossem cativos de outro proprietário, o que não impediria seu contato, devido à proximidade entre as propriedades de um mesmo povoado e até mesmo morar juntos numa fazenda que pertencesse aos proprietários de ambos, pois era muito comum ali uma fazenda pertencer a

---

<sup>287</sup> Sheila de Castro Faria. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>288</sup> Kátia M. de Queirós Mattoso. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988. p. 112.

<sup>289</sup> Sheila de Castro Faria. *Op. Cit.* Discussão no capítulo V. Viver escravo – diversidade.

<sup>290</sup> Manolo Florentino; José Roberto Góes. *Op. cit.* . pp. 51-52.

diversos herdeiros, ou mesmo serem compartilhadas com outras pessoas que compravam partes naquelas terras.

Além das uniões institucionalizadas e costumeiras, havia outros tipos de família além da nuclear. Joceneide Santos, ao analisar a comunidade de Lagarto, afirma que lá eram freqüentes as famílias matrifocais, compostas apenas pela mãe e filhos<sup>291</sup>. Essa formação também foi muito detectada por Isabel Reis em seu trabalho<sup>292</sup>, mas é importante destacar que, devido à forma como se constituíam os documentos, utilizados hoje como fontes, servindo à época para comprovar a posse dos escravos, não interessava aos senhores revelar a paternidade destes, visto que esta não contava para a posse da criança e muitas famílias que aparecem nos documentos como aparentemente matrifocais, podem ter sido resultado de uniões consensuais. Mas certamente elas foram freqüentes também em Xique-Xique.

Serão citados, a seguir, alguns cativos que viviam juntos em propriedades e, ao que tudo indica, a mãe e seus filhos formavam a estrutura de posse: Joaquina, mina de 30 anos, vivia com o crioulinho Teodoro, de 5 anos, provavelmente seu filho, já no ano de 1815<sup>293</sup>. Venceslau Pereira, ao falecer em sua Fazenda Canabrava em 1850, tinha uma escravizada africana de nome Maria com 25 anos; além de Antonio, crioulo de 12 e Manoela, cabra de apenas 1 ano<sup>294</sup>, tudo indica que seus filhos. Paulo José de Carvalho, ao falecer em 1851 deixou Joaquina, mulata de 30 anos; Raimundo, crioulo de 8; Valeria, crioula de 7; Virginia crioula de 3 e Siverina, cabra de apenas 1 ano, o que indica que essa nascida no Brasil já tinha dado bastante lucro apenas um ano após o fim do tráfico atlântico<sup>295</sup>.

Estes estão dentre muitos casos que poderiam ser mencionado de mulheres com crianças e muitas vezes com homens em uma propriedade, todos sem indicação de estado civil e sem filiação indicada. Infelizmente, as fontes não permitem ir muito além para conhecer melhor o que foram as suas vidas. Mas houve outros casos em que foi possível conhecer melhor as famílias, a seguir, um desses casos, no qual a família apresentada, em certos aspectos, representou exceção dentro da escravidão do século XIX.

Silvéria, parda, nasceu em 1867 e era filha de Malachias, também parda e com 21 anos ao lhe dar à luz. Neta de Ritta e sobrinha de Miguel, preto de 14 anos em 1872 e Pedro, pardo de 25 anos, vaqueiro de Emídia de Azevedo Santiago e Francisco Martins Santiago. Quando tinha 5 anos e foi matriculada em 1872, estes membros da família viviam na propriedade de

---

<sup>291</sup> Joceneide Cunha dos Santos. *Op. cit.* p. 92.

<sup>292</sup> Isabel Cristina Ferreira dos Reis. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

<sup>293</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3119/14, Inventário e testamento de Francisco Pires Pedroso, Xique-Xique, 1815.

<sup>294</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3127/23, Inventário de Venceslau Pereira Machado, Xique-Xique, 1850.

<sup>295</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3127/18, Inventário Paulo José de Carvalho, Xique-Xique, 1851.

Emídia, juntamente Trajano, pardo de 3 anos e Bernardina parda de 2, ambos irmãos de Silvéria.<sup>296</sup>

O único homem cativo da propriedade que não era seu parente consanguíneo, de acordo com a matrícula, era Torquato de 25 anos, lavrador, natural de Pilão Arcado, que poderia ser casado costumeiro com Malachias e ser o pai da prole, mas não é possível fazer essa afirmação, pois o documento silencia a esse respeito. Torquato era ainda o único desta propriedade não nascido em Xique-Xique, onde havia mais duas cativas adultas: Iignes, preta de 22 anos, lavadeira e filha de Isabel e Clara, parda de 16 anos e filha de Caetana.<sup>297</sup>

Quando Emídia de Azevedo Santiago faleceu em 1884, doze anos depois da referida matrícula, ainda estavam na propriedade apenas Silvéria, seus dois irmãos e sua mãe; além de Raimunda, que não estava lá doze anos antes, então com três filhos ingênuos: José, de 10 anos, Francisco, de 6 e Esmélia, de 18 meses; além de uma novidade: o então marido de Silvéria que se chamava Cesário, recebido pelo proprietário como dote e com o qual esta teria Odílio, nascido dia 10 de agosto desse mesmo ano.

O menino foi batizado no dia 16 de outubro do mesmo ano e sua mãe foi registrada então como Silvéria Martins Sant'Iago, esposa legítima de Cesário Maria Sant'Iago, portanto, ambos adotaram o sobrenome do proprietário Francisco Martins Sant'Iago, sendo este, curiosamente, o padrinho de Odílio<sup>298</sup>, fato atípico na escravidão brasileira conforme demonstrado em estudos sobre diversas regiões.<sup>299</sup>

Apesar disso, Neves aponta que tal fato era perfeitamente passível de ocorrer no sertão<sup>300</sup>, mas tal ocorrência também não era constante em Xique-Xique, apesar de os padrões de batismos de escravizados na mesma destoarem em alguns aspectos de diversas regiões brasileiras, conforme veremos a seguir. A madrinha, que não poderia ser a senhora, pois esta havia morrido, era Ana Joaquina de Tal, certamente uma mulher pobre, pela ausência de sobrenome, que mantinha relações com a família em questão.

Algo que aponta para um sub-registro dos casados utilizando-se os inventários como fonte é o fato ocorrido com Silvéria e Cesário, cuja situação civil denunciada pelo batismo do filho não foi registrada no inventário, o que pode ter sido intencional para tentar evitar problemas com a lei, caso se quisesse separar o casal. Isso torna bastante frágeis esses dados nesse aspecto.

---

<sup>296</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3169/06, Emídia Ermelinda de Azevedo Santiago, Xique-Xique, 1884.

<sup>297</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3169/06, Emídia Ermelinda de Azevedo Santiago, Xique-Xique, 1884.

<sup>298</sup> PSBXX, ASP, Livro de Batismos de Filhos de Escravas – 1871-1886.

<sup>299</sup> Stuart Schwartz. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: Edusc, 2001. e Sheila de Castro Faria. *Op. cit.*.

<sup>300</sup> Erivaldo Fagundes Neves. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de História Regional e Local)*. Feira de Santana: Editora da UEFS; Salvador: EDUFBA, 1998.

O compadrio entre senhores e cativos não foi regra nem mesmo dentro dessa propriedade, pois foram encontrados mais quatro batismos de filhos de escravas de Francisco Martins Sant'Iago. Vamos ver os casos: Rosa deu à luz a Eva em 28 de maio de 1866 e os padrinhos foram Romualdo Ferreira da Cruz e Florência Maria da Franca. Mathildes deu à luz Josefa, nascida dia 2 de junho de 1866, cujos padrinhos foram Anastácio Ferro de Lima Fé e Clara Botelho. Mathildes, parda, oito anos depois, deu à luz novamente, desta vez a Emigdia, parda, dia 22 de março de 1874 e foram padrinhos Manoel, escravo de Antonio Martins Santiago e Porcina, parda, escrava do finado Coronel José Rufino de Magalhães. Temos ainda Josepha Martins, provavelmente a anteriormente citada e filha de Mathildes, já tendo adotado o sobrenome do senhor, que deu à luz a Maria, no dia 17 de setembro de 1884 e os padrinhos foram Francisco Antonio do Bonfim e Tocou a Coroa de Nossa Senhora Emelia da Mata Cardoso.<sup>301</sup>

É possível observar nesses batismos uma família composta pela mãe, Mathildes; filha, Josepha e neta, Maria. Há ainda os padrinhos de Josepha, pessoas livres e seus compadres, também livres. Já Mathildes, tinha compadres livres e escravizados, sendo estes da propriedade de um parente de seu senhor e de outra propriedade. Essas informações indicam que a escolha dos padrinhos era realizada de forma complexa, levando-se em consideração as relações estabelecidas e o interesse dos escravizados e, talvez, de seus senhores, mas que não havia um padrão estabelecido pelo senhor, visto que numa mesma propriedade é possível encontrar como padrinhos o próprio senhor, pessoas livres, cativos de parente do senhor e de outros proprietários. Vejamos no próximo item diversos aspectos desse parentesco.

## **4.2 Compadrio de cativas em Xique-Xique**

O compadrio é uma forma de parentesco ritual que foi bastante valorizada no Brasil do período Colonial e Imperial, entendido pela igreja como um momento de purificação do pecado original, que estabelecia um parentesco entre afilhados e padrinhos. Na Vila de Xique-Xique, município situado no curso Médio do Rio São Francisco e ocupado no início do século XVIII, também houve preocupação em batizar as crianças livres, escravas e ingênuas e na escolha dos padrinhos que, no caso de crianças escravizadas e ingênuas, conforme foi possível visualizar anteriormente, seguiu diferentes padrões.

---

<sup>301</sup> PSBXX, ASP, Livro de Batismos de Filhos de Escravas – 1871-1886.

#### 4.2.1 Redes de compadrio no Cotovelo e no Olho D'água.

O Cotovelo é uma comunidade situada na Serra do Assuruá, Vila de Xique-Xique e era lá que morava o português Domingos Carvalho dos Santos, do qual vamos conhecer um pouco mais de seus cativos, pois trataremos aqui das formas de compadrio estabelecidas por eles a partir de duas cativas: Bertholina, parda, com 25 anos em 1871 e Bibiana, cabra.

Bertholina, também descrita como mulata e achacosa, ou seja, doente, era escrava de Eufrásia Maria da Conceição e Domingos Carvalho dos Santos, casados há mais de 50 anos em 1872, quando Eufrásia faleceu. Domingos tinha então cerca de 72 anos e era proprietário de terras. Neste ano Bertholina vivia com outros 15 escravizados, número grande para os padrões locais. Além dos cativos, os proprietários tinham no Cotovelo 80 cabeças de gado vacuum, 20 cabeças de ovelhas, 23 animais, entre cavalos, éguas, burros, jumentos e poldros, instrumentos agrícolas e terras em seis sítios e fazendas. Além de uma “morada de casas” no Cutuvello onde existia uma oficina de farinha e um curral.<sup>302</sup>

Bertholina, cativa mestiça descrita ora como parda ora como mulata, devia ser bem clara ou ter se relacionado com um homem branco, pois suas duas filhas, Maria, nascida em 1872 e Anna em 1876, eram pardas. A primeira era afilhada de Antonio Pereira Cardoso e Theodora Maria da Conceição e a segunda de Irineo da Cunha e Silva e Brisida Maria do Espírito Santo, todos pessoas livres<sup>303</sup>. Mas Bertholina também tinha compadres escravizados, o que aponta uma relação verticalizada entre cativos baseada na cor. Vamos a eles.

Maximiana, cativa de Floris da Cunha, deu à luz a Nicolau, crioulo, em 1873, que foi batizado por Bertholina Carvalho dos Santos e Francisco Lourenço Teixeira. Talvez se tratasse da escrava, pois o sobrenome foi o de seu senhor e Bertholina aparece três anos depois batizando outro filho de Maximiana chamado Pedro, crioulo, comprovando a manutenção de uma relação de intimidade e parentescos construídos ao longo dos anos de relacionamento. Talvez Bertholina tenha sido registrada com sobrenome sem declarar sua real condição, por ela já ter algum acordo de liberdade, ou ser aparentemente tratada como tal, ou mesmo por erro do sacristão. O padrinho de Pedro foi Bernardo, cativo do mesmo senhor da mãe da criança.<sup>304</sup>

---

<sup>302</sup> APEB, SJ, IT, n° 04/1444/1913/16, Inventário de Eufrásia Maria da Conceição, Xique-Xique 1871.

<sup>303</sup> PSBXX, ASP, Livro de Registro de Batismos, 1872-1886.

<sup>304</sup> PSBXX, ASP, Livro de Registro de Batismos, 1872-1886.

Bertholina foi madrinha também de João, pardo, filho de Raymunda, escrava de Antonio Carvalho dos Santos, filho de Domingos, sendo que o padrinho foi Isidoro, cativo de Maria Rosa da Conceição.<sup>305</sup>

Bertholina teve padrinhos para seus filhos livres e provavelmente “brancos”, se considerarmos seus sobrenomes, foi madrinha de cativos de outras propriedades, crianças com mães de pele presumivelmente mais escura que a sua, se considerarmos a classificação dada.

Vamos conhecer agora Bibiana, de cor preta, que tinha 20 anos em 1872 e pertencia a Manoel de Souza Rego, segundo marido de Maria Pereira da Conceição, viúva do português. Entre 1872 e 1874 Bibiana vivia no Cotovelo, mas ao que parece, seus proprietários se mudaram para o Olho d'Água, também no Assuruá.<sup>306</sup>

Em 1873, ela vivia com sete outros cativos, sendo quatro adultos e três crianças; duas delas eram filhas de sua companheira de infortúnio Benedicta, preta de 35 e uma de Bertholina, citada acima. Sua primeira filha se chamava Leandra, descrita como ingênua de oito anos em 1883, quando faleceu seu senhor. Depois nasceriam Raymunda, Joana, Maria e Tertuliano.<sup>307</sup>

Seu proprietário tinha instrumentos agrícolas, 16 animais cavaleiros, 36 cabeças de gado vacum, 15 cabeças de ovelhas e 15 de cabras, uma casa na fazenda Olho d'Água, outra contendo uma oficina de fazer farinha em local não mencionado, duas casas no Gentio do Ouro, uma parte de terras na Fazenda Olho d'Água, outra na Fazenda Baixa Grande, uma roça no Gentio do Ouro contendo “[...] cafeeiros, bananeiras, limeira, canas e mais fruteiras, com uma pequena minação de água”, uma roça de mandioca com um ano e meio e outra com um ano.<sup>308</sup>

Foram encontrados os documentos de batismo de quatro dos filhos de Bibiana e será possível conhecê-los melhor: dia 19 de fevereiro de 1872, nasceu Leandra, crioula, que foi batizada no Cutuvello, dia 30 de outubro do mesmo ano, por Ângelo e Maria, cativos de Floris da Cunha e Silva. Em agosto do ano seguinte, nasceria Romana, cabra, que foi batizada no mês seguinte também no Cutuvello, por Manoel Carvalho dos Santos, irmão de sua proprietária<sup>309</sup> e Cândida Maria do Espírito Santo.<sup>310</sup>

Em outubro de 1874, nasceu Maria, cabra, batizada em fevereiro de 1875 no Cutuvello por Francisco Cardoso da Cunha e Brizida Maria do Espírito Santo, esta comadre de

---

<sup>305</sup> PSBXX, ASP, Livro de Registro de Batismos, 1872-1886.

<sup>306</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3169/05, Inventário e testamento de Manoel de Souza Rego, Xique-Xique, 1883.

<sup>307</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3169/05, Inventário e testamento de Manoel de Souza Rego, Xique-Xique, 1883.

<sup>308</sup> APEB, SJ, IT, n° 07/3169/05, Inventário e testamento de Manoel de Souza Rego, Xique-Xique, 1883.

<sup>309</sup> APEB, SJ, IT, n° 04/1444/1913/16, Inventário de Eufrásia Maria da Conceição, Xique-Xique 1871.

<sup>310</sup> PSBXX, ASP, Livro de Registro de Batismos, 1872-1886.

Bertholina. No dia primeiro de março de 1878, Bibiana deu à luz Raymunda, cabra, batizada na Gameleira por Lourenço Ribeiro Simões e Joaquina Gomes da Cunha.<sup>311</sup>

Observamos que Bibiana utilizou diferentes estratégias na escolha dos padrinhos de seus filhos, indo desde o irmão da senhora, passando por outras pessoas conhecidas e proprietárias até os cativos de outro senhor, que se chamava Floriz da Cunha. Essas escolhas refletem tanto as relações de Bibiana com pessoas de diferentes posses, como a possibilidade de seus filhos serem ajudados por escravizados ou livres quando precisassem.

Talvez Bibiana tivesse forte mediação das relações comunitárias, pois todos giram em torno dela, ou seja, ela conhece todos e todos a conhecem.

Conforme a documentação foi possível conhecer o estado jurídico dos padrinhos de filhos de escravizadas encontrados em Xique-Xique:

<b>Período</b>	<b>1865-1867</b>	<b>%</b>	<b>1871-1878</b>	<b>%</b>	<b>1879-1886</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Padrinho livre	30	73	175	89	33	91,5	238	86
Padrinho liberto	1	2,5	0	0	1	3	2	1
Padrinho escravo	10	24,5	21	11	2	5,5	33	13
Total	41	100	196	100	36	100	273	100
Madrinha livre	28	68	169	86,5	30	83,5	227	82,5
Madrinha liberta	0	0	2	1	1	2,5	3	1,5
Madrinha escrava	10	24,5	20	10	3	8,5	33	12
Sem madrinha, com 1 padrinho	2	5	2	1	2	5,5	6	2,5
2 padrinhos	1	2,5	3	1,5	0	0	4	1,5
Total	41	100	196	100	36	100	276	100

Tabela 02 - Estado jurídico de padrinhos e madrinhas de filhos de cativas em Xique-Xique entre 1865-1867 e 1871-1886 em números absolutos e relativos.

Fonte: Paróquia de Senhor do Bonfim de Xique-Xique - PSBXX. Arquivo da Secretaria Paroquial - ASP. Livro de Registro de Batismos 1865-1877. Livro de Registro de Batismos de Filhos de Escravas, 1871-1886.

Schwartz analisou batismos na Bahia Colonial, onde encontrou 70% de padrinhos livres, 10% de libertos e 20% de escravos entre as crianças batizadas<sup>312</sup>. É possível perceber aqui também uma predominância de padrinhos livres para todos os períodos, algo que se

<sup>311</sup> PSBXX, ASP, Livro de Registro de Batismos, 1872-1886.

<sup>312</sup> Stuart Schwartz. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 332-334.

ampliou à medida que se aproximava a abolição da escravidão. Os cativos foram progressivamente preferindo os livres para apadrinharem seus filhos que, a partir de 1871, já não eram mais considerados escravos, sendo que o percentual de padrinhos escravizados caiu de 24,5 para apenas 5,5 em pouco mais de uma década. Os demais números permaneceram relativamente estáveis durante o período.

Mas em casos de escolherem padrinhos escravizados? Onde eles viviam, na mesma propriedade da mãe ou em outra? Vejamos.

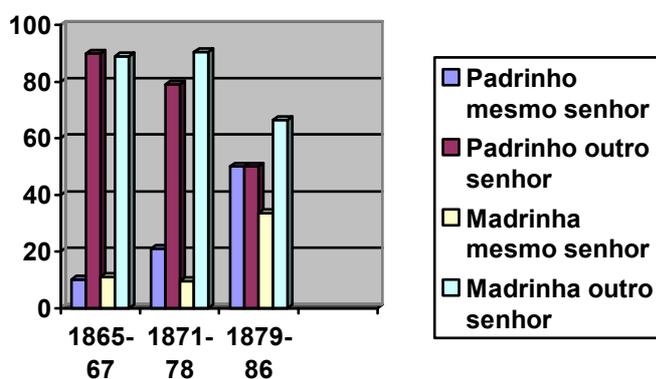


Gráfico 12 - Propriedade de padrinhos e madrinhas escravizados em Xique-Xique entre 1865-1867 e 1871-1886.

Fonte: Paróquia de Senhor do Bonfim de Xique-Xique (PSBXX). Arquivo da Secretaria Paroquial (ASP). Livro de Registro de Batismos 1865-1877. Livro de Registro de Batismos de Filhos de Escravas, 1871-1886.

É perceptível no Gráfico 12, clara predominância de padrinhos e madrinhas de outras propriedades, resultante certamente do tamanho das estruturas de posse de escravos, sendo que mesmo quando o senhor tinha mais cativos, esses eram constantemente divididos em diversas fazendas e mesmo em casos de estruturas com oito ou mais pessoas, o número de crianças não permitia que houvesse muitos homens e mulheres adultos para se relacionarem, dificultando as relações de compadrio interposse. Houve um pequeno aumento no número de padrinhos do mesmo senhor a partir da década de 1870, decorrente, provavelmente, de uma concentração de cativos em um menor número de propriedades ocorrida nessa década.

Outro fator local que ajudava nesses números era a intensa relação estabelecida entre escravos de diferentes propriedades, o que possibilitava que eles tivessem intimidade suficiente para apadrinhar os filhos uns dos outros. Além de reafirmar a intensa mobilidade e articulações possíveis entre os diversos grupos de pessoas.

Estudando o compadrio na Bahia Colonial, Schwartz afirmou que registros “[...] paroquiais revelam que, entre os cativos que serviram de padrinho, o número dos que pertenciam a outro senhor que não o da pessoa batizada era aproximadamente igual ao de pertencentes ao mesmo senhor.”<sup>313</sup> Vasconcelos faz uma observação importante, que pode ser transferida para a análise de Xique-Xique:

[...] parece-nos que, em anos que as escravarias estavam diminuindo, as famílias respondiam com o alargamento de laços de compadrio com cativos de fora de suas propriedades de origem, o que, além de agregar escravos às famílias, também ampliava o raio de ação para outras propriedades. Ou seja, as mudanças econômicas e sociais foram acompanhadas por uma mudança comportamental não somente com a tendência a cativos serem padrinhos, cativos que não eram do mesmo senhor. Cremos que essa mudança estaria ligada, tal como dissemos, ao quadro de diminuição da propriedade escravista e, talvez, também, à maior mobilidade dos escravos na freguesia, facilitando o conhecimento e as amizades entre indivíduos separados pelos ‘muros’ das propriedades.<sup>314</sup>

Vejamos agora, nos casos de padrinho ou madrinha escravizado, qual o estatuto jurídico do outro padrinho:

<b>Período</b>	<b>1865- 1867</b>	<b>%</b>	<b>1871- 1878</b>	<b>%</b>	<b>1879- 1886</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Padrinho E* e madrinha E	7	54	19	79	2	67	28	70
Padrinho E e madrinha liberta	0	0	2	8,5	0	0	2	5
Padrinho E e madrinha livre	3	23	1	4	0	0	4	10
Madrinha E e padrinho liberto	1	8	0	0	0	0	1	2,5
Madrinha E e padrinho livre	2	15	2	8,5	1	33	5	12,5
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>24</b>	<b>100</b>	<b>3</b>	<b>100</b>	<b>40</b>	<b>100</b>

Tabela 03 - Condição jurídica dos padrinhos no caso de um deles ser escravizado em Xique-Xique entre 1865-1867 e 1871-1886.

E\* Escavo (a).

Fonte: Paróquia de Senhor do Bonfim de Xique-Xique (PSBXX). Arquivo da Secretaria Paroquial (ASP). Livro de Registro de Batismos 1865-1877. Livro de Registro de Batismos de Filhos de Escravos, 1871-1886.

É observável uma clara predominância de ambos os padrinhos escravizados, com índice de padrinhos escravizados junto com libertos provavelmente em grande parte resultante

<sup>313</sup> Stuart Schwartz. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 334.

<sup>314</sup> Maria Cristina de Vasconcelos. O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação (Mambucaba, Angra dos Reis, século XIX). *Afro-Ásia*, n.28, 2002, p.147-178. p. 167.

dos laços estabelecidos quando os últimos ainda viviam em cativeiro e um percentual médio razoável de padrinhos escravizados e madrinhas livres, o que aponta para uma considerável mistura do estado jurídico dos padrinhos, principalmente antes da lei de 1871, o que pode apontar nesse período para uma maior necessidade de utilizar estratégias diferentes de proteção da criança na hora da escolha dos padrinhos.

E no caso da maioria dos padrinhos de escravizados e ingênuos sendo de pessoas livres? Quem eram essas pessoas? Houve muitos casos de parentes do senhor? Analisemos os padrinhos livres a partir de seu sobrenome para conhecê-los melhor.

<b>Padrinhos</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Com sobrenome do senhor	24	10
Com outro sobrenome	185	80
Sem sobrenome	24	10
Total	233	100

Tabela 04 - Padrinhos livres de escravizados 1871-1886.

Fonte: Paróquia de Senhor do Bonfim de Xique-Xique (PSBXX). Arquivo da Secretaria Paroquial (ASP). Livro de Registro de Batismos de Filhos de Escravas, 1871-1886.

O apadrinhamento de escravos por parentes do senhor não era tão raro em Xique-Xique, no caso de isolarmos os padrinhos, cujo sobrenome é mais definido que os das madrinhas e que tinham o mesmo sobrenome do senhor, o que evidencia, ao menos em tese, o parentesco. Encontramos nestes casos, 10% dos batismos com padrinhos livres, mas destacamos que o percentual é bem maior, pois existem casos de madrinhas, que não incluímos na amostra devido à problemática de seus sobrenomes, que sabemos serem filhas, irmãs ou tias do senhor e mesmo de parentes com outro sobrenome.

Também existia um freqüente compadrio de escravizados com aliados políticos de seus senhores como coronéis e pessoas com outros títulos honoríficos, cujo laço estabelecido poderia ser importante no oferecimento de mão-de-obra do cativo na hora dos “barulhos” e na ajuda dos padrinhos coronéis em situações cotidianas, ou mesmo em uma possível luta pela conquista da liberdade.

Conforme ficou evidenciado por Ferreira,<sup>315</sup> houve a proteção da família da cativa ou liberta Maria por poderosos locais na luta pela manutenção de sua liberdade e de sua numerosa prole. Florentino e Góes destacaram que

A família escrava se abria, pois, e no contexto específico da escravidão, tal abertura tinha um sentido eminentemente político. Na verdade, o que se buscava era aumentar o raio social das alianças políticas e, assim, de solidariedade e proteção, para o que se contava inclusive com ex-escravos, escravos pertencentes a outros senhores e, em casos eventuais, com alguns proprietários.<sup>316</sup>

É o que aconteceu em Xique-Xique onde fazia parte da família dos cativos todos os grupos sociais.

É possível citar ainda como exemplo dessas relações com poderosos os batismos de Joaquina, parda, filha de Antonia, também parda, cativas de Dona Carolina Alves da França Antunes, cujos padrinhos foram o Capitão Manoel Martiniano da França Antunes e Francisca Antonia da França Antunes, todos parentes.<sup>317</sup>

Jovita, parda, filha de Domingas, parda, cativas do Tenente Coronel Joaquim Estácio da Costa, foi batizada pelo Tenente Praxedes Xavier da Rocha e Donna Anna Maria, representada por Anna Simoa da Cruz.<sup>318</sup>

É possível observar, portanto, no que diz respeito ao compadrio entre escravizadas, o forte entrelaçamento dessas com pessoas livres das mais diversas posições, aumentando progressivamente à medida que se aproximava a Abolição. Fica clara também a relação das cativas com escravizados principalmente de outras propriedades, denotando um convívio intenso e a expansão dos laços familiares para além do mundo dos cativos e das propriedades em que viviam.

---

<sup>315</sup> Elisângela Oliveira Ferreira. Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos sertões do São Francisco. p. 185-218.

<sup>316</sup> Manolo Florentino; José Roberto Góes. *Op. cit.* p. 90.

<sup>317</sup> PSBXX, ASP, Livro de Registro de Batismos, 1872-1886.

<sup>318</sup> PSBXX, ASP, Livro de Registro de Batismos, 1872-1886.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um professor disse uma vez que “não é a tese que acaba, o que acaba é o tempo”. Hoje compreendo bem sua fala e substituo o termo tese por dissertação. A cada nova leitura, abre-se um novo caminho interpretativo, uma nova possibilidade de exploração de fontes e de ampliação do trabalho, mas é necessário fechar o texto.

A discussão proposta aqui se referiu à experiência dos cativos do sertão do São Francisco, mais especificamente da Vila de Xique-Xique, município emancipado em 1832. Essa discussão foi alicerçada no uso de documentos jurídicos e eclesiásticos, além de correspondências de autoridades e relatos de viajantes, dos quais citamos os inventários *post-mortem*, os processos cíveis e criminais, as correspondências de juízes, vereadores, padres e delegados, os testamentos, os registros de batismos e os relatos de pessoas que passaram por Xique-Xique no período aqui abordado.

Nessas fontes foram buscados dados qualitativos e quantitativos que trouxeram luz aos aspectos levantados acerca da vida de setores das populações negras desse sertão, mostrando que a vida deles ali pulsou e que estes foram importantes no trabalho realizado em Xique-Xique durante todo o século XIX, até a escravidão ser oficialmente abolida.

Foi possível identificar uma dinâmica intensa na vida dos trabalhadores escravizados, tanto no que diz respeito às atividades realizadas, quanto às vivências estabelecidas por estes e aos espaços onde viviam.

Os cativos viviam em regiões diversas, com topografias que iam desde a área de beira do rio São Francisco, até os altos e Vales das Serras dos Assuruá, passando pelas áreas planas de caatinga. Nesses espaços eles se ocupavam da agricultura, da pecuária, da produção de farinha, de cachaça e rolos de fumo, extração de sal, produção de cal, pesca, garimpo, comércio e atividades domésticas. Era um mundo dinâmico característico das economias não exportadoras e das regiões de policultura.

Nessas atividades os cativos viviam junto com outros cativos, companheiros de propriedade ou não, com libertos, livres pobres e proprietários, trabalhando muitas vezes lado a lado com seu próprio senhor.

Nessa lida cotidiana tinham a possibilidade de negociarem sua liberdade, de se casar, de serem compadres de livres, cativos e libertos, de transitar por diferentes garimpos e propriedades, acompanhados de seus proprietários ou sozinhos, tecendo estratégias para terem melhores condições de sobrevivência no seu dia-a-dia.

Puderam resistir, fugir, participar do assassinato de seu senhor, descobrir e povoar novos lugares, enfim, serem sujeitos de sua própria história tentando driblar as condições desfavoráveis recebidas no nascimento. Mas também poderiam ser obrigados a se mudar e viver onde não gostariam, trabalhar em atividades que não lhes agradavam, ou mesmo conviver com pessoas das quais não gostavam, o que revela a contradição inerente à escravidão.

As famílias nas quais esses cativos estavam inseridos eram de composição diversa, foram nucleares, extensas, matrifocais, consensuais, formadas por pessoas de diversos estatutos jurídicos, separadas por diversos motivos e tiveram sua importância na vida de muitas dessas pessoas submetidas ao cativeiro.

As vidas dos cativos nos sertões apresentaram suas peculiaridades. No caso de Xique-Xique, nesse período abordado, elas foram decorrentes destes viverem em propriedades com pequeno número de cativos, muitas vezes próximas de outras, quando estes viviam nos povoados, com equilíbrio dos sexos e número razoável de crianças.

Mas, a despeito das generalidades, as vidas de certos cativos também tiveram suas especificidades, pois alguns conseguiram conquistar a liberdade, fosse comprando-a ou negociando-a através de bons serviços prestados. Houve aqueles que se casaram eclesiasticamente e outros que ficaram sozinhos. Mas assim é a vida das pessoas de qualquer grupo em qualquer momento histórico, cheia de generalidades e especificidades e não poderia ser diferente com os cativos do sertão.

Que este trabalho possa somar a outros que discutem a vida dos cativos em espaços diferentes da agricultura de *plantation* ou dos grandes centros urbanos e que ajude a iluminar a vida dessas pessoas que, apesar de terem nascido presas ao fato de ser propriedade de outra pessoa, amaram, sofreram e lutaram para conseguir seus objetivos e é isso que faz a vida valer a pena ser vivida.

## FONTES E REFERÊNCIAS

### Fontes Manuscritas

APEB (Arquivo Público do Estado da Bahia)

I – Seção Judiciária, Série Inventários e Testamentos:

07/3119/15, Inventário e testamento de José de Souza de Almeida, Xique-Xique, 1813.

07/3119/14, Inventário e testamento de Francisco Pires Pedroso, Xique-Xique, 1815.

07/3119/12, Inventário de Atanasia Nonata de Jesus, Xique-Xique, 1823.

07/3119/13, Inventário de Teobaldo José de Carvalho, Xique-Xique, 1823.

07/3119/11, Inventário de Lauriana Maria do Sacramento, Xique-Xique, 1825.

073119/09, Testamento de Felizarda de Souza Nogueira, Xique-Xique, 1826.

07/3119/10, Inventário de Manoel Rodrigues Soares, Xique-Xique, 1826.

07/3119/07, Inventário de Clemêncio Servanda de Meneses, Xique-Xique, 1831.

07/3119/06, Inventário de Isabel Maria da Cruz, Xique-Xique, 1832.

07/3119/05, Inventário e testamento de Antônio Damasceno Linhares, Xique-Xique, 1841.

08/3280/12, Testamento de Teodora da Silva Azevedo, Xique-Xique, 1844.

07/3127/21, Testamento de Clara Lopes da Silva, Xique-Xique, 1845.

07/3119/03, Testamento de Joaquim José de Souza, Xique-Xique, 1847.

07/3119/04, Inventário de Bertulina Ubelina do Sacramento, Xique-Xique, 1847.

07/3127/17, Testamento de Brízida Rodrigues Lima, Xique-Xique, 1847.

07/3128/03, Inventário de Ana Luisa de França Antunes, Xique-Xique, 1849.

08/3280/03, Testamento de Juvêncio Cassiano de Campos, Xique-Xique, 1850.

07/3127/23, Inventário de Venceslau Pereira Machado, Xique-Xique, 1850.

07/3128/01, Inventário de Antônio Gonçalves da Rocha Chaves, Xique-Xique, 1850.

07/3127/24, Inventário e testamento de Severo Romão de Souza, Xique-Xique, 1850.

07/3127/25, Inventário de José Antônio Pereira Bastos, Xique-Xique, 1850.

07/3127/26, Testamento de Francisca Xavier da Silva, Xique-Xique, 1850.

07/3127/18, Inventário Paulo José de Carvalho, Xique-Xique, 1851.

07/3127/20, Inventário de João Caetano da Silva, Xique-Xique, 1851.

07/3127/21, Inventário de Clara Lopes da Silva, Xique-Xique, 1851.

07/3127/22, Inventário de Antonio Lino de Miranda, Xique-Xique, 1851.

07/3127/16, Inventário de Francisco Antônio da Rocha, Xique-Xique, 1852.

07/3127/17, Inventário e Testamento de Brízida Rodrigues Lima, Xique-Xique, 1852.  
07/3127/15, Inventário de Joana Nunes da Cruz, Xique-Xique, 1852.  
07/3130/01, Inventário de Francisco Xavier Machado, Xique-Xique, 1853.  
07/3130/02, Inventário de Manoel da Cunha e Silva, Xique-Xique, 1853.  
07/3130/03, Inventário de Maria José de Oliveira, Xique-Xique, 1853.  
07/3130/06, Inventário de José Longuinho da Silva, Xique-Xique, 1854.  
07/3130/10, Inventário de Eduardo de Souza Nogueira, Xique-Xique, 1855.  
07/3130/08, Inventário de Claudina da Silva Vieira, Xique-Xique, 1855.  
07/3280/16, Inventário de Francisco Longuinho dos Santos, Xique-Xique, 1855.  
08/3280/15, Inventário de Josefa Pereira de Matos, Xique-Xique, 1855.  
07/3130/07, Inventário e testamento de Bonifácia Maria da Conceição e Antônio Roberto dos Santos, Xique-Xique, 1855.  
07/3130/09, Inventário de Deodata Maria da Conceição, Xique-Xique, 1855.  
07/3127/19, Inventário de José Antônio Moreira, Xique-Xique, 1855.  
08/3280/14, Inventário de Maria Pereira da Cruz, Xique-Xique, 1856.  
08/3280/13, Inventário de Rita Maria da Silva, Xique-Xique, 1856.  
08/3280/10, Inventário de Joaquim José dos Santos, Xique-Xique, 1857.  
08/3280/11, Inventário de Constância Maria de Magalhães, Xique-Xique, 1857.  
08/3280/07, Inventário de José Rufino Ribeiro Simões, Xique-Xique, 1858.  
05/1446/08/07, Inventário de Francisco Coelho dos Santos, Xique-Xique, 1858.  
08/3280/01, Inventário de João Pereira de Amorim, Xique-Xique, 1858.  
08/3280/08, Inventário de Felix Gonçalves Chaves, Xique-Xique, 1858.  
08/3280/01, Inventário e Testamento de João Pereira de Amorim, 1858.  
08/3280/02, Testamento de Maria Angélica de Magalhães, Xique-Xique, 1859.  
08/3280/04, Inventário de Caetana Alexandrina de Souza, Xique-Xique, 1859.  
08/3280/03, Inventário e Testamento de Juvêncio Cassiano de Campos, 1859.  
08/3280/06, Inventário de Timóteo José Barbosa, Xique-Xique, 1858.  
08/3280/05, Inventário de Luis Carlos de Carvalho, Xique-Xique, 1858.  
07/2924/01, Testamento de Ana Alexandrina dos Santos, Xique-Xique, 1860.  
07/2924/03, Inventário de Joana da Rocha, Xique-Xique, 1860.  
07/2924/02, Inventário e testamento de Bendito Alves Machado, Xique-Xique, 1860.  
07/2924/04, Inventário de João Martins de Andrade, Xique-Xique, 1860.  
07/2924/05, Inventário de Camilo Pereira Machado, Xique-Xique, 1861.  
07/2924/06, Inventário de Francisco Antunes da Cunha, Xique-Xique, 1861.

07/2924/07, Inventário de João Sagum Modesto da Franca, Xique-Xique, 1861.  
07/2924/08, Inventário e testamento de Emerenciana Maria de São José, Xique-Xique, 1861.  
07/2924/09, Inventário e testamento de Mariana Pereira da Rocha, Xique-Xique, 1862.  
07/2924/10, Inventário e Testamento de Teodora Rosa de São Félix, 1862.  
07/2924/11, Inventário e testamento de Teobalda Maria da Rocha, Xique-Xique, 1862.  
07/2924/12, Testamento de Antônio Modesto da Silva, Xique-Xique, 1862.  
03/1294/1763/09, Inventário de João Luis de Carvalho, Xique-Xique, 1863.  
07/2924/17, Inventário de testamento de José Joaquim Pinheiro de Magalhães, 1863.  
07/2924/13, Inventário de Antônio Mendes da Costa, Xique-Xique, 1863.  
03/1294/1763/10, Inventário de Liberato José Fidelis, Xique-Xique, 1863.  
03/1294/1763/14, Inventário de Cosma Maria Damiana e Manoel de Abreu Neiva, Xique-Xique, 1863.  
07/2924/12, Inventário e testamento de Antônio Modesto da Silva, Xique-Xique, 1863.  
07/2924/16, Inventário e Testamento de José Rufino Ribeiro Simões, 1863.  
07/2924/14, Testamento de Benedito Alves Machado, 1863.  
03/1294/1763/08, Inventário de João Martins Santiago, Xique-Xique, 1863.  
03/1294/1763/11, Inventário de Manoel de Araújo e Silva, Xique-Xique, 1863.  
03/1294/1763/13, Inventário de Leandro Pereira Bastos, Xique-Xique, 1863.  
03/1294/1763/12, Inventário de Joaquim Bernardo da Rocha, Xique-Xique, 1863.  
03/1294/1763/03, Inventário de Maria Rosa, Xique-Xique, 1864.  
03/1294/1763/02, Inventário de Leocádia Maria Ribeiro, Xique-Xique, 1864.  
03/1446/1915/13, Inventário de Pocidônio Pereira Lima, 1864.  
03/1294/1763/01, Inventário de José Vicente da Costa Góes, Xique-Xique, 1864.  
04/1444/1915/12, Inventário de João Batista Guimarães Pimentel, Xique-Xique, 1864.  
04/1444/1915/11, Inventário de Eduarda Maria do Espírito Santo, Xique-Xique, 1865.  
04/1444/1915/26, Inventário de Lucio da Franca Martins, Xique-Xique, 1867.  
04/1444/1913/05, Inventário de Américo Francisco de Miranda, Xique-Xique, 1866.  
04/1446/1915/10, Inventário de José Pereira Bastos, Xique-Xique, 1866.  
04/1444/1913/19, Inventário de Manoel Fulgêncio de Azevedo, Xique-Xique, 1867.  
04/1444/1913/19, Inventário de Josefa Vitória da Conceição, Xique-Xique, 1867.  
03/1294/1763/04, Inventário de Liberato José Martins, Xique-Xique, 1867.  
04/1444/1913/21, Inventário de José Malaquias da Silva, Xique-Xique, 1867.  
04/1444/1913/18, Inventário e testamento de Evaristo José de Figueiredo, Xique-Xique, 1868.  
04/1444/1913/17, Inventário de Maria Madalena do Espírito Santo, Xique-Xique, 1868.

04/1444/1913/22, Inventário de Maria Rosa Pereira, Xique-Xique, 1869.  
04/1444/1913/22 (anexo), Inventário de Custódio Ângelo da Cunha, 1868.  
03/1294/1763/05, Inventário de João Batista da Silva, Xique-Xique, 1869.  
03/1294/1763/07, Inventário de Mariana Marciana da Franca, Xique-Xique, 1869.  
03/1294/1763/12, Inventário de Maria Benedita da Franca Santiago, Xique-Xique, 1869.  
04/1446/1915/14, Inventário de Ana Rita de Magalhães, Xique-Xique, 1869.  
04/1444/1913/14, Inventário de Carolina Antunes Menezes, Xique-Xique, 1870.  
04/1444/1913/15, Inventário de José Gomes Lima, Xique-Xique, 1870.  
04/1444/1913/13, Inventário de Isidora Pereira de Almeida, Xique-Xique, 1870.  
04/1444/1913/11, Inventário de Balduino da Cunha e Silva, Xique-Xique, 1870.  
04/1444/1913/10, Inventário de Cecília Maria das Virgens, Xique-Xique, 1870.  
04/1444/1913/04, Inventário e testamento de Sofia Maria de Oliveira, Xique-Xique, 1871.  
05/1444/1913/09, Inventário e testamento de Maria Benícia Pinheiro, Xique-Xique, 1871.  
03/1444/1913/23, Inventário de Sofia Pereira de Oliveira, Xique-Xique, 1871.  
04/1444/1913/03, Inventário de Rita Maria Cardoso, Xique-Xique, 1871.  
04/1444/1913/14, Inventário de Delmira Maria da Conceição, Xique-Xique, 1871.  
04/1444/1913/16, Inventário de Eufrásia Maria da Conceição, Xique-Xique, 1871.  
07/3128/32, Inventário de Manoel Alves d'Almeida, Xique-Xique, 1871.  
05/1444/07, Inventário de Joaquim Estácio da Costa, Xique-Xique, 1872.  
04/1444/1913/09, inventário de Maria Benicio Pinheiro, Xique-Xique, 1871.  
04/1444/1913/08, Testamento de Isidra Joaquina da Silva, Xique-Xique, 1872.  
04/1444/1913/06, Inventário de Lucia Maria do Espírito Santo, Xique-Xique, 1872.  
04/1444/1913/02, Inventário de Ana Joaquina Áurea da Conceição Rocha Castelo Branco, Xique-Xique, 1873.  
03/1294/1763/17, Inventário de Maria Madalena da França, Xique-Xique, 1873.  
07/3169/13, Inventário de Joaquina Pereira de Oliveira, Xique-Xique, 1874.  
07/3169/14, Inventário de Maria Madalena de Novais Mariano, Xique-Xique, 1874.  
07/3269/12, Inventário de Joana Félix Carolina do Espírito Santo, Xique-Xique, 1874.  
07/3169/16, Inventário de José Emídio da Cunha, Xique-Xique, 1874.  
03/3169/17, Inventário de Bernardo Alves de Almeida, Xique-Xique, 1875.  
07/3169/19, Inventário de Pedro Leão Leite da Cunha, Xique-Xique, 1875.  
07/3169/18, Inventário de João da Cruz de Figueiredo, Xique-Xique, 1875.  
07/3169/20, Inventário de Luis Calisto da Rocha, Xique-Xique, 1876.  
07/3169/21, Inventário de Pedro Pinheiro de Alcântara, Xique-Xique, 1876.

07/2924/19, Testamento de Balbino Rodrigues Ribeiro, Xique-Xique, 1877.  
07/2924/21, Inventário de José Francisco de Oliveira França, Xique-Xique, 1877.  
07/3169/22, Inventário de Maria da Cunha e Silva, Xique-Xique, 1877.  
07/3130/14, Inventário de João Pereira da Silva, Xique-Xique, 1878.  
07/3130/15, Inventário de Raimunda Nonata de Santana, Xique-Xique, 1878.  
07/3130/11, Inventário de Maria Rosa do Patrocínio Castelo Branco, Xique-Xique, 1879.  
07/2924/23, Inventário Egidio da Gama Passos e Sofia Claudina da Rocha, Xique-Xique, 1879.  
07/2924/25, Inventário e testamento de Félix Ribeiro de Novais, Xique-Xique, 1879.  
07/3130/12, Inventário e testamento de Rita Cássia Bueno Lobo, Xique-Xique, 1879.  
07/2924/27, Inventário de Edeltrudes Jesuína de Jesus, Xique-Xique, 1879.  
07/2924/22, Inventário de Ana Félix Pinto de Sena, Xique-Xique, 1879.  
07/2924/24, Inventário de João Batista Guimarães Pimentel, Xique-Xique, 1879.  
07/3130/13, Inventário e testamento de Emília Pereira Bastos, Xique-Xique, 1880.  
07/3130/16, Inventário de Joaquina Maria de Freitas Almeida, Xique-Xique, 1881.  
07/3169/02, Inventário de Ermelinda Benvenuta da Rocha e Azevedo, Xique-Xique, 1882.  
07/3169/03, Inventário e testamento de Isabel Fé de Santana, Xique-Xique, 1882.  
07/3169/04, Inventário de Messias Antunes de Campos Rocha, Xique-Xique, 1883.  
07/3169/05, Inventário e testamento de Manoel de Souza Rego, Xique-Xique, 1883.  
07/3169/06, Emília de Azevedo Santiago, Xique-Xique, 1884.  
07/3169/05, Inventário de Guilhermina Maria da Conceição, Xique-Xique, 1884.  
07/3169/09, Inventário de Maria Neves da Conceição, Xique-Xique, 1884.  
07/3169/08, Inventário de Maria Teodora de Magalhães Novais, Xique-Xique, 1884.  
07/3169/11, Inventário e testamento de Maria Pereira de Figueiredo, Xique-Xique, 1885.  
04/1444/1913/01, Inventário de Joaquim José de Figueiredo, Xique-Xique, 1885.  
07/3169/10, Inventário de Francisca Pereira de Oliveira, Xique-Xique, 1885.  
07/3119/16, Inventário e testamento de Ciriaco Pereira Bastos, Xique-Xique, 1886.  
07/3119/19, Inventário de Segismunda Maria da Conceição, Xique-Xique, 1886.  
07/3119/18, Inventário de Pedro de Abreu Neiva, Xique-Xique, 1886.  
07/3119/17, Inventário de José Pereira da Rocha, Xique-Xique, 1886.  
07/3127/08, Arrolamento de Joaquim Guerreiro, Xique-Xique, 1887.  
07/3127/11, Inventário de Bárbara Marciana da França, Xique-Xique, 1887.  
07/3119/20, Inventário de Martinho José Alves de Souza, Xique-Xique, 1887.  
07/3127/09, Inventário de Teodosia Francisca de Abreu, Xique-Xique, 1887.

07/3127/06, Inventário de Maria Inácia, Xique-Xique, 1888.

07/3119/21, Inventário e testamento de Francisca Pereira de Araújo, Xique-Xique, 1888.

07/3119/22, Inventário de Francisca Pereira de Oliveira, Xique-Xique, 1888.

II – Seção Judiciária, Série Processos Crime:

24/842/02, Apelação Crime, Ré: Antonia Maria do Nascimento. Vítima: Joaquim Candido das Chagas. 1870.

26/920/16, Furto, Réu: Antonio Pinheiro de Miranda, Vítima: Roberto de Tal, (escravo), Xique-Xique, 1858.

02/65/01, Homicídio, Réu: Manoel Joaquim de Abreu (e outros), Vítima: Camilo Pereira Machado, Xique-Xique, 1862.

02/65/03, Homicídio (sumário de culpa). Ré: Perpétua Pereira, Vítima: Manoel Pereira, Xique-Xique, 1871.

02/65/10, Homicídio, Réu: Sebastião Augusto da Rocha, Vítima: Eurípides Abelardo Castelo Branco, Xique-Xique, 1884.

02/68/14, Homicídio (denúncia), Réu: Manoel Martiniano de França Antunes (e outros), Vítima: Maria de tal, Xique-Xique, 1886.

25/897/15, Homicídio, Réu: João de Deus Roza, Vítima: Antônia (escrava), Xique-Xique, 1873.

26/920/19, Homicídio, Réu: Manoel Joaquim, Vítima: Antônio José da Costa, Xique-Xique, 1859.

26/920/20, Homicídio. Réu: José Antonio da Costa Ribeiro e Manoel Joaquim. 1859.

2/65/11, Homicídio, Réu: Honório Manoel Ferreira Soares, Vítima: Josefina de Tal, Xique-Xique, 1884.

24/839/07, Apelação Crime, Réu: Jacob Pereira Bastos (e outros). 1886.

02/68/12, Réu: Leandro de Tal (Canário). Vítima: Joaquim Candido das Chagas. 1880.

7/251/1, Recurso Crime, Recorrente: SOUZA, José Ferreira de. Recorrido: ALMEIDA, Hipólita Maria, 1884.

7/251/14, Lesões Corporais, Vítima, Albuquerque, Manoel Luis de. Ré, Borges, Anna das Virgens, 1884.

III – Seção Judiciária, Série Processos Cíveis:

89/3202/34. Manutenção de Liberdade. Brito, Raimundo José de. Romualdo. 1886.

89/3202/38. Ação de Liberdade. Bessa, Antonio Alves. Venâncio (escravo). 1887.

89/3202/27. Ação de Liberdade. Floris Fernandes Farias. Vítor de Tal (escravo). (1887).

14/0503/16, Justificação, Justificante: Celestino Antônio de Andrade, Justificada: Ana Leonídia de Carvalho e Azevedo, Xique-Xique, 1872.

14/0502/45, Escritura de venda. Modesto Gonçalves Meireles. 1861.

90/3234/01. Prestação de Contas. Irmandade Nossa Senhora do Rosário. 1823.

89/3202/30, Libelo cível (cobrança de honorários), Autor: Francisco Peixoto de Miranda Veras, Ré: Ana Leonídia de Carvalho e Azevedo, Xique-Xique, 1869.

IV - Seção Microfilmagem, Projeto Resgate do Ministério da Cultura Catálogo de Eduardo de Castro e Almeida, Documentos avulsos da capitania da Bahia:

Catálogo n° 68, Documentos manuscritos diversos sobre a Bahia:

Filme n° 88 (1886-1887), documento n° 1880.

V – Seção Colonial e Provincial, Série Documentos Avulsos:

Maço 1.607, Seca (correspondência de autoridades) (1845-1860).

Maço 1.608, Seca (correspondência de autoridades) (1861-1889).

Maço 1.279-1, Correspondência recebida da Câmara (1872-1878), Chique-Chique.

Maço 1.464-1, Correspondência recebida da Câmara (1834-1879), Chique-Chique.

Maço 1.464-2, Correspondência recebida da Câmara (1864-1889), Chique-Chique.

VI – Seção Colonial e Provincial, Série Justiça:

Maço 2.291, Correspondência recebida de juízes (1829-1864), Chique-Chique.

Maço 2.292, Correspondência recebida de juízes (1865-1876), Chique-Chique.

Maço 2.293, Correspondência recebida de juízes (1875-1878), Chique-Chique.

Maço 2.294, Correspondência recebida de juízes (1879-1884), Chique-Chique.

Maço 2.295, Correspondência recebida de juízes (1885-1889), Chique-Chique.

Maço 2.568, Correspondência de juízes da comarca do Rio São Francisco (1829-1870).

Maço 2997, Polícia, Correspondência de Delegado de Polícia (1870-1877).

VII – Seção Colonial e Provincial, Série Religião:

Maço 613, Vigários (1758-1807).

Maço 5.213, Vigários (1824-1846), diversas freguesias.

Maço 5.225, Vigários (1848-1875), diversas freguesias.

VIII - Livro de Registro de Testamentos nº 01.

XIX – Paróquia do Senhor do Bonfim de Xique-Xique, Arquivo da Secretaria Paroquial.

Livro de Registros de Batismos de Filhos de Escravas – 1871-1886.

Livro de Registros de Batismos 1865 – 1876.

Livro de Registros de Óbito – 1889.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Durval Vieira. *Descrições práticas da província da Bahia*. Com a declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. 2ª edição. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2006.

\_\_\_\_\_. *Alforrias Testamentárias em Rio de Contas, Bahia – Século XIX*. *Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2009.

ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador (1811-1888)*. São Paulo: Corrupio; Brasília-DF: Cnpq, 1988.

BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-79.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo baiano em 1835. *Afro-Ásia*, n. 21/22, 1998-99.

\_\_\_\_\_. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do recôncavo baiano (1850-1881), *Afro-Ásia*, n. 29/30, 2003, 79-132.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BELLINI, Ligia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BERLIN, Ira. *Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BRASIL. Colleção das Leis do Império do Brasil de 1858. Tomo XIX, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/1858-pronto/Leis-1858\\_index02-p1.pdf](http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/1858-pronto/Leis-1858_index02-p1.pdf)> Acesso em: 8 jun. 2008.

BRASIL. Colleção das Leis do Império do Brasil de 1859. Tomo XX, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/1859%20pronto/Leis-1859\\_index02-p2.pdf](http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/1859%20pronto/Leis-1859_index02-p2.pdf)> Acesso em: 8 jun. 2008.

BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia 1870-1888*. Salvador: CEB, 2003.

BRITO, Eleonora Zicari da Costa. *Em torno da complexidade do campo historiográfico*. In: [http://www.nethistoria.com/indexantigo.php?pagina=ver\\_texto&titulo\\_id=97&secao\\_id=150&imageField222.x=18&imageField222.y=4](http://www.nethistoria.com/indexantigo.php?pagina=ver_texto&titulo_id=97&secao_id=150&imageField222.x=18&imageField222.y=4). Acesso em 26/09/2006.

BURTON, Richard. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

CARNEIRO, Édison. A lei do ventre-livre. *Afro-Ásia*, Salvador, nº 13, abr. 1980, p.13-27.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

\_\_\_\_\_. (org.); CASTRO, Hebe Maria Matos de; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; VAINFAS, Ronaldo. *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTELLUCCI JÚNIOR, Wellington. Pescadores e baleeiros: a atividade da pesca da baleia nas últimas décadas dos oitocentos, Itaparica: 1860-1888. *Afro-Ásia*. N.33, 2005, p. 133-168.

\_\_\_\_\_. *Pescadores e Roceiros: Escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX (1860-1888)*. São Paulo: Annablume; Fapesp; Salvador: Fapesb, 2008.

CASTRO, Josué. *Sete palmos de terra e um caixão*. S. Paulo: Brasiliense, 1967.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: companhia das Letras, 2003.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX*. In.: *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: brasiliense, 1987.

DANTAS, Mônica Duarte. *Fronteiras Movediças: Relações sociais na Bahia do século XIX (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)*. Tese (Doutorado em História Social). UFBA, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Forros e brancos pobres na sociedade colonial do Brasil 1675-1835. In.: *História General da América Latina*, UNESCO, vol.3, cap. 14, no prelo.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. História da família e demografia histórica. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social). UFBA, 2008.

\_\_\_\_\_. Os laços de uma família: da escravidão à liberdade nos sertões do São Francisco. *Afro-Ásia*, 32 (2005), 185-218.

FERREIRA, Jurandir Pires (org.). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1998.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: Condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita*. Dissertação (Mestrado em História). Pós-Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1998.

\_\_\_\_\_. *O significado da liberdade*. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 8, n. 16, março/agosta, 1988.

- FONTANA, Josep. *História depois do fim da história*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- FRAGA FILHO, Valter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1919)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na ordem escravocrata*. 4ª. ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. rev. – São Paulo: Global, 2006.
- GENOVESE, Eugene. D. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPq, 1988.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia das letras, 1989. p. 143-179.
- GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidade de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. Unesp; Ed. Polis, 2005.
- \_\_\_\_\_. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In.: REIS, João José e GOMES, Flávio (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX (Sociedade e Política)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- GOMES, Josildete. Povoamento da Chapada Diamantina. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. N. 77, 1952.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GUDEMAN, Stephen. SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

HOBBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Municípios*. Censo 2000 e estimativas. Disponível em <<http://www.ibge.br>>. Acesso em 02 de maio de 2006.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. *No Sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade (1830-1888)*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007. (Coleção Olhares).

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KNOX, Miridan Britto. A vida escrava: liberdades consentidas. *CLIO*, Série História do Nordeste, nº 15, 1994.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *Blowin' in the wind*: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, nº 12, out. 1995, p. 43-56.

\_\_\_\_\_. Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo de escravos. In.: REIS, João José e GOMES, Flávio (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LINS, Wilson. *O Médio São Francisco: Uma Sociedade de Pastores e Guerreiros*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. 3. ed.

MACHADO, Edimário Oliveira. *Pelas veias da esperança*. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2006.

MACHADO, Maria Helena. *Crime e Escravidão: lavradores pobres na crise do trabalho escravo, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n. 16, mar.88/ago.88, p 143-160.

MACHADO NETO, Cassimiro. *Senhor do Bonfim e Bom Jesus de Chique-Chique (História de Xique-Xique)*. Chique-Chique: Edição do Autor, 1999.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das *plantations* escravistas americanas no século XIX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. n. ser. v. 14. n. 1. p. 11-57. jan / jun, 2006.

MARTINS, Estevão de Rezende. *História*. In: <[http://criticanarede.com/fil\\_historia.html](http://criticanarede.com/fil_historia.html)>. Acesso em 26/09/2006.

MARTINS, Janaina Dantas; MARTINS, Taiane Dantas. *Aspectos político-pedagógicos da Escola Supletiva de Uibaí*, regida por Cassimira Professora (1947-1958). Monografia (Graduação em Pedagogia). Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias da Universidade do Estado da Bahia, Irecê, 2005.

MARTINS, Taiane Dantas. *Viver pra parir, labutar pra não morrer: Cotidiano de trabalhadoras rurais na Vila de Uibaí, Xique-Xique, década de 1950*. Monografia (Especialização em História: cultura urbana e memória). Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2008.

MATOS, Cristiano Pesatti de. *Escravos e Justiça no Baixo Sertão, século XIX*. *Anais do I Simpósio de História Regional e Local*. Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2009 (cd-rom).

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. & RIOS, Ana Lugão. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUCS, 2002.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

\_\_\_\_\_. Para uma História Social da cidade de Salvador no século XIX: os testamentos e inventários como fonte do estudo da estrutura social e de mentalidades. *Anais do APEB*. Salvador, vol. 42, pp.147-170, 1976.

\_\_\_\_\_. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.

MENDONÇA, Edízio. *Barra do Mendes: uma história de luta*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2003.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão, e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: editora Anita, 1997.

NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. *E as mulheres da Terra de Lucas? Quotidiano e resistência de mulheres negras escravizadas (Feira de Santana, 1850-1888)*. Monografia de Graduação. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

NASCIMENTO, Washington Santos. Família escrava, libertos e a dinâmica da escravidão no sertão baiano (1876-1888). *Afro-Ásia*, n.35, 2007, p.143-162.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.

\_\_\_\_\_. Sucessão dominial e escravidão na pecuária no rio das Rãs. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 21, pp.117-142, jul./dez. 1999.

\_\_\_\_\_. *História Regional e Local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana; Salvador: Arcádia, 2002.

\_\_\_\_\_. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de História Regional e Local)*. Feira de Santana: Editora da UEFS; Salvador: EDUFBA, 1998.

\_\_\_\_\_. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto-Sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista. *Afro-Ásia*, n. 24, 2000, p.97-128.

\_\_\_\_\_. Sertanejos que se venderam: Sertanejos que se venderam: contratos de trabalho sem remuneração ou escravidão dissimulada? *Afro-Ásia*, n. 19/20, pp. 239-250, Salvador: UFBA, 1997.

\_\_\_\_\_. Escravismo e Policultura. In.: *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica da UFPE. Nº 15*. Recife: Universitária, 1994.

OLIVEIRA, Cecília Machado de. *São Gabriel: memórias e lembranças*. São Gabriel: Editora Print Fox, 2004.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio; Brasília-DF: CNPQ, 1988.

PAIVA, Eduardo França. Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. *Revista de História*. USP- São Paulo, n. 133 pp. 49-57, 1995.

PENA, Eduardo Spiller Pena. *Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

PEREIRA, José Purcino; PEREIRA, Leonellea. *Terra dos Arcanjos: historiografia da cidade de São Gabriel-Ba*. Irecê: Print Fox, 2010.

PINA, Maria Cristina Dantas. *Santa Isabel do Paraguassú: cidade, garimpo e escravidão nas lavras diamantinas, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

PINHO, José Ricardo Moreno. *Escravos, quilombolas ou meeiros? Escravidão e cultura política no Médio São Francisco (1830-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973. 16. ed.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo*. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

PUNTONI, Pedro (coord.). *Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo: CEBRAP, 2004 (CD-ROM).

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

QUERINO, Manoel. O preto como fator da civilização brasileira. *Afro-Ásia*, 13 (1980), 143-158.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

\_\_\_\_\_. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

\_\_\_\_\_. “Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos”: fuga e família entre escravos na Bahia. *Afro-Ásia*, 23 (2000), 29-48.

REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *AfroÁsia*, 24 (2000), 192-242.

\_\_\_\_\_. Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro, Bahia – 1806. In.: REIS, João José e GOMES, Flávio (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_; GOMES, Flávio dos Santos. Uma história da liberdade. In: REIS, João e GOMES, Flávio (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 2a ed., 2003.

\_\_\_\_\_. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROCHA, Geraldo. *O Rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil*, Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1946.

ROCHA, Osvaldo Alencar; MACHADO, Edimário Oliveira. *Canabrava do Gonçalves: uma Vila do baixo-médio São Francisco*. Brasília: Edição do Autor, 2000. 2 ed.

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAMPAIO, Theodoro. *O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-1880)*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

SANTANA, Charles d'Almeida. *Fatura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações: Bahia: 1950-1980*. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Jocélio Teles dos. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. *Afro-Ásia*, 32 (2005), 115-137.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre farinhadas, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTOS FILHO. Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In.: SANTOS, Milton et. All. (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec / Anpuh, 2004.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

SILVA, Fernando Altenfelder. *Análise comparativa de alguns aspectos da estrutura social de duas comunidades do Vale do São Francisco*. Tese (Concurso de Livre Docência na Cadeira de Sociologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade do Paraná, Curitiba, 1955.

SILVA, Marcos A. (Org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1989.

SILVA, Cândido da Costa e. *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000.

\_\_\_\_\_. *Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática, 1982.

SILVA, Ricardo Tadeu Cáires da. *Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade, Bahia, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. “O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”. *Estudos Econômicos*, vol. 13:1 (jan./abril 1983).

\_\_\_\_\_. Senhores e subalternos no oeste paulista. In.: ALENCASTRO, Luis Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil: a corte e a modernidade nacional*. p. 233-290.

SILVA, Eduardo e REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 10. ed.

SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e Conflito: aspectos da História de Minas no Século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. *Viagem pelo Brasil*. 3 vols. São Paulo: Edusp, 1981.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *Comércio proibido de Escravos*. São Paulo: Ática, 1988.

THOMPSON, Edward. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (3 vols.).

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. (Orgs.). Campinas, SP: editora da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. *A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na Colônia*. São Paulo: Loyola, 1999.

VASCONCELOS, Maria Cristina de. O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação (Mambucaba, Angra dos Reis, século XIX). *Afro-Ásia*, n.28, 2002, p.147-178.

VERGER, Pierre. *Os Libertos: sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX*. São Paulo: corrupio, 1992.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. *Os negros em Jacobina (BAHIA) no século XIX*. São Paulo: Annablume, 2009.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá (1850-1888)*. São Paulo: Marco Zero / Cuiabá: EDUFMT, 1993.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinhas: escravos e forros em São Paulo (1850 – 1888)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

WOODARD, C. Vann (org.). *Ensaio Comparativo sobre a História Americana*. São Paulo: Editora Cultrix, s/d.